



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS- CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ADRIELLE OLIVIA QUEIROZ MACHADO DE ASSIS

**A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS Nº 4 (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE) PARA
PESSOAS REFUGIADAS SOB PROTEÇÃO DA UNRWA (2016-2021)**

**JOÃO PESSOA
2024**

ADRIELLE OLIVIA QUEIROZ MACHADO DE ASSIS

**A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS N° 4 (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE) PARA
PESSOAS REFUGIADAS SOB PROTEÇÃO DA UNRWA (2016-2021)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção de qualificação do mestrado em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico

Coorientadora: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira

**JOÃO PESSOA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A848i Assis, Adrielle Olivia Queiroz Machado de.
A implementação do ODS N° 4 (Educação de qualidade) para pessoas refugiadas sob proteção da UNRWA (2016-2021) [manuscrito] / Adrielle Olivia Queiroz Machado de Assis. - 2024.
97 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Pessoas refugiadas da Palestina. 2. Educação de qualidade. 3. Agenda 2030. 4. UNRWA. 5. Refugiados. I. Título
21. ed. CDD 325.21

ADRIELLE OLIVIA QUEIROZ MACHADO DE ASSIS

A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS Nº 4 (EDUCAÇÃO DE QUALIDADE) PARA PESSOAS
REFUGIADAS SOB PROTEÇÃO DA UNRWA (2016-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção de qualificação do mestrado em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

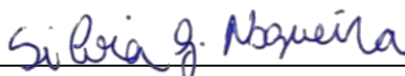
Aprovada em: 25 / 03 / 2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Andrea Pacheco Pacifico (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)




Prof. Dra. Silvia Garcia Nogueira (Co-orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Giuliana Dias Vieira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Thalita Franciely de Melo Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à equipe de orientação nas pessoas da professora Andrea e da professora Silvia por todos ensinamentos e suporte nessa jornada. Também sou grata a todos os professores com os quais tive a oportunidade de aprender tanto sobre os mais diversos temas. Aos colegas agradeço por estarem presentes e por me apoiarem em todos momentos, seja nos descontraídos ou nos mais críticos como os ensaios para apresentação.

Este trabalho foi financiado pelo poder público através da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) pelo período de doze meses, por isso, sou grata.

Agradeço também a familiares e amigos por todo apoio e torcida desde a seleção até a defesa quando tive suporte psicológico, técnico e financeiro. Desde as conversas sobre o mestrado em si até a ajuda na formatação do arquivo, passando por planejamento, entrega de documentos e correção de textos.

My Homeland

“My homeland
My homeland
Glory and beauty
Sublimity and prettiness
Are in your hills
Life and deliverance
Pleasure and hope
Are in your atmosphere
Will I see you?
Safe and comfortable
Sound and honored
Will I see you?
In your eminence
Reaching the stars
My homeland
My homeland”

- Ibrahim Touqan

RESUMO

A Agência das Nações Unidas de Assistência a pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA) foi criada em 1949, após a guerra entre árabes e judeus em disputa pela região que pertencia à Palestina (hoje, Estado de Israel). Esta agência surgiu com o objetivo de assistir cidadãos palestinos que fugiram do conflito em busca de refúgio em outras regiões, sendo suas atividades realizadas na Cisjordânia, Líbano, Síria, Jordânia e Faixa de Gaza. Em 2016, a agência adicionou à sua agenda 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados pela Organização das Nações Unidas, com o intuito de incluir as pessoas refugiadas da Palestina na realização da Agenda 2030. Esta pesquisa, por meio do método de abordagem indutivo, estudou a aplicação do Objetivo 4 (Educação de qualidade) pela UNRWA, que se comprometeu em promover a educação de qualidade para pessoas refugiadas palestinas. Para o estudo, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico, no qual foram coletados dados do trabalho da Agência desde a sua formação até o ano de 2021. Em seguida, foi realizado um estudo de caso, no qual foi analisada a implementação da Educação de Qualidade na Jordânia pela UNRWA. Por fim, sob a lente do Institucionalismo liberal, a pesquisa apresenta o papel das Instituições no Sistema Internacional e o comprometimento às Agendas globais por meio de uma abordagem crítica, trazendo as consequentes dificuldades enfrentadas pela UNRWA na implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

Palavras-chave: Pessoas refugiadas da Palestina; Educação de qualidade; UNRWA; Agenda 2030.

ABSTRACT

The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the near east (UNRWA) was created in 1949 after the war between Arabs and Jews over the region that belonged to Palestine and today is located the State of Israel. UNRWA emerged with the objective of assisting Palestinian citizens who fled the conflict searching for refuge in other regions. Then Agency carries out its activities in five regions, including the West Bank, Lebanon, Syria, Jordan and the Gaza Strip. In 2016 the agency adopted 11 of the United Nations 17 Sustainable Development Goals with the aim of including Palestinian refugees in the 2030 Agenda. This research studied the Objective 4 which is about promoting quality education through the inductive method of approach. The purpose is to analyze the work of UNRWA on the implementation of SDG 4 for Palestine 's refugees protection. At first a bibliographic study was carried out presenting data about the Agency's work since its formation till 2021. Secondly a case study was carried out in which the implementation of Quality Education in Jordan by UNRWA was analyzed. Finally on the lens of liberal Institutionalism the research presents the role of Institutions in the International System and commitment to global Agendas through a critical approach, bringing the consequent difficulties faced by UNRWA in implementing Sustainable Development Goal 4.

Keywords: Refugees from Palestine; Quality education; UNRWA; 2030 Agenda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Região da Palestina durante o domínio britânico.....	14
Figura 2 – Mapa da região da Palestina de acordo com o plano da Resolução 181.	14
Figura 3 – Mapa da região da Palestina após 1949.	15
Figura 4 – Mapa de atuação da UNRWA, mostrando os cinco campos em que a Agência trabalha na proteção de pessoas refugiadas da Palestina	16
Figura 5 – Relação entre o quantitativo de pessoas registradas em campos de pessoas refugiadas e o número de campos por localização.	18
Figura 6 – Número de empregos oferecidos pela UNRWA entre os anos 2013 e 2016.	34
Figura 7 – Pessoas sobreviventes de violência de gênero atendidas pela URWA nos anos de 2017 e 2018, com proporções mostrando gênero e idade.....	42
Figura 8 – Número de escolas geridas pela UNRWA e o número de alunos matriculados, nos diferentes campos de atuação.	55
Figura 9 – Dados sobre as escolas da UNRWA na Jordânia.	67
Figura 10 – Dados sobre estudantes refugiados da Palestina na Jordânia.	68
Figura 11 – Dados sobre as escolas da UNRWA na Jordânia.	70
Figura 12 – Dados sobre o ensino preparatório para pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia.....	71
Figura 13 – Dados sobre o ensino técnico para pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia.....	72

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Listagem dos campos de pessoas refugiadas da Agência das Nações Unidas para Pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA)	19
Quadro 2 – Princípios Humanitários da UNRWA.....	21
Quadro 3 – Quadro de atuação da UNRWA em Gaza no ano de 2016.....	32
Quadro 4 – Quadro de destaques da atuação da UNRWA no ano de 2017.....	35
Quadro 5 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2018.....	38
Quadro 6 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2019.....	41
Quadro 7 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2020.....	44
Quadro 8 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2021.....	47
Quadro 9 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis relacionados com a educação.	58
Quadro 10 – Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.	60
Quadro 11 – Análise da implementação do ODS 4 na Jordânia.....	74

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1. ATUAÇÃO PROTETIVA DA AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PESSOAS REFUGIADAS DA PALESTINA	13
1.1 Pessoas refugiadas sob a proteção da unrwa	13
1.2 Atuação da unrwa: da criação (1950) à agenda 2030 (2015)	21
2. ATUAÇÃO DA UNRWA A PARTIR DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL N. 4 (2016-2021)	29
2.1 Atuação da UNRWA na implementação da agenda 2030	29
2.2. O objetivo de desenvolvimento sustentável 4: Educação de Qualidade	52
3. A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 4 NA JORDÂNIA À LUZ DO INSTITUCIONALISMO LIBERAL	64
3.1 A implementação do ODS 4 na Jordânia	64
3.2 Atuação da UNRWA na Jordânia à luz do institucionalismo liberal	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXO	97

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Agência das Nações Unidas para pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA) é uma Agência especializada do sistema ONU, ou seja, é uma organização internacional independente financiada por contribuições voluntárias (United Nations, 2024). Ela foi criada em 1949 e deu início aos seus trabalhos em 1950, com o objetivo de proteger e dar assistência temporária para as pessoas refugiadas da Palestina.

A Agência surgiu após a guerra entre árabes e judeus, em disputa pelo território da Palestina, em 1948, que culminou, não na criação de dois Estados, como havia recomendado o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), mas na criação do Estado judeu de Israel e na diáspora forçada de palestinos que foram expulsos do território que habitavam (Fávero; Pinheiro, 2016). Hoje, essa diáspora abrange mais de seis milhões de pessoas em todo o mundo, alcançando majoritariamente as fronteiras do Líbano, da Síria, Jordânia e do Egito (Hasan, 2023), onde se concentra a atuação da Agência sob comento.

O trabalho da UNRWA com as pessoas refugiadas da Palestina inclui as demandas atuais do sistema internacional contemporâneo, como econômicas, tecnológicas e sociais. Além disso, desde 2016, a Agência se comprometeu a contribuir com a Agenda 2030, em um plano de ação mundial adotado pelos Estados membros da ONU em 2015. Essa Agenda foi criada com o objetivo de gerar prosperidade e fortalecer a paz universal (United Nations, 2015). O que distingue essa Agenda de outros planos de ação, como a Cúpula do Milênio e a Agenda 21, por exemplo, é a abrangência de seus objetivos e a finalidade de englobar todos os países do mundo (Martens; Obenland, 2016).

Na Agenda 2030, foram determinados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Anexo A), que entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, como um projeto para enfrentar desafios globais, incluindo desigualdade, pobreza, degradação do meio ambiente, mudanças climáticas, paz e justiça (United Nations, 2015).

Por meio de um trabalho de desenvolvimento humano, humanitário e de proteção, a UNRWA procura atuar para a realização da Agenda 2030. Para isto, tem contribuído diretamente para a realização de 11 desses objetivos, em todo os seus cinco campos de operação - Faixa de Gaza, Líbano, Síria, Jordânia e Cisjordânia - com o objetivo de incluir as pessoas refugiadas da Palestina na aplicação do novo projeto global (UNRWA, 2020).

Os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS) adotados pela UNRWA são: (1) Erradicação da pobreza; (2) Fome zero; (3) Saúde e bem-estar; (4) Educação de qualidade; (5) Igualdade de gênero; (6) Água limpa e saneamento; (8) Trabalho digno e Crescimento

econômico; (10) Redução da desigualdade; (13) Ação climática; (16) Paz, justiça e instituições fortes; e (17) Parcerias.

Na presente pesquisa, será analisada a aplicação do ODS número 4 (anexo A), que visa desenvolver uma educação de qualidade, parte dos Direitos Humanos básicos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). O Objetivo 4 possui 7 metas, incluindo a construção de instalações educacionais que sejam aptas para receber diferentes gêneros, crianças e pessoas com deficiências e que forneçam ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Além destes, visa aumentar, para países em desenvolvimento, o número de bolsas de estudo disponíveis e a oferta de professores qualificados, por meio de cooperação internacional para treinamento de professores.

Apesar dessas metas terem sido criadas em 2015, a educação já era o maior programa da Agência, desde a década de 2000, antes da implementação dos ODS. Até 2008, mais de 50% do orçamento era destinado para programas de educação (Sutrich, 2008), nos quais já estavam inclusas muitas das demandas que seriam determinadas pelas metas do ODS 4, como educação primária, construção de instalações e formação de professores. Sutrich (2008) afirma que durante a década de 2000, a UNRWA administrava 668 escolas primárias e preparatórias, com quase meio milhão de alunos.

A implementação se atenta às ações concretas, tomadas ou não, para atender a acordos domésticos e internacionais. Ela pode ser considerada a tradução de acordos em políticas concretas, que se manifestam na adoção de regras ou regulamentos, na aprovação de legislação ou na criação de instituições. A implementação é um fenômeno dinâmico, devido à mobilização de recursos por parte dos diversos atores envolvidos (Joachim; Reinalda; Verbeek, 2008).

Considerando os aspectos apresentados, emerge a pergunta de pesquisa: De que forma o Objetivo de Desenvolvimento 4 é implementado pela UNRWA na proteção de pessoas refugiadas da Palestina? Para a realização desta pesquisa, cujos objetivos possuem caráter exploratório, a UNRWA é a unidade de análise, considerando a necessidade de avaliar a implementação do ODS 4 adotado pela Agência da ONU. Dos cinco campos de atuação da UNRWA, o foco é a Jordânia.

Para a pesquisa, foram coletados dados sobre a atuação da UNRWA na implementação do ODS 4, em fontes primárias, como documentos e relatórios oficiais da UNRWA, e fontes secundárias, como livros, periódicos, dissertações, teses, mídia e ONGs. O objetivo foi analisar, via método indutivo, a implementação da Educação de Qualidade pela UNRWA na Jordânia, entre os anos 2016 e 2021. O método de abordagem indutivo permite que, por meio dos dados

sobre a implementação do ODS 4 na Jordânia, seja possível fazer uma análise do trabalho da UNRWA para a promoção da Educação de Qualidade.

A Jordânia foi escolhida devido ao grande volume de pessoas refugiadas, escolas, alunos e professores (UNRWA, 2023d). Além disso, traz a possibilidade de uma análise sobre o trabalho da UNRWA, em que há assistência governamental. O marco temporal parte do ano de adoção dos ODS pela UNRWA, 2016, até 2021, ano no qual os dados da atuação da UNRWA estavam disponíveis para elaboração da pesquisa.

No primeiro capítulo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com dados sobre o surgimento da UNRWA e histórico da Agência, para compreender o desenvolvimento do seu trabalho e seu contexto ao longo dos anos. Inicialmente, foram identificadas as pessoas sob a proteção da UNRWA e, em seguida, a pesquisa descreve a evolução do mandato da Agência, expondo sua atuação de 1950 até 2015.

No segundo capítulo, para compreender a implementação do ODS 4, foi realizado um estudo de caso. Este método se mostra mais adequado para estudos em que “o pesquisador tem pouco controle e com enfoque em algum fenômeno contemporâneo” (Steiner, 2011, p. 142). O estudo de caso permite que a implementação realizada pela UNRWA seja analisada por meio de uma unidade de análise, que, nesta pesquisa, foi um de seus cinco campos de atuação. Em primeiro, a pesquisa descreve o ODS 4 – Educação de qualidade - e suas sete metas. Em seguida, é apresentada a atuação da UNRWA na educação para as pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia, descrevendo o trabalho da Agência por meio de seus programas e estabelecendo associação com as metas do Objetivo 4.

No terceiro capítulo, as premissas do Institucionalismo liberal são utilizadas na compreensão do movimento compulsório da UNRWA na adoção dos ODS e análise da atuação da Agência na implementação de uma educação de qualidade, por meio de seus programas, para pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia, no período de 2016 até 2021.

Conclui-se nas considerações iniciais, que a UNRWA possui na Jordânia, projetos, programas e ações para educação de qualidade às pessoas refugiadas da palestina e aos palestinos sob sua proteção, conforme ODS 4. Contudo, limitações multicausais, como política, social, de infraestrutura e de orçamento, têm dificultado sua implementação de forma eficiente.

A partir deste estudo, encorajam-se futuras pesquisas, aprofundadas nos programas de educação para pessoas refugiadas da Palestina e em outros campos de atuação da UNRWA, na busca de soluções duradouras que garantam o direito à educação de qualidade em situações de emergência.

1. ATUAÇÃO PROTETIVA DA AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PESSOAS REFUGIADAS DA PALESTINA

Este capítulo se inicia com a abordagem dos critérios definidores que colocam as pessoas sob a proteção da UNRWA e a definição do termo pessoa refugiada da Palestina. Em seguida, descreve-se a atuação da Agência em suas sete décadas de existência, apontando os programas criados pela Agência no intuito de melhorar a vida das pessoas refugiadas da Palestina e protegê-las.

No primeiro tópico, são apontadas as diferentes definições para pessoas refugiadas, as responsabilidades da UNRWA para com as pessoas refugiadas da Palestina em seus campos de atuação e os princípios humanitários da Agência. No segundo tópico, a pesquisa apresenta o histórico do mandato da UNRWA, desde 1950, descrevendo as mudanças que ocorreram na Agência e seu trabalho durante esses anos.

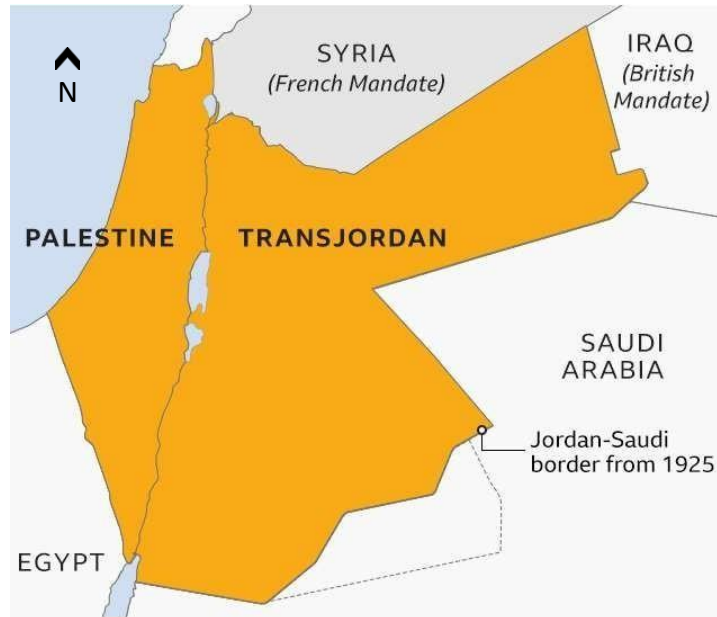
1.1 PESSOAS REFUGIADAS SOB A PROTEÇÃO DA UNRWA

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 29 de novembro de 1947, por meio de votação na Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), foi aprovada a resolução n. 181 que determinava o fim do domínio britânico na região da Palestina e a divisão do território em dois Estados separados, sendo um judeu e o outro árabe (Gorodetsky, 2003). Israel, como é chamado o atual Estado judeu, aceitou o plano, mas o mundo árabe o rejeitou.

Os mapas da região palestina mostram a divisão durante a ocupação britânica (figura 1) e como seria a divisão em dois Estados, conforme o plano da UNGA (figura 2). O primeiro mapa mostra a região da Palestina antes de 1948, ano em que os judeus chegaram na região, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Já no segundo, é possível ver como seria a divisão de terras entre os dois povos.

Nos mapas, é possível observar como seria feita a divisão de território na região palestina, se judeus e árabes tivessem aderido ao acordo planejado pela UNGA. Contudo, no dia 14 de maio de 1948, os judeus declaram o estabelecimento do Estado de Israel. E pouco depois, para defender o território palestino, os exércitos árabes invadiram o recém-criado Estado (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020), o que gerou confrontos armados entre os árabes e os judeus, em uma disputa pelo território (Rempel, 2006).

Figura 1 - Região da Palestina durante o domínio britânico



Fonte: BBC (2020).

Antes dos judeus chegarem na região da Palestina, o território se encontrava ocupado por britânicos, desde 1920. As operações da Grã-Bretanha, que ocorreram durante duas décadas, foram dirigidas principalmente contra grupos árabes que se opunham à migração judaica para a região (Seveg, 2001).

Figura 2 - Mapa da região da Palestina de acordo com o plano da Resolução 181



Fonte: BBC (2020).

Na tentativa de defender a ocupação israelense, até os dias atuais, é comum a utilização por parte de Israel do *slogan* “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Contudo, o território tem sido tomado de um povo que já ocupava o local, como aconteceu durante o conflito de 1948, no qual milhares de árabes foram expulsos pelo exército israelense do território palestino, onde hoje se encontra o Estado de Israel (figura 3).

Figura 3 - Mapa da região da Palestina após 1949



Fonte: BBC (2020).

Na figura 3 é possível observar a divisão de território durante a ocupação de Israel na Palestina, diferente do que havia sido proposto pela UNGA. Mostra-se a divisão imposta às pessoas que estavam estabelecidas na região e foram forçadas a abandonar suas casas.

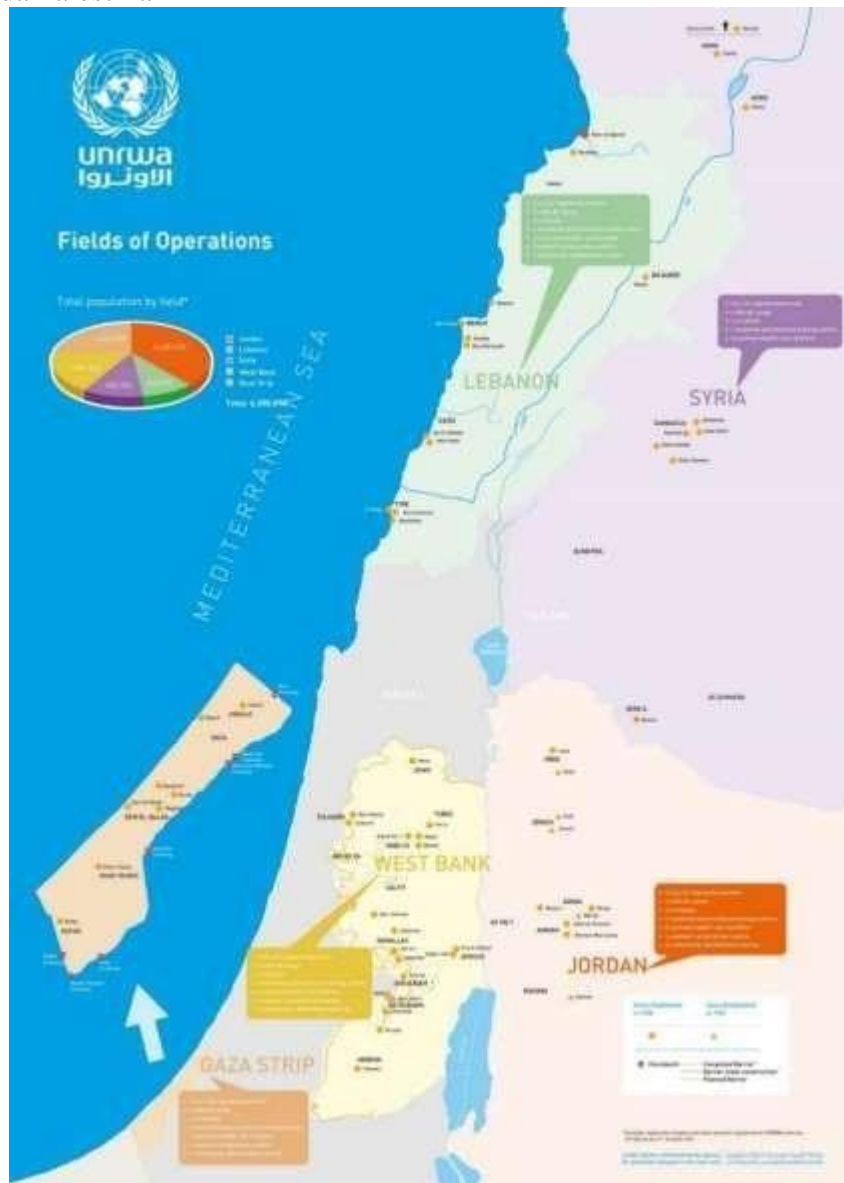
Dessa forma, em 8 de dezembro de 1949, a Agência das Nações Unidas para pessoas refugiadas da Palestina (*The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East - UNRWA*) foi definida por meio da Resolução n. 302 (IV), da Assembleia Geral das Nações Unidas, para realizar programas de ajuda direta e assistência para pessoas refugiadas da Palestina, tendo iniciado suas operações no dia 1º de maio de 1950 (UNRWA, 2023f).

Em 1948, no contexto da guerra pelo estabelecimento do Estado de Israel, cerca de 750.000 palestinos foram deslocados de suas casas, indo tanto para países vizinhos, como Jordânia, Síria e Líbano, quanto para outras regiões da Palestina, que se tornaram a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Feldman, 2012). Em resposta a esse deslocamento, as Nações Unidas agiram

para fornecer assistência humanitária, contratando organizações privadas. Porém, como o problema se arrastava sem solução imediata à vista, a ONU estabeleceu a UNRWA para prestar assistência nos principais destinos das pessoas refugiadas (Feldman, 2012).

Os serviços da UNRWA são disponíveis para todos que estão registrados na Agência, necessitam de assistência e vivem em sua área de atuação. A UNRWA (2023) atua na Síria, Jordânia, Líbano, Cisjordânia e Faixa de Gaza (Figura 4). O registro das pessoas refugiadas na UNRWA é feito em cumprimento ao seu mandato de fornecer alívio humanitário, humano, serviços de desenvolvimento e proteção às pessoas refugiadas da Palestina em sua Área de Operações.

Figura 4 - Mapa de atuação da UNRWA, mostrando os cinco campos em que a Agência trabalha na proteção de pessoas refugiadas da Palestina



Fonte: UNRWA (2021d)

O registro visa facilitar as operações da Agência. Para isso, foram formulados critérios e padrões para identificar aqueles que têm direito a ser registrados em seu Sistema de Cadastro para receber os serviços da Agência (UNRWA, 2009). As pessoas que cumprem os requisitos para registro da UNRWA são aquelas refugiadas da Palestina e descendentes de refugiado palestino homem, incluindo os legalmente adotados (UNRWA, 2009).

Faz-se importante trazer a definição de **pessoa refugiada**, conforme o artigo 1º da Convenção de Genebra de 1951. Embora tenha sido criada após a UNRWA, é a definição geral de pessoa refugiada que tem sido adotada. Segundo a Convenção, são consideradas pessoas refugiadas aquelas que

- (i) devido ao bem-fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, está fora do país de sua nacionalidade e não pode ou, devido a tal medo, não está disposto a valer-se da proteção desse país;
- (ii) não têm nacionalidade e está fora do país de origem ou residência habitual como resultado de tais eventos, não sendo capaz ou não está disposto a voltar a ele, devido a tais medos (United Nations, 1951).

Para a Convenção de 1951 a condição de pessoa refugiada não se aplica:

- (i) àqueles que recebem assistência ou proteção de algum organismo ou Agência das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.
- (ii) Quando a pessoa é considerada pelo país em que se instalou como tendo os direitos e obrigações relacionados com a posse da nacionalidade desse país.
- Quando houver fortes razões para considerar que a pessoa cometeu um crime grave ou atos contrários aos princípios das Nações Unidas.

Por isso, em virtude da exclusão da Convenção de 1951 acima citada, o termo **pessoa refugiada palestina** (*palestinian refugee*), de acordo com Akram (2014), é dado àqueles:

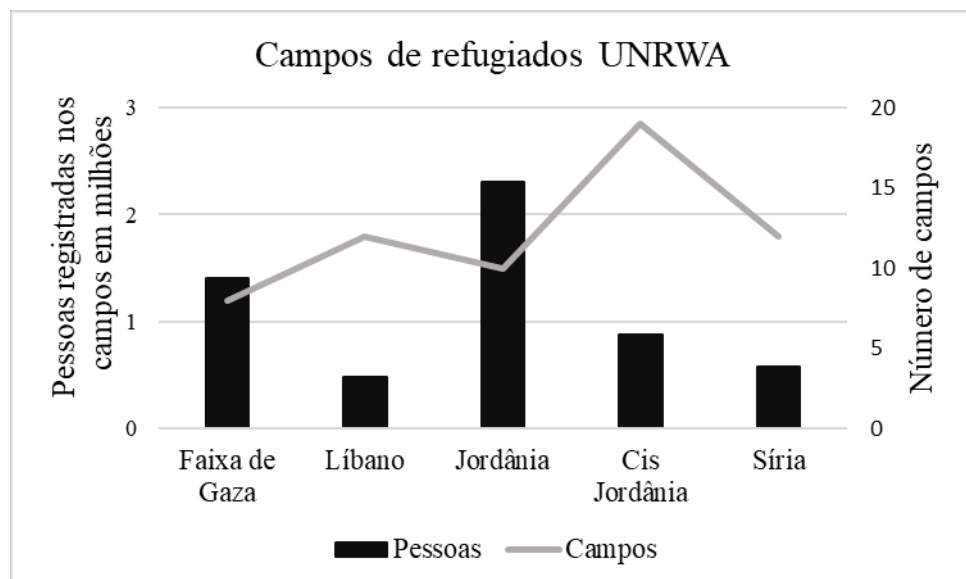
- (i) de origem árabe, que eram cidadãos palestinos e, após 29 de novembro de 1947, deixaram o território atualmente sob o controle das autoridades de Israel;
- (ii) de origem árabe, que eram cidadãos palestinos e deixaram o território depois de 6 de agosto de 1948 e antes de 29 de novembro de 1947;

- (iii) apátridas, de origem árabe, que após 29 de novembro de 1947 deixaram o território onde havia se estabelecido; e
- (iv) de origem árabe, que optaram pela cidadania palestina, deixaram esse território antes de 6 de agosto de 1948 e mantiveram sua cidadania até 29 de novembro de 1947.

Diferentemente da definição anterior, **pessoa refugiada da Palestina** (*palestine refugee*), é atribuído a pessoas sob o mandato e proteção da UNRWA. São pessoas cujo local de residência tenha sido a Palestina durante o período de 1º de junho de 1946 até 15 de maio de 1948 e que perderam suas casas e meios de subsistência como resultado do conflito de 1948 (CERI PART III.A.1, 2009). Estas pessoas e os descendentes de homens podem ser registrados para receber os serviços da Agência (UNRWA, 2023c).

Estes serviços, em 1950, atendiam às necessidades de cerca de 750 mil pessoas. Hoje, cerca de 5,9 milhões de pessoas refugiadas da Palestina são elegíveis para os serviços da UNRWA (UNRWA, 2023). Boa parte dessas pessoas vivem nos 58 campos de pessoas refugiadas reconhecidas (Figura 5), na Jordânia, Líbano, Síria, Faixa de Gaza e Cisjordânia, de acordo com dados coletados em 2021 e 2022 (UNRWA, 2023e).

Figura 5 – Relação entre o quantitativo de pessoas registradas em campos de pessoas refugiadas e o número de campos por localização



Fonte: Elaboração própria, com os dados de UNRWA (2023e).

A razão entre número de campos e número de pessoas refugiadas apresenta alta variação entre as regiões (figura 5). Nas regiões da Jordânia e Faixa de Gaza, por exemplo, há um menor número de campos e maior número de pessoas em relação as outras regiões. Esses

campos são pedaços de terra que o governo anfitrião dispõe para a UNRWA acomodar as pessoas refugiadas e criar instalações para atender às suas necessidades (quadro 1).

Quadro 1 - Listagem dos campos de pessoas refugiadas da Agência das Nações Unidas para Pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA, 2023e).

CAMPOS DE PESSOAS REFUGIADAS - UNRWA	
Faixa de gaza	<i>Beach camp, Bureij camp, Deir El-Balah Camp, Jabalia Camp, Khan Younis Camp, Maghazi camp, Nuseirat camp e Rafah camp</i>
Líbano	<i>Beddawi Camp, Burj Barajneh Camp, Burj Shemali Camp, Dbayeh Camp, Ein El Hilweh Camp, El Buss Camp, Mar Elias Camp, Mieh Mieh Camp, Nahr el-Bared Camp, Rashidieh Camp, Shatila Camp e Wavel Camp</i>
Jordânia	<i>Amman New Camp, Baqa'a Camp, Husn Camp, Irbid Camp, Jabal el-Hussein Camp, Jerash Camp, Marka Camp, Souf Camp, Talbieh Camp e Zarqa Camp</i>
Cisjordânia	<i>Aida Camp, Am'ari camp, Aqbat Jabr Camp, Arrou Camp, Askar Camp, Balata Camp, Beit Jibrin Camp, Camp No. 1 Camp, Deir 'Ammar Camp, Dheisheh Camp, Ein el-Sultan Camp, Far'a Camp, Fawwar Camp, Jalazone Camp, Jenin Camp, Kalandia Camp, Nur Shams Camp, Shu'fat Camp e Tulkarm Camp</i>
Síria	<i>Dera'a Camp, Hama Camp, Homs Camp, Jaramana Camp, Khan Dunoun Camp, Khan Eshieh Camp, Neirab Camp, Qabr Essit Camp e Sbeineh Camp.</i> Não oficiais: <i>Yarmouk, Ein el Tal e Latakia.</i>

Fonte: Autora, baseado em UNRWA (2023e).

Além da infraestrutura dentro desses campos, a UNRWA também mantém escolas, centros de distribuição e de saúde em áreas onde há concentração de pessoas refugiadas da Palestina, fora dos campos reconhecidos. Geralmente, a situação socioeconômica nos campos é precária, contendo pouca infraestrutura básica, como ruas e esgoto, e alta densidade populacional. Uma parte das Pessoas refugiadas da Palestina registrada pela UNRWA também vive nos arredores das cidades e das vilas dos países anfitriões, muitas vezes nos arredores dos campos oficiais (UNRWA, 2023c).

A UNRWA é responsável pela prestação de serviços e administração das instalações dos campos de pessoas refugiadas. Ademais, tem um escritório de serviços (*Camp Services Officer* - CSO) em cada acampamento, os quais os residentes visitam para atualizar seus registros ou para levantar questões relacionadas aos serviços da Agência. Dessa forma, o CSO

encaminha as preocupações e as petições das pessoas refugiados à administração da UNRWA na área em que o campo está localizado (UNRWA, 2023c).

Nos primeiros anos de atuação, os acampamentos de pessoas refugiadas eram constituídos por tendas e instalações sanitárias partilhadas. Em alguns casos, quartéis militares ou antigos campos de pessoas refugiadas também foram usados. Ao longo dos anos 1950, a UNRWA substituiu as tendas por abrigos mais duráveis (Rueff; Viaro, 2009) nomeados *malja*, que remete à palavra abrigo. Essa nomeação enfatiza o caráter temporário das instalações, pois a associação a uma casa poderia dar uma ideia de permanência e colocar em risco o direito de retorno das pessoas refugiados, constantemente impedido por Israel (Katz, 2022).

Em 1967, houve mais um conflito, devido às constantes tensões entre árabes e israelenses nas fronteiras do Egito e da Síria. Como resultado, novos acampamentos de emergência foram criados para suprir a intensificação dos deslocamentos. Esse acontecimento ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias e resultou na absorção de toda a Palestina histórica¹ por Israel e territórios do Egito e da Síria. No final da batalha, Israel havia expulsado mais de 200.000 palestinos de suas casas (Tahhan, 2018).

Para acolher melhor essas pessoas, os abrigos de emergência foram posteriormente substituídos por abrigos pré-fabricados e, finalmente, por estruturas mais duráveis construídas pelas próprias pessoas refugiadas. No final da década de 1960, com a expansão das atividades da UNRWA, foram também construídas escolas, hospitais, armazéns e outros edifícios de serviços dentro dos campos de pessoas refugiadas e em áreas vizinhas (Rueff; Viaro, 2009).

Sua atuação se coaduna com seus princípios, aprovados pela UNGA, como os Princípios Humanitários (quadro 2), que orientam o trabalho de todos os atores que trabalham na esfera humanitária da Agência. São eles: os princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência (UNRWA, 2023b). Sobre os princípios humanitários, Lie (2020) explica que são proposições e valores que orientam a ação e estabelecem padrões. Eles diferenciam a ajuda humanitária de outras atividades, como as de natureza política, religiosa ou militar.

Esses princípios são sujeitos à interpretação e à aplicação contextual, por diferentes atores em diferentes cenários. Os princípios humanitários definem ajuda humanitária, que salva vidas de pessoas necessitadas sem qualquer distinção (European Commission, 2023).

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs - OCHA*),

¹ Termo usado para se referir ao território definido pelo mandato britânico da Palestina, incluindo o atual território de Israel, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia (Palestine Solidarity Campaign, 2023).

os princípios são centrais para estabelecer e manter, acessar e entregar assistência humanitária a pessoas afetadas, seja por desastre ou outras emergências, como conflitos armados (OCHA, 2022).

Quadro 2 - Princípios Humanitários da UNRWA

Princípio humanitário	Conceito	Exemplo
Humanidade	Proteger a vida e a saúde; respeitar todos seres humanos, independentemente de quem sejam ou do que tenham feito	A estratégia de médio prazo da UNRWA 2016-2021 inclui prioridades para proteger os refugiados, melhorar o acesso e qualidade da assistência médica e fornecer educação de qualidade e capacitação.
Neutralidade	Não envolvimento em controvérsias de natureza religiosa, racial, política e não tomar partido em hostilidades	As instalações da UNRWA abrigam Pessoas Deslocadas Internamento (PIDs) e não podem mostrar sinais ou bandeiras políticas para evitar colocar a instalação em perigo durante as hostilidades.
Imparcialidade	Ação humanitária baseada na necessidade. Prioriza casos urgentes sem fazer distinções	O programa de saúde da UNRWA dá prioridade a refugiados com doenças que ameaçam a vida. A estratégia educacional de médio prazo visa aumentar o foco em alunos com necessidades especiais, psicossociais, de origens pobres e que sofreram abuso e violência física.
Independência	Ação humanitária independente de objetivos políticos, econômicos ou militares ou quaisquer outros que atores possam ter em relação às áreas onde a ação humanitária está sendo implementada. Este princípio garante que a UNRWA mantenha seu compromisso com os outros princípios.	A estrutura rígida da conduta da equipe, que tem o intuito de garantir que os membros não se afiliem a quaisquer outros grupos.

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2023b)

De acordo com as informações do quadro 2, é possível perceber que esse conjunto de princípios ajuda a garantir o compromisso da agência para com as pessoas refugiadas e sua segurança, proporcionando a ajuda necessária para as pessoas refugiadas da Palestina. Os princípios supracitados atuam como base para guiar a atuação da UNRWA abordada a seguir, trazendo o histórico de mandato e todo o trabalho da Agência, desde 1950, ano de sua criação, até 2015, ano que antecedeu a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.2 ATUAÇÃO DA UNRWA: DA CRIAÇÃO (1950) À AGENDA 2030 (2015)

A UNRWA foi criada para a realização de assistência direta e programas de trabalho para pessoas refugiadas da Palestina e iniciou suas operações no dia 1 de maio de 1950 (UNRWA, 2023f). Seu mandato, conforme especificado pela Resolução n. 302(IV), da UNGA, de 8 de dezembro de 1949, era duplo. A Agência deveria realizar programas de socorro direto e obras recomendados pela Missão de Estudos Econômicos, em colaboração com os governos locais, e consultar os governos interessados sobre medidas a serem tomadas para a cessação da assistência internacional nos projetos de socorro e obras.

A UNRWA tem um mandato humanitário e de desenvolvimento, estabelecido pela UNGA, que objetiva fornecer assistência e proteção às pessoas refugiadas da Palestina, enquanto se espera por soluções justas e duradouras (UNRWA, 2021a). A assistência humanitária e a contribuição para a proteção de pessoas refugiadas da UNRWA se dão por meio da prestação de serviços essenciais nas áreas da educação básica, cuidados primários de saúde física e mental, microcrédito, assistência social, serviços sociais e assistência de emergência (UNRWA, 2021a).

Além disso, na sua atuação, a UNRWA institui a abordagem de participação das pessoas refugiadas no mercado de trabalho, sendo uma parte significativa no trabalho da Agência. É a realização de programas de ajuda direta e oferta de empregos para as pessoas deslocadas devido ao conflito na Palestina (Rempel, 2013). O autor aponta que a abordagem inicial da UNRWA para empregar a população palestina foi em grande parte uma função de seu mandato.

A contratação de pessoas refugiadas para os programas de assistência da UNRWA, como alimentação, saúde, educação e bem-estar social, apoiou diversas famílias. Essa ação também complementou os esforços da Agência para promover a autossuficiência das pessoas refugiadas, por meio de empregos em pequena escala, como tecelagem, confecção de roupas, carpintaria e sapataria, e, em média escala, projetos de obras, como construção de estradas e arborização. O intuito era não somente apoiar o engajamento das pessoas refugiadas e atender as suas necessidades básicas, mas também minimizar a carga sobre os Estados anfitriões, ajudando a transformar a região conturbada (Rempel, 2013).

Sobre a participação das pessoas refugiadas, era esperado que a oportunidade de trabalhar aumentasse o número de alternativas práticas para essas pessoas, promovendo uma visão realista do futuro que elas poderiam alcançar. A contratação de pessoas refugiadas também diminuiu os custos administrativos da Agência, por meio da redução da equipe internacional em mais da metade durante o início da operação (Rempel, 2013).

Ainda de acordo com Rempel (2013), a abordagem participativa evoluiu à medida que a UNRWA tentou envolver as pessoas refugiadas em seus programas. Contudo, com a preocupação de que a aquisição de um emprego levasse a um reassentamento permanente, muitos tiveram receio de aderir ao programa inicialmente. Ademais, o mandato da Agência também evoluiu ao longo dos anos. Estendeu-se à prestação de serviços de emergência e a implementação de mudanças, conforme as necessidades e a situação política das pessoas refugiadas da Palestina (Rosenfeld, 2009).

O mandato da UNRWA já havia sido alterado pela Assembleia Geral no ano em que a Agência foi criada. Na resolução n. 393, de 2 de dezembro de 1950, a UNGA incluiu os assuntos de repatriamento e reassentamento, o que significou um envolvimento da UNRWA na busca de uma solução duradoura. No entanto, este envolvimento não durou muito, devido à forte oposição em relação ao envolvimento da UNRWA neste campo (Sutrich, 2008).

O repatriamento pode ocorrer de forma voluntária, quando a pessoa retorna ao país de origem com base na vontade desse indivíduo, e involuntária, que ocorre quando o país anfitrião cria circunstâncias que inviabilizam a permanência do indivíduo, forçando-o a retornar ao seu país (Alves, 2021). O reassentamento, por sua vez, segundo o ACNUR (2023), é a transferência de pessoas refugiadas de um Estado anfitrião para outro que aceitou acolhê-los.

A resolução n. 302 (IV) de criação da UNRWA previa a sua evolução de assistência para uma agência de reabilitação, sendo clara a expectativa de que o envolvimento com a prestação de socorro seria de curta duração. Assim, toda a ajuda que antes havia sido destinada à alimentação, por exemplo, deveria ser realocada para projetos de obras, que deveriam ser patrocinados pela Agência em colaboração com os governos árabes (Rosenfeld, 2009).

Dessa maneira, o mandato de socorro da UNRWA passou de assistência emergencial, fornecida por meio de alimentação, abrigo, roupas e cuidados básicos de saúde, para um apoio que incluía o desenvolvimento social da população refugiada da Palestina (Takkenberg, 2009).

Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, a Assembleia Geral solicitou que a UNRWA estendesse seus serviços também a grupos de pessoas refugiadas não registradas. Ou seja, a UNRWA deveria incluir também as pessoas refugiadas que se deslocaram após 1948. Ainda em 1967, a Assembleia Geral aprovou uma série de resoluções pedindo maiores esforços da ONU para a proteção das pessoas refugiadas da Palestina nos territórios ocupados, após a invasão do sul do Líbano por Israel (Sutrich, 2008).

Em 1960, a UNRWA começou a abranger seu mandato original e mudou o foco das atividades da ajuda humanitária para o desenvolvimento de sistemas modernos de educação e

saúde. Posteriormente, ela se consolidou como uma agência centrada na educação e facilitou a transformação nos perfis educacionais e ocupacionais das pessoas refugiadas de segunda e terceira geração (Rosenfeld, 2009). Saliente-se que essas pessoas são descendentes de homens refugiados da Palestina que herdaram o status de pessoa refugiada da Palestina (UNRWA, 2023c).

Segundo Rosenfeld (2009), o trabalho da UNRWA para universalizar a educação básica e promover a obtenção de educação secundária e profissional permitiu que jovens refugiados da Palestina alcançassem uma certa vantagem educacional sobre seus pares nos países árabes anfitriões. No contexto da crescente demanda por profissionais e pessoas qualificadas na Jordânia e nos países árabes produtores de petróleo, as qualificações educacionais superiores concederam às pessoas refugiadas uma vantagem relativa nos mercados de trabalho da região, que durou até o 1980.

Em seu antigo mandato, a UNRWA se empenhava em prestar assistência técnica, na qual não havia a necessidade de um forte engajamento da Agência em relação ao envolvimento em programas de cooperação bilateral, em que manteriam contratos com entidades privadas, por exemplo. Atualmente, uma das características da UNRWA é que ela fornece a maioria de seus serviços diretamente, sem subcontratar outras agências.

A Agência emprega um grande número de funcionários, dirige suas próprias escolas, administra centros de saúde e hospitais, oferece seguridade social e tem seus próprios programas de construção e microcrédito (Sutrich, 2008). De acordo com Rosenfeld (2009), a educação foi a primeira área em que essa mudança ocorreu. No início da atuação da UNRWA, quando as Nações Unidas começaram a levantar fundos para as pessoas refugiadas da Palestina, os esforços orçamentários não eram direcionados à educação porque o problema era considerado temporário.

A UNRWA identificou um problema crescente de desemprego, desde o início do deslocamento, e seu risco para o futuro da população refugiada (UNRWA, 1961). Para atender a essa questão, a Agência ampliou seu papel na educação para capacitar a população mais jovem. Dessa forma, no início da década de 1960, a UNRWA manteve seus serviços de socorro, mas também concentrou recursos na expansão e melhoria de seu programa educacional (Sutrich, 2008).

Em 1960, a UNRWA alcançou a mesma quantidade de matrículas de meninos e meninas em suas escolas primárias, totalizando 103,632 alunos nos cinco campos de atuação da Agência (United Nations, 1962). O programa educacional também inclui formação técnica e profissional e orientação profissional. Essas medidas visavam melhorar a empregabilidade das pessoas

refugiadas. A estratégia inicial de desenvolvimento humano da UNRWA fez que com que cerca de 1,42 milhão de alunos concluíssem o ciclo educacional básico de nove anos, dando maior possibilidade para a autossuficiência econômica da grande maioria das pessoas refugiadas (Takkenberg, 2009).

Devido ao curto orçamento, a UNRWA enfrentou, contudo, dificuldades em atender as demandas da crescente comunidade de pessoas refugiadas da Palestina, o que resultou em uma série de desafios para os programas (Sutrich, 2008). Assim como outros, o programa voltado para a educação mostrou uma tendência de queda na qualidade e no número de alunos e professores.

Nos anos 1980, à medida que as pessoas refugiadas atingiram certa autossuficiência, a dependência da ajuda direta caiu drasticamente. Por esta razão, em meados da mesma década, a UNRWA conseguiu substituir seu programa geral de alimentação por um programa mais seletivo, dirigido a famílias em dificuldades especiais (Takkenberg, 2009).

Durante os anos 1990, a UNRWA passou por uma crise financeira, cenário no qual a Agência vivia com recorrência. Durante esse período, precisou desenvolver habilidades de comunicação para divulgar sua missão e garantir financiamento. Embora tenha frequentemente obtido sucesso na arrecadação de fundos, o cenário na década de 1990 se revelou particularmente difícil, devido à Guerra Fria e ao aumento da necessidade de assistência humanitária em diferentes regiões do planeta (Bocco, 2009).

Na década de 2000, no seu programa de saúde que usava 19% de seu orçamento geral, a UNRWA administrava 127 clínicas com quase nove milhões de consultas anuais. O sistema de saúde da UNRWA obteve conquistas importantes em seus cinco campos de atuação, desde o início de suas operações. A taxa de mortalidade infantil caiu consideravelmente, entre 1960 e 2006. Além disso, a Agência também fornecia vacinação à população (Sutrich, 2008).

Em 2004, a UNRWA passou também a desenvolver soluções de infraestrutura e situação habitacional nos acampamentos de pessoas refugiadas. Foi estabelecida a Unidade de Infraestrutura e Melhoramento do Acampamento, que representou uma mudança no seu envolvimento em projetos de infraestrutura em campos de pessoas refugiadas.

Devido a essa mudança, a UNRWA passou a liderar a reconstrução do campo de refugiados de *Nahr el-bared*, que foi destruído, em 2007, no norte do Líbano. Este novo compromisso transformou a UNRWA em, também, uma agência de desenvolvimento da região, na década de 2000 (Sutrich, 2008).

De maio a setembro de 2007, ocorreu um conflito entre o *Fatah al-Islam*, um grupo militante islâmico sunita, surgido em 2006, formado por membros libaneses, sírios e palestinos (Bloom, 2007) e o exército libanês, que resultou na destruição total do acampamento. Mais de 30.000 pessoas foram deslocadas do Campo *Nahr El-Bared* e da área em volta do acampamento. Após os conflitos, existiam 31.303 pessoas refugiadas registradas no campo de *Nahr El-Bared*, mas, estima-se que o número daqueles que realmente viviam no acampamento antes dos eventos de 2007 era em torno de 27.000 (Sutrich, 2008).

Em 2009, a UNRWA fez um plano de orçamento que refletia a introdução da Agência em novas abordagens de planejamento estratégico e orçamentário. Esse plano resultou na Estratégia de Médio Prazo (MTS) da Agência para o período de 2010-2015. Entre as realizações esperadas, a MTS identificou quatro objetivos de desenvolvimento humano para as pessoas refugiadas da Palestina: a) ter uma vida longa e saudável; b) adquirir conhecimentos e competências; c) ter um padrão de vida digno; e d) gozar dos direitos humanos na medida do possível. Destes quatro objetivos de desenvolvimento humano, 15 objetivos estratégicos foram identificados para médio prazo, de 2010 a 2015 (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020).

Os Planos de Implementação são baseados nas metas de desenvolvimento humano e nos objetivos estratégicos estabelecidos no MTS. Os Planos de Implementação de Campo descrevem os cinco programas principais da UNRWA: Educação, Saúde, Assistência Social e Serviços, Melhoria de Infraestrutura e Acampamentos e Microfinanciamento. O objetivo era que esses programas fossem implementados durante o biênio 2010–2011, em cada campo, para alcançar os resultados estabelecidos e esperados (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020).

O Programa de Melhoria de Infraestrutura e Acampamento (ICIP) visa trabalhar na melhoria dos campos de refúgio conforme as necessidades dos residentes. O programa implementa melhorias em casas, escolas, espaços públicos e clínicas, incluindo acessibilidade para pessoas com deficiência. Além disso, o ICIP reconstrói acampamentos que foram destruídos ou danificados por conflitos armados e desastres naturais. Dessa forma, o programa procura proporcionar um ambiente urbano seguro e saudável para as pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA, 2023d).

Para isso, o ICIP trabalha em colaboração com as autoridades anfitriãs para garantir o acesso à água potável por meio de redes de abastecimento de água e para garantir o fornecimento de sistemas de esgoto, serviços de remoção de resíduos, drenagem de águas pluviais e serviços de controle de roedores, combate a propagação de doenças relacionadas ao saneamento e à higiene (UNRWA, 2013d).

Ao longo de seis décadas – 1950 até 2015 – a UNRWA passou por inúmeras mudanças. O plano inicial, no momento da sua criação, era oferecer ajuda de emergência. Até dezembro de 1949, a ajuda era realizada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, pela Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e pelo *American Friends Service Committee* (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020).

Michael e Hateul-Radoshitzky (2020) afirmam que a UNRWA também foi encarregada da implementação de programas de obras públicas, cujo objetivo era a reintegração econômica das pessoas refugiadas da Palestina. Com isso, a Agência é a única organização internacional criada para enfrentar um problema específico de pessoas refugiadas em uma área geográfica específica, que abrange Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Síria e Líbano.

Bocco (2009) afirma que, desde o início, o mandato da Agência foi caracterizado por uma série de ambiguidades que estariam relacionadas aos objetivos de seus doadores, como os Estados Unidos e países da Europa, e divergências quanto ao possível impacto das operações da Agência. Essas divergências estariam ligadas ao reassentamento de pessoas refugiadas da Palestina em outros países, fora do que Bocco (2009) chama de Palestina histórica.

Com isso, foram levantadas dúvidas sobre a disposição da comunidade internacional para a implementação da Resolução n. 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas, considerada pelas pessoas refugiadas da Palestina como uma garantia de seu direito de retorno e/ou compensação (Bocco, 2009). Essa resolução permitia que as pessoas que assim desejassem pudessem retornar ao seu lugar de origem, de onde antes tinham sido forçados a sair. Além disso, a resolução também propôs uma indenização para aqueles que escolhessem não retornar (United Nations, 1948).

Essa resolução, segundo Bocco (2009), seria uma base para negociar um acordo final de paz com o governo israelense, que não reconheceria sua responsabilidade quantos aos acontecimentos de 1948. Isso tiraria o direito das pessoas refugiadas da Palestina de retornar a sua pátria original e/ou seu direito a uma indenização (UNRWA, 2023f). Nesse contexto, apesar de ser oficialmente uma organização não política, desde o início a UNRWA esteve profundamente envolvida em um contexto altamente politizado, no tocante à interferência dos interesses dos Estados na atuação das agências da ONU (Lyons *et al.*, 1977).

De acordo com Bocco (2009), partindo de um ponto de vista contraditório, o que fez e faz as ações da UNRWA serem bem-sucedidas são suas ambiguidades, ou seja, a Agência carece de clareza e objetividade em alguns âmbitos, como no próprio exercício de suas funções e mandato, e sua capacidade de administrar essas ambiguidades. Isso permite à Agência uma

abrangência e certa liberdade na sua atuação. Um exemplo está na implementação de seu mandato, como citado, no qual a UNRWA exerce trabalhos que não estão explícitos como função da Agência.

A Assembleia Geral das Nações Unidas ofereceu pouca orientação sobre a evolução do mandato da UNRWA. Enquanto seu mandato abrangente levou à Agência a se adaptar, na tentativa de suprir as necessidades enquanto surgiam, seu mandato também se tornou problemático, devido a decisões críticas, como definir prioridades, que precisaram ser tomadas em um ambiente de constante mudança.

Bocco (2009) aponta que as ambiguidades do mandato da UNRWA podem estar ligadas ao fato de que a Agência deveria ter sido dissolvida poucos anos após sua criação. Ela é considerada temporária, entretanto, seu mandato foi renovado diversas vezes e a Agência já existe há mais de 70 anos (Bocco, 2009).

A seguir, no capítulo 2, será discutida a atuação da UNRWA nos cinco campos de atuação, a partir de 2016, ano de implementação da Agenda 2030, até 2021. Neste período, além de mudanças internas, devido à incorporação dos ODS, especialmente o ODS n. 4, a UNRWA também passou por diversos desafios, por exemplo, devido à pandemia da COVID- 19, em 2020 e 2021.

2 ATUAÇÃO DA UNRWA A PARTIR DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL N. 4 (2016-2021)

Neste capítulo, será apresentado, primeiramente, o trabalho realizado pela UNRWA, de 2016 até 2021, em seus campos de operação. Em segundo, será apresentado o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de qualidade – com suas metas, meios de implementação, princípios adjacentes e suas perspectivas.

Vale destacar que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada por todos os Estados Membros das Nações Unidas, em 2015. Essa Agenda fornece um plano compartilhado para a paz e a prosperidade das pessoas e do planeta. Em seu fundamento, estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são um apelo urgente à ação de todos os países, em uma parceria global (UNITED NATIONS, 2015).

Os ODS são resultado de décadas de trabalho dos países e da ONU. Esses Objetivos são integrados, ou seja, a ação em uma área afetará os resultados em outras e o desenvolvimento deve incluir a sustentabilidade social, econômica e ambiental. A Agenda 2030 reconhece que acabar com a pobreza e outras privações deve andar de mãos dadas com estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico e, ainda, combatam mudanças climáticas e trabalhem para preservar oceanos e florestas (UNITED NATIONS, 2015).

O Objetivo 4, foco desta pesquisa, será apresentado neste capítulo. Este ODS tem como propósito assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas e todos (UNITED NATIONS, 2015).

2.1 ATUAÇÃO DA UNRWA NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

Desde 2016, a UNRWA visa trabalhar sob a orientação da Agenda 2030 da ONU, aprimorando o trabalho que já executava, adequando-o aos 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis adotados pela Agência. São eles: ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 2 - Fome Zero e agricultura sustentável; ODS 3 - saúde e bem-estar; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 6 – Água limpa e saneamento; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução da desigualdade; ODS 13 – Ação climática; ODS 16 - Paz justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação (United Nations, 2015).

Neste cenário, em 2016, a Agência apresentou uma visão estratégica e seus objetivos para os programas do período de 2016 até 2021, por meio de uma Estratégia de Médio Prazo (MTS). Seus objetivos eram maximizar o uso de recursos e o impacto das operações da UNRWA no atendimento às pessoas refugiadas, reafirmar o compromisso da Agência em defender e proporcionar o desenvolvimento humano e a proteção dos refugiados da Palestina (UNRWA, 2016).

No primeiro ano do período estratégico, a UNRWA esperava a possibilidade de que 1,28 milhão de pessoas refugiadas na Faixa de Gaza continuassem a sofrer bloqueio ilegal imposto por Israel. Esse bloqueio descumpre o artigo 33 – Responsabilidade individual, Penalidade coletiva, Pilhagem, Represálias – da IV Convenção de Genebra, que proíbe medidas de intimidação e terrorismo, pilhagem, represálias e afirma que nenhuma pessoa protegida poder ser punida por uma ofensa que não tenha cometido pessoalmente (United Nations, 1949).

O bloqueio poderia levar a crises de eletricidade, combustível e alimentos, e restrições quanto à capacidade de geração de empregos em Gaza, que empurraria ainda mais a população para a pobreza. As previsões também eram de que, no início desse período MTS, mais de 450.000 palestinos refugiados registrados no Líbano continuassem a enfrentar exclusão, discriminação e negação de seus direitos (UNRWA, 2017).

A ideia, para o período estratégico, era que a UNRWA permanecesse como ator principal na redução do impacto de ameaças, comprometendo-se em fornecer apoio a todas as pessoas refugiadas da Palestina registradas em seus serviços. A UNRWA também objetivava se concentrar na construção da capacidade das pessoas refugiadas da Palestina e fazer o possível para criar um ambiente propício para que eles exercessem essas capacidades, ajudando a diminuir o impacto regional e os desafios enfrentados pelas pessoas refugiadas (UNRWA, 2016). Desse modo, o intuito da Agência era oferecer educação formal, técnica e superior, para que essas pessoas entrassem no mercado de trabalho, obtendo sua independência e saindo das margens da sociedade local.

No período da MTS, contudo, as pessoas refugiadas enfrentavam um número crescente de ameaças à segurança, devido aos conflitos armados na Síria, Cisjordânia e Faixa de Gaza, o que agravou a situação de vulnerabilidade dessas pessoas. Nesse cenário, a UNRWA afirmou ter sustentado seu investimento no capital humano dos refugiados. A Agência se propôs a fazer isso por meio da prestação contínua de serviços essenciais, mesmo que sem as ferramentas de política nacional por meio das quais os Estados abordam uma multiplicidade de problemas sociais e desafios econômicos como aumento do desemprego e aumento de insegurança (UNRWA, 2017).

Dessa forma, a UNRWA apontou a importância de abordar as causas do aumento da vulnerabilidade das pessoas refugiadas. Os Estados-Membros das Nações Unidas, incluindo os Estados parte de conflitos, precisariam se empenhar nessa abordagem para não haver agravamento da situação. Ou seja, apontou-se a necessidade de uma solução definitiva na questão das pessoas refugiadas da Palestina, para que elas pudessem sair do limbo em que se encontram há anos. Com as consequências agravadas, como o crescimento do desemprego, seria mais custoso manter saúde e bem-estar social.

Ainda assim, em 2016, segundo a UNRWA (2017), houve algumas conquistas operacionais em Gaza, como a construção de escolas, projetos de infraestrutura, educação, empregabilidade, saúde e igualdade de gênero (quadro 3).

Com relação à infraestrutura, a UNRWA concluiu a construção de 24 novos prédios escolares. Além disso, no mesmo ano, a Agência afirma que houve uma melhoria na infraestrutura dos acampamentos, que incluiu a construção de dois centros de saúde, uma biblioteca pública e projetos de captação de águas pluviais em escolas na Faixa de Gaza (UNRWA, 2017).

A UNRWA também identificou 50 escolas para servir como abrigos de emergência e as equipou com sistemas solares, geradores elevados, chuveiro, galpões e estações de purificação, para garantir o acesso à água potável. Até o final de novembro do mesmo ano, 30 projetos de infraestrutura no valor de US\$ 64,45 milhões estavam em execução. Nesse ano, foram gerados 8.923 empregos (UNRWA, 2017).

No que diz respeito à educação, também em Gaza, em agosto de 2016, as crianças refugiadas da Palestina iniciaram o ano letivo de 2016/17 e as escolas tiveram um aumento de 12.000 alunos em relação a 2015, totalizando mais de 262.000 crianças. Durante as férias, com o *Summer Fun Weeks* (Semanas de diversão no verão), em julho e agosto, a UNRWA ofereceu atividades esportivas, culturais e educativas para mais de 165.000 crianças refugiadas. Mais de 36.000 alunos também frequentaram o *Summer Learning Program* (Programa de aprendizado de verão), com duração de 18 dias, no qual as crianças puderam refazer os exames que haviam sido reprovados anteriormente (UNRWA, 2017).

Apesar de os relatórios da UNRWA sempre mostrarem números e conquistas positivas, o suprimento das necessidades das pessoas refugiadas que a Agência se compromete a cumprir está sempre em déficit, incluindo na educação, uma das áreas de maior dedicação da Agência. É possível observar essa falha da Agência por meio de denúncias que afirmam a falta de preparo de professores ou até mesmo de um ensino antissemita (UNWatch, 2023).

Quadro 3 – Quadro de atuação da UNRWA em Gaza no ano de 2016

Áreas de conquistas operacionais em Gaza (2016)	Realizações
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção de novas escolas ➤ Melhoria na infraestrutura de acampamentos e escolas
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Semanas de diversão no verão (<i>Summer Fun Weeks</i>) ➤ Programa de aprendizado de verão (<i>Summer learning Programm</i>)
Empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de criação de emprego ➤ Educação técnica e vocacional e treinamento (<i>Technical Vocational Education and Training</i>)
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contratação de novos médicos e enfermeiros ➤ Projeto integrativo de serviços de saúde primários e cuidados primários com a saúde mental ➤ Programa Comunitário de Saúde Mental ➤ Conselheiros e facilitadores psicossociais nas escolas
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Iniciativa de gênero (<i>Gender Initiative</i>) ➤ Programa de Empoderamento Mulher Chefe de Família ➤ Programa de liderança das moças ➤ Programa de prevenção contra a violência de gênero (<i>Gender based violence – GBV</i>)

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2017).

O déficit no cumprimento do seu mandato também ocorre devido a questões financeiras, questões burocráticas da própria Agência, resultando no desamparo das pessoas, e devido ao constante aumento da população refugiada, como apontado pelo *Euro-Med Monitor* (2017). No ano 2000, por exemplo, havia 800.000 pessoas refugiadas, somente nos campos de Gaza, número que subiu para 1,34 milhão em 2016 (EURO-MED Monitor, 2017).

Mesmo assim, a UNRWA afirma ter tido conquistas positivas em 2016 em relação à empregabilidade e economia. Entre janeiro e novembro de 2016, a UNRWA afirma ter gerado oportunidades de emprego para aproximadamente 19.200 beneficiários, por meio do Programa de Criação de Emprego, injetando US\$ 13,86 milhões na economia de Gaza. Do total de

empregos, aproximadamente um terço foi concedido a mulheres e mais de 4.600 a jovens adultos entre 18 e 26 anos, afirma a UNRWA (2017).

Até 2016, a UNRWA aponta que mais de 22.000 alunos haviam completado o UNRWA *Technical Vocational Education and Training* – TVET (Educação técnica e vocacional e treinamento) (UNRWA, 2017). Este programa foi criado para capacitar as pessoas refugiadas da Palestina e dar-lhes independência. Para isso, o TVET procura fornecer habilidades e conhecimento de forma inclusiva e sustentável. O programa visa ajudar as pessoas a atingirem seu potencial máximo e apoiar o mercado regional (UNRWA, 2016c).

Os programas da Agência abrangem uma diversidade de setores. Em primeiro, os programas direcionados à educação têm a intenção de não somente alfabetizar crianças e dar-lhes a formação escolar, mas também de gerar autonomia e garantir a empregabilidade das pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA, 2017).

Em segundo, a UNRWA também busca agir em prol de segurança, igualdade de gênero, bem-estar social, e saúde dessa população, por meio de seus programas. O *Gender Initiative* (iniciativa em gênero) é um exemplo dessa diversidade. No dia 12 de agosto de 2016, em comemoração ao Dia Internacional da Juventude, foi organizado, por meio desse programa, um treinamento de dois dias sobre reciclagem e eficiência de recursos para mais de 400 jovens em toda a Faixa de Gaza (UNRWA, 2017).

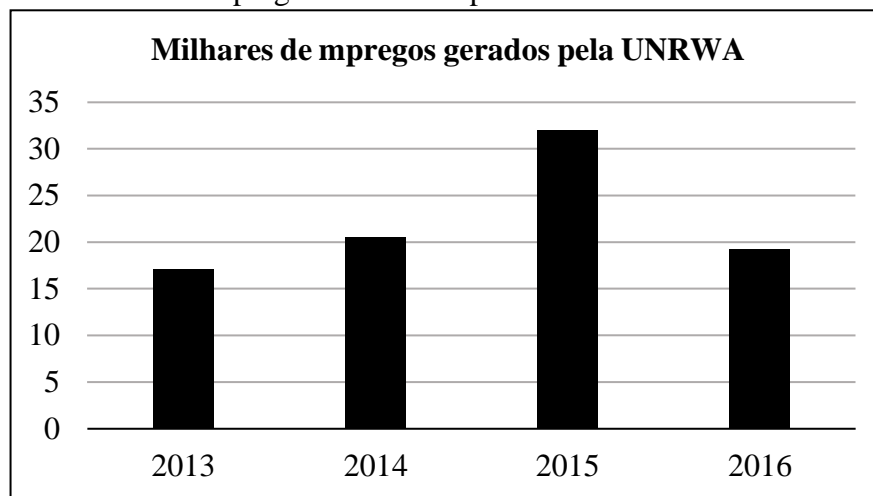
Nem sempre esses programas possuem a eficácia esperada ou prometida. Apesar das iniciativas, o número de empregos oferecidos em 2016, por exemplo, foi inferior aos anos anteriores, devido à falta de financiamento (UNRWA, 2017). Em 2013, foram oferecidas 17.060 oportunidades, 20.550 em 2014 e 32.000 em 2015 (figura 6). Em 2016, a UNRWA também distribuiu assistência alimentar a mais de 960.000 beneficiários. E, até o final do mesmo ano, ela distribuiu mais de US\$ 229,6 milhões para o programa de reparação e reconstrução de abrigos (UNRWA, 2017).

Na área da saúde, a UNRWA afirma ter empregado 166 médicos e 328 enfermeiros, que prestaram cuidados de saúde primários em 21 Centros de Saúde (HCs) em Gaza, atendendo a mais de um milhão de pacientes por trimestre. Além disso, 15 médicos concluíram pós-graduação em Medicina de Família, que a UNRWA havia implementado pela primeira vez, em cooperação com a Universidade de *Westminster*, na Inglaterra, e a Universidade de *Azhar*, no Egito.

Ainda no início de 2016, a Agência lançou um projeto-piloto no *Saftawi Health Centre* (Centro de Saúde Saftawi), ao norte de Gaza, para integrar os serviços de saúde e os cuidados de saúde mental em sua atenção primária (UNRWA, 2017). A UNRWA também afirma ter

mantido um Programa Comunitário de Saúde Mental e uma rede de mais de 230 conselheiros e 185 facilitadores psicossociais em suas escolas, bem como 23 conselheiros e cinco consultores jurídicos nos seus centros de saúde, para fornecer aconselhamento em grupo ou individual (UNRWA, 2017).

Figura 6 - Número de empregos oferecidos pela UNRWA entre os anos 2013 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2017).

Em 2016, a Iniciativa de Gênero da UNRWA implementou o Programa de Empoderamento Mulher Chefe de Família, no qual mais de 650 mulheres chefes de família foram beneficiadas com 18 sessões de formação sobre autodesenvolvimento, educação financeira e gerenciamento. Além disso, 950 mulheres concluíram o Programa de Liderança das Moças de três meses com foco em gestão e tecnologia da informação.

Durante 16 dias de ativismo, houve uma campanha contra a violência de gênero, com o programa *Gender Based Violence – GBV* (Violência de gênero). O programa visa abordar tanto a prevenção quanto resposta a questões de violência baseada em gênero. Para isso, a UNRWA adotou uma abordagem multisetorial, que envolve formação e capacitação de pessoal, atividades de sensibilização e de prevenção, nas comunidades de pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA, 2016b).

Em novembro e dezembro de 2016, os serviços sociais e de socorro da UNRWA em conjunto com programas de educação, a Iniciativa de Gênero e o Gabinete de Comunicação, disponibilizaram diversas dessas atividades, como:

- (i) formação em direitos humanos para professores e estudantes sobre casamento precoce, saúde do adolescente, GBV e direitos das mulheres;
- (ii) programa de rádio, em parceria com uma estação de rádio local; e

- (iii) fóruns de discussão sobre causas e consequências da GBV, em organizações comunitárias e centros de programas para mulheres em toda a Faixa de Gaza (UNRWA, 2017).

Em 2016, apesar de a UNRWA mostrar um ponto de vista positivo sobre seu trabalho, a Agência passava por um período difícil, devido a ofensivas por parte de Israel em 2014. Além de o trabalho da Agência já estar em decadência, as operações militares israelenses acabaram agravando o estado de vulnerabilidade das pessoas refugiadas da Palestina e aumentando o número de pessoas que precisavam de assistência.

Além disso, ao relatar seu trabalho e realçar os pontos positivos, a Agência destaca sua atuação em Gaza e escanteia os outros quatro campos de atuação, deixando de especificar a real situação de cada localidade. Essa ocorrência é possível ser observada na maior parte dos relatórios da UNRWA.

No que diz respeito ao ano de 2017, a UNRWA (2018b) afirma que continuou a prestação de seus serviços na proteção de pessoas refugiadas da Palestina, dando destaque nas áreas de Políticas de proteção, de gênero e da saúde (quadro 4).

Quadro 4 – Quadro de destaques da atuação da UNRWA no ano de 2017

Áreas de conquistas operacionais (2017)	Realizações
Políticas de proteção, estruturas, estratégias e diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Divisão de proteção ➤ Treinamento de funcionários ➤ Programa de Proteção à Criança
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Projeto Construindo a segurança ➤ Chamada à ação para proteção contra violência de gênero em emergências ➤ Política de Igualdade de Gênero e Estratégia para a Igualdade de Género 2016-2021 (<i>Gender Equality Strategy - GES</i>)
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Saúde Mental e Apoio Psicossocial

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2018b).

Em 2016, havia sido criada a Divisão de Proteção, com sede em Amã e, em 2017, houve

a consolidação das equipes de proteção em todos os escritórios de campo. Após isso, a Agência afirma ter concentrado seus esforços na operacionalização das principais políticas de proteção, estruturas, estratégias e diretrizes. Com esse intuito, 3.026 funcionários receberam treinamento de proteção em 2017 (UNRWA, 2018b).

A UNRWA também continuou dedicando-se à eliminação da violência baseada em gênero (GBV) por meio da iniciativa financiada pelo projeto Construindo a Segurança. Esse projeto se configura em intervenções integradas, que incluem preparação, prevenção e respostas a emergências relacionadas à violência baseada em gênero (UNRWA, 2018b).

Em 2017, as realizações do projeto incluíram (i) o desenvolvimento de roteiros de GBV ao nível de campo, como ferramentas de planejamento e monitoramento, e (ii) a finalização e divulgação das Diretrizes para GBV, com exercício de formação inicial.

Ao reafirmar seu compromisso em lidar com a GBV, a UNRWA se tornou um membro do Chamada à Ação para Proteção contra GBV em Emergências. A Chamada à Ação foi um esforço coletivo de doadores, agências da ONU, organizações não-governamentais (ONGs) e outros atores interessados a fortalecer a resposta à GBV em situações de crise humanitária (UNRWA, 2018b).

Durante 2017, a UNRWA (2018b) afirma ter identificado e fornecido assistência a cerca de 4.958 sobreviventes de GBV. Dos atendidos, 52% eram mulheres, 33% eram meninas, 8% eram meninos e 7% por cento eram homens. Por meio da prestação direta de serviços da Agência e/ou encaminhamentos para prestadores de serviços, os sobreviventes receberam assistência que incluiu aconselhamento médico, jurídico e/ou psicossocial (quadro 4 acima).

A UNRWA (2018b) também afirma ter continuado a implementar o Programa de Proteção à Criança. Essa iniciativa foi lançada para desenvolver e estabelecer medidas preventivas e de resposta para a eliminação da violência contra as crianças. Para isso, todos os escritórios da Agência foram comprometidos no desenvolvimento de planos de ação para lidar com a violência contra crianças.

A UNRWA (2018b) afirma ter prestado assistência a um número estimado de 2.540 crianças em situação de risco, em 2017. Dos atendidos, 58% eram meninos, 42% eram meninas e 4,4% eram crianças com deficiência. As preocupações com a proteção da criança correspondiam às questões que incluíam violência física, abuso, negligência, casamento infantil, questões de trabalho infantil e registro de nascimento.

No mesmo ano, segundo a UNRWA (2018b), a Agência trabalhou na facilitação do acesso a serviços de reabilitação e apoio específico para cerca de 13.143 pessoas refugiadas da Palestina com deficiências. Em maio, aproximadamente 98.087 pessoas receberam atendimento

por meio do Programa Saúde Mental e Apoio Psicossocial (*Mental Health and Psychosocial Support - MHPSS*) nas cinco áreas de operação da Agência. Além disso, cerca de 12.733 pessoas refugiadas da Palestina receberam alguma forma de assistência jurídica e aconselhamento em questões civis (UNRWA, 2018b).

A UNRWA afirma ter alcançado importantes conquistas quanto à prestação de serviços de proteção, em 2017, tais como:

- desenvolvimento de infraestrutura e melhoria de acampamento, com o objetivo de garantir que os projetos do acampamento e do abrigo sejam desenvolvidos de forma participativa e acessível, de maneira que garanta segurança física e acessibilidade; e
- (ii) esforços para abordar questões de acessibilidade para o registro de pessoas refugiadas da Palestina, por exemplo, colocando oficiais de registro em HCs na Cisjordânia e na Jordânia (UNRWA, 2018b).

Além disso, a agência salienta que manteve seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Este compromisso foi consagrado na política de Igualdade de Gênero e Estratégia para a Igualdade de Género 2016-2021 (GES), implementado em conjunto com o MTS 2016-2021 (UNRWA, 2018b).

Nesse mesmo ano, a Agência avançou na implementação da GES por meio de:

- (i) desenvolvimento de ações individuais nos escritórios de campo, via planos que foram finalizados em torno de questões sobre GBV, saúde reprodutiva, abandono escolar, igualdade de gênero e questões de empoderamento de mulheres e meninas;
- (ii) lançamento de uma ferramenta de marcação de gênero, que rastreia e relata sobre alocações e despesas para integração de gênero;
- (iii) lançamento de um *Gender Champion Award* (Prêmio campeão em gênero) feito para selecionar o pessoal que fez uma contribuição significativa para o avanço da igualdade de gênero;
- (iv) integração de gênero; e
- (v) relatório com dados de ameaças à segurança específico para mulheres (UNRWA, 2018b).

Apesar dos resultados satisfatórios alegados pela UNRWA, nos anos de 2016 e 2017,

devido à crise enfrentada pela Agência e ao baixo financiamento nas áreas de maternidade, educação e emprego, foi possível observar mudanças nas estratégias e prioridades da UNRWA em 2018 (Quadro 5). Ademais, a UNRWA transpõe adquirir conquistas e feitos específicos a cada ano, acabando por negligenciar outras demandas, o que contradiz com o trabalho multifacetado da Agência.

Quadro 5 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2018

Principais Áreas de atuação (2018)	Principais mudanças negativas e/ou positivas	Realizações
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Suspensões relacionadas ao Programa Rede de Segurança Social, como a suspensão da cobertura de partos normais e o do sistema de copagamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Saúde Mental e Apoio Psicossocial.
Gênero		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política de Igualdade de Gênero e Estratégia para a Igualdade de Gênero 2016-2021 (<i>Gender Equality Strategy - GES</i>). ➤ Formação profissional para mulheres.

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2019).

Em 22 de janeiro de 2018, o Comissário Geral da UNRWA lançou uma campanha para arrecadação de fundos. A campanha buscava mobilizar Estados doadores e a sociedade civil em todo o mundo para garantir fundos para manter abertas 700 escolas da UNRWA, que educavam 525.000 crianças (UNRWA, 2019).

A campanha também buscava garantir que a UNRWA pudesse continuar a fornecer ajuda alimentar, dinheiro de emergência, assistência e serviços médicos essenciais a milhões de refugiados. Estes incluíam 400.000 palestinos na Síria, quase um milhão de pessoas em Gaza, que dependiam inteiramente da UNRWA e mais de 50.000 pessoas refugiadas da Palestina no Líbano e na Jordânia (Fiddian-Qasmiyeh, 2019).

Fiddian-Qasmiyeh (2019) ainda afirma que, apesar de a UNRWA ter conseguido fechar compromissos financeiros com agências estatais e não estatais, ainda em 2018, a Agência continuou com um significativo déficit financeiro para suprir sua demanda. Isso levou a

diminuição da sua capacidade de desempenhar suas funções primárias e atender às necessidades e direitos das pessoas sob sua proteção.

Essas crises financeiras, devido à falta de financiamento, são questões recorrentes na UNRWA. A Agência depende de terceiros para exercer seu mandato de forma minimamente cabível. Esses acontecimentos tendem a deixar milhares de pessoas que já se encontram em uma situação de vulnerabilidade sem qualquer amparo humanitário. Esse cenário não é exceção para a UNRWA e faz-se refletir que qualquer tipo de instabilidade em uma Agência das Nações Unidas deveria despertar maior preocupação e comoção no ambiente internacional.

De acordo com Williams (2019), a crise de 2018 ainda serviu para contribuir com abusos de poder na Agência. O autor aponta denúncias de nepotismo e concentração de poder entre membros da UNRWA. A denúncia (2019) ressalta que a crise de 2018 serviu como desculpa para uma extrema concentração de poder de decisão durante o período, inclusive por parte do antigo chefe de gabinete.

Um cenário de crise em uma Agência como a UNRWA deixa a própria em estado vulnerável e abre margem para acontecimentos, como os apontados por Williams (2019). Nesse contexto, as consequências acabam sendo despejadas naqueles que dependem da Agência para sobreviver, as pessoas refugiadas da Palestina.

Ainda em 2018, a UNRWA se viu compelida a suspender a cobertura de partos normais, a partir do final do mês de março daquele ano. Isso também acarretou a suspensão de um sistema de copagamento, através do qual a UNRWA cobria 10% das contas de internação nas redes pública e privada de hospitais para pessoas refugiadas da Palestina, registradas no Programa Rede de Segurança Social (UNRWA, 2019).

A UNRWA afirmou, contudo, que os programas e os serviços que estavam suspensos em março daquele ano, tinham de fato sido financiados por meio de doações externas, ou seja, eram medidas adicionais. Portanto, esses serviços não se enquadravam essencialmente na política de saúde do mandato da UNRWA. Os serviços de partos normais, por exemplo, tinham sido financiados por meio de apoio adicional fornecido pela UNICEF e pelo *Qatari Red Crescent*, de 2011 até março de 2018 (Fiddian-Qasmiyeh, 2019). Já o serviço de copagamento, foi introduzido em 2017. Ele servia como complemento à política de internamento adequado para palestinos vulneráveis, que viviam no Líbano. A UNRWA financiava este serviço fora do Programa de Orçamento de Saúde, por meio de contribuições dos doadores do *Medical Hardship Fund* (*fundo médico Hardship*).

Mesmo naquele contexto, em 2018, a UNRWA afirma que 92.795 pessoas refugiadas da Palestina receberam assistência por meio do MHPSS nos cinco campos de operação da

Agência. Além destes, 15.908 pessoas receberam alguma forma de assistência jurídica, incluindo informações jurídicas e aconselhamento sobre questões civis, status legal e questões de violência de gênero (Fiddian-Qasmiyeh, 2019).

Apesar da crise financeira de 2018, a Agência afirma ter alcançado resultados significativos em relação ao desenvolvimento da capacidade do pessoal da UNRWA. Cerca de 5.609 funcionários receberam alguma forma de treinamento. As principais áreas de foco a esse respeito incluíam gênero, exploração e abuso, GBV, proteção infantil, integração da proteção, identificação segura e encaminhamento e inclusão. Além disso, foi desenvolvida uma comunidade de prática *on-line* para compartilhar conhecimentos e lições aprendidas na agência (UNRWA, 2019).

Os esforços de defesa em toda a agência, durante aquele ano também cobriu uma ampla gama de questões de proteção, incluindo:

- (i) o impacto do conflito sírio sobre as pessoas refugiadas da Palestina, inclusive em relação à proteção de civis, liberdade de circulação, documentação civil e habitação, terra e direitos de propriedade;
- (ii) os direitos de vida do refugiado palestino da Síria na Jordânia e no Líbano, inclusive em relação à permanência legal, retorno voluntário e retorno forçado;
- (iii) a ocupação contínua do território palestino, que incluiu o uso de munição e gás lacrimogêneo pelas forças de segurança israelenses, em resposta a manifestações na cerca da fronteira de Gaza e durante as operações, dentro e ao redor dos campos de refugiados na Cisjordânia;
- (iv) o aumento da ameaça de transferência forçada de comunidades beduínas² em Jerusalém e o bloqueio de Gaza, que a ONU considera ilegal, como uma forma de punição; e
- (v) outras questões, incluindo mão de obra e acesso a direitos (UNRWA, 2019).

No que diz respeito ao compromisso da UNRWA com a promoção de igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, a Agência afirma ter avançado na implementação da Estratégia para Igualdade de Gênero (GES). Isso se deu por meio de planos de ação de gênero nos escritórios de campo, que se concentraram em (i) desenvolvimento de capacidade de

² São denominados beduínos grupos árabes que geralmente possuem seu próprio dialeto e se distinguem pela sua identidade e cultura. Essas comunidades têm como marcadores culturais seus penteados, tatuagens e/ou padrões de comportamento (COLE, 2003).

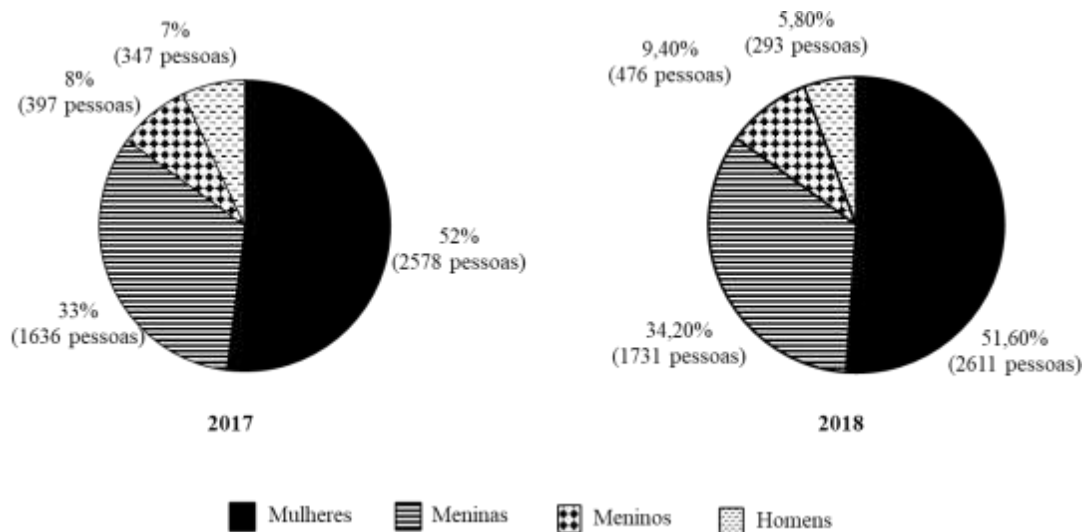
peçoal em integração de gênero e GBV e (ii) ação afirmativa que incluiu a incorporação de uma perspectiva de gênero nos cuidados pré-concepcionais e planejamento familiar.

O abandono escolar feminino também foi abordado, havendo promoção da economia feminina e participação, via formação profissional (UNRWA, 2019). As principais realizações, de 2018, em relação à promoção de igualdade de gênero incluíram:

- (i) a implementação de roteiros de prevenção de GBV e planos de capacitação em todos os cinco campos de operação da UNRWA;
- (ii) a finalização e implantação de um pacote de treinamento para 618 funcionários para melhorar a compreensão da GBV; e
- (iii) o desenvolvimento de um curso de *e-Learning* sobre GBV (UNRWA, 2019).

Em 2018, a UNRWA identificou cerca de 5.060 sobreviventes de GBV, incluindo 122 pessoas com deficiência. Dos identificados, havia 2.595 mulheres, 250 homens, 1.724 meninas e 491 meninos. Como resposta, a Agência forneceu assistência a cerca de 4.978 sobreviventes. Dos atendidos, 51,6% eram mulheres, 34,2% eram meninas, 9,4% eram meninos e 4,8% eram homens (figura 7).

Figura 7 - Pessoas sobreviventes de violência de gênero atendidas pela URWA nos anos de 2017 e 2018, com proporções mostrando gênero e idade



Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRW (2018b).

De acordo com os dados supracitados fornecidos pela UNRWA, no que diz respeito às suas iniciativas, em 2016, pode-se dizer que a Agência estava em concordância com seu comprometimento com as propostas para a Estratégia de Médio Prazo. No biênio de 2017 e 2018, segundo a *Multilateral Organisation Performance Assessment Network* – MOPAN (Rede

de avaliação de desempenho de organizações multilaterais), apesar da crise, a UNRWA conseguiu alcançar bons resultados (MOPAN, 2019).

Esses resultados, apontados como positivos, foram vistos tanto nos programas de educação, quanto nos de saúde e promoção de Direitos Humanos. Porém, a Agência não obteve bons resultados quanto à abordagem em questões de gênero. A MOPAN afirma que as normas culturais dos funcionários, predominantemente pessoas refugiadas, está entre as barreiras encontradas. Ainda, existem falta de recursos, exacerbação das desigualdades de gênero em conflito e falta de um ambiente propício para a igualdade de gênero. Além disso, como citado, a Agência não relata os números e as especificidades de cada campo de atuação.

Em 2019, a UNRWA afirma ter dado continuidade aos seus trabalhos, com destaque nas áreas de Políticas de proteção, infraestruturas, estratégias e diretrizes; Educação, Infraestrutura e Gênero (quadro 6).

Quadro 6 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2019

Principais áreas de atuação (2019)	Realizações
Políticas de proteção, infraestruturas, estratégias e diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecimento de proteção de grupos vulneráveis
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ● Programa de educação <i>Headquarters</i>
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> ● Divisão de proteção
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> ● Política de Igualdade de Gênero e Estratégia para a Igualdade de Género 2016-2021 (<i>Gender Equality Strategy</i>) ● Fórum de gênero

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2020).

Em continuidade ao seu trabalho para fortalecer a proteção de grupos vulneráveis e em risco, a UNRWA atuou por meio de:

- (i) desenvolvimento da capacidade do pessoal da linha de frente;
- (ii) coordenação de segurança e acesso significativo a serviços que salvam vidas;
- (iii) promoção das comunidades para identificar e abordar questões de proteção; e
- (iv) defesa dos direitos das *pessoas refugiadas da Palestina* e levantamento de questões de proteção.

Para realizar essas funções, 6.544 funcionários em todas as áreas de operação da Agência foram treinados em princípios de proteção e sua aplicação prática (UNRWA, 2020). Entre os cursos de formação, havia:

- (i) inclusão de pessoas com deficiência, específico para as equipes de infraestrutura;
- (ii) melhoria de acampamento e o pessoal do programa de saúde; e
- (iii) gestão de casos de Violência Baseada no Gênero (GBV), com uma abordagem centrada no sobrevivente.

A cooperação entre o programa de educação *Headquarters*, o Programa de Infraestrutura de Acampamento e a divisão de proteção também continuou a identificar e apoiar crianças com deficiência, levando 71,7% dos alunos a serem identificados como tendo uma deficiência e, assim, a receber assistência (UNRWA, 2020).

Ao longo de 2019, 507 intervenções de defesa e proteção foram realizadas, sendo 27 a mais do que em 2018. Quanto à integração de gênero, a Agência avançou na implementação da GES por meio de planos de ação de gênero de escritório de campo, continuando o trabalho do ano anterior, com o que segue:

- (i) desenvolvimento da capacidade do pessoal em integração de gênero, GBV, Exploração e Abuso Sexual; e
- (ii) ação afirmativa que incluiu a incorporação de uma perspectiva em relação à reabilitação de abrigos e escolas, envolvendo planejamento familiar, abordando o casamento infantil por meio da conscientização e promovendo a participação econômica feminina através da formação profissional (UNRWA, 2020).

A implementação do marcador de gênero continuou em 2019. Durante esse período, a UNRWA (2020), afirma que continuou a gerar conscientização e conhecimento em torno da igualdade de gênero, lançando um fórum de gênero em toda a UNRWA como um espaço para compartilhar as melhores práticas com funcionários e parceiros.

Quatro sessões foram organizadas durante o ano, com temas como: direitos reprodutivos em um contexto de crise, a situação econômica das mulheres e empoderamento, a contribuição da assistência em dinheiro para questões de igualdade de gênero e a participação dos jovens na promoção da igualdade de gênero (UNRWA, 2020).

Em apoio ao Dia Internacional da Mulher, a UNRWA organizou 44 iniciativas de conscientização de gênero, incluindo comerciais de TV, exibições de filmes, espetáculos

teatrais, torneios esportivos e discussões públicas em todas as áreas de operação da UNRWA. Durante 2019, foi realizado um estudo interno que mediu e comparou percepções e práticas relacionadas para a prevenção de GBV. Os Resultados demonstraram que a UNRWA tomou medidas importantes para integrar questões de GBV por meio de seus programas e ocorreu uma melhora em relação à conscientização da equipe, conhecimento e compreensão sobre a prevenção de GBV (UNRWA, 2020).

No ano de 2020, o início da pandemia COVID-19 exacerbou as ameaças de proteção sofridas por pessoas refugiadas da Palestina, incluindo GBV e violência contra crianças. Durante o ano, a UNRWA abordou novas e contínuas preocupações em relação à proteção em seus cinco campos de operação, como a integração da proteção no serviço da Agência e a defesa dos direitos das pessoas refugiadas (quadro 7) (UNRWA, 2021c).

Quadro 7 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2020

Principais áreas de atuação (2020)	Principais mudanças negativas e/ou positivas	Realizações
Políticas de proteção, infraestruturas, estratégias e diretrizes	➤ Adaptações devido à pandemia COVID-19	➤ Treinamento para combate à violência de gênero e violência contra crianças.
Gênero	➤ Projeto Gênero e Adolescência: evidência global (<i>Gender and Adolescence: Global Evidence – GAGE</i>)	➤ Política de Igualdade de Gênero e Estratégia para a Igualdade de Género 2016-2021 (<i>Gender Equality Strategy - GES</i>)
Saúde	➤ Saúde inclusiva no período de pandemia ➤ Linhas de telemedicina	
Educação	➤ Apoio direto aos alunos com deficiência	➤ Treinamento de educadores para inclusão
Infraestrutura		➤ Programa de Infraestrutura e melhoria de Acampamento

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2021c).

Com a COVID-19, a UNRWA sofreu desafios quanto à proteção das pessoas

refugiadas, o que fez com que a Agência:

- (i) se adaptasse a métodos remotos e alternativos seguros para identificar, documentar e responder a incidentes;
- (ii) adiasse as auditorias bienais de proteção no nível de campo; e
- (iii) reduzisse o treinamento de proteção para Funcionários da UNRWA.

Além disso, a UNRWA aponta que o orçamento se tornou cada vez mais insuficiente, o que dificultou a retenção de pessoal nas principais funções de proteção. Apesar destes desafios, a Agência procurou garantir que as necessidades dos mais vulneráveis e marginalizados fossem supridas. Com isso, emitiu orientações para os departamentos da sede e escritórios de campo, definindo e propondo maneiras de abordar questões de gênero e vulnerabilidades geradas pela pandemia, e garantir a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços adaptados de saúde, educação e socorro (UNRWA, 2021c).

Ao longo de 2020, a Agência continuou a identificar, verificar e documentar preocupações de proteção que afetam as pessoas refugiadas da Palestina. No cenário pandêmico, em cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de gênero e 10 – Redução da desigualdade, na integração da proteção, os esforços da Agência contribuíram para o acesso igualitário e digno a serviços para todas as pessoas refugiadas da Palestina (UNRWA, 2021c).

Naquele ano, 4.549 funcionários da UNRWA, que incluíam 2.975 mulheres, foram treinados em princípios de proteção, que englobavam combate a GBV e a violência contra crianças. Também houve restrições de movimento relacionadas à COVID-19, que confinaram muitas pessoas em campos superlotados (UNRWA, 2021c).

A UNRWA (2021c) aponta que intensificou seu envolvimento com 23 comunidades na Cisjordânia, onde restrições adicionais ao movimento de pessoas e outras barreiras ao acesso aos serviços estavam em vigor, e ampliou sua atuação civil e militar para atender às necessidades críticas. A COVID-19 colocou uma série de desafios significativos em relação à identificação, documentação e intervenção. Para superar estas dificuldades, a agência (2021c) diz ter tomado uma série de providências, incluindo:

- (i) o desenvolvimento e a implantação de diretrizes sobre a condução de investigações remotas sobre graves violações dos direitos humanos na Cisjordânia; e
- (ii) o estabelecimento de telefone/WhatsApp como linhas de apoio para

manter serviços críticos de proteção, incluindo apoio jurídico.

No que diz respeito ao compromisso da Agência com o ODS 5, sobre a promoção de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, a agência afirma ter continuado seu avanço na implementação do GES (UNRWA, 2021c). Esse avanço foi guiado por planos de ação de gênero, que se concentraram em desenvolver a capacidade do pessoal em questões de gênero integração e abordagem da GBV e promover uma programação sensível que incluía a incorporação de uma perspectiva de gênero sobre a reabilitação de abrigos e escolas (UNRWA, 2021c).

As considerações de gênero também foram integradas na resposta à COVID-19. Para isso, uma orientação foi desenvolvida e distribuída aos departamentos da sede e escritórios de campo para definir vulnerabilidades de gênero, geradas pela pandemia e propor formas de abordá-las (UNRWA, 2021c).

Uma avaliação do impacto da COVID-19 na situação socioeconômica, conduzida na Síria e na Jordânia, também incorporou uma perspectiva de gênero e analisou as necessidades de mulheres, homens, meninas e meninos no contexto da pandemia (UNRWA, 2021c). Essa perspectiva procurou entender melhor as nuances das necessidades de acordo com o gênero para poder melhor atendê-las.

Considerando o impacto da pandemia sobre o GBV, um novo projeto se iniciou, intitulado *Gender and Adolescence: Global Evidence – GAGE* (Gênero e Adolescência: evidência global), o qual apontou agravamento de atos violentos. Devido à atenção voltada para questões da COVID-19, os problemas que envolve GBV se tornaram ainda mais invisíveis (GAGE, 2021).

A UNRWA (2021c) também apontou desafios operacionais nos programas de integração de inclusão de pessoas com deficiência, em decorrência da pandemia. Contudo, a Agência salienta que os programas não foram interrompidos. Para isso, o programa de saúde da UNRWA treinou 530 funcionários da linha de frente em saúde inclusiva na Jordânia e na Síria. O programa de saúde também continuou com a prevenção de impedimentos de longo prazo³, por meio da prestação de cuidados, serviços de planejamento familiar, pré-natal e cuidados pós-natal, monitoramento do crescimento, imunização e prevenção e controle de doenças (UNRWA, 2021c). Além disso, por meio da entrega de medicamentos em domicílio e linhas diretas de telemedicina, procurou-se garantir que as necessidades médicas de pessoas com deficiências continuassem a ser atendidas, apesar das restrições.

³ Refere-se a uma limitação significativa da capacidade da pessoa para a vida independente e para o trabalho, que perdura por um período prolongado (Silva e Diniz, 2012).

No programa de educação, a agência diz ter ofertado apoio aos alunos identificados com deficiência no ano letivo de 2019/20. Neste período 60,54% dos alunos foram identificados com alguma deficiência. Além do apoio direto a alunos, 848 professores, conselheiros e educadores especialistas foram treinados sobre a inclusão de deficientes na Síria e em Gaza. 101 alunos com severas dificuldades de aprendizagem receberam subsídios para estudar em cursos especializados em instituições no Líbano (UNRWA, 2021c).

A Agência aponta que, em 2020, por meio do Programa de Infraestrutura e melhoria de Acampamento, 1.082 abrigos precários foram reabilitados para melhorar a acessibilidade e 13 foram construídas, reconstruídas ou atualizadas. Em conjunto, 29 empréstimos de microcrédito foram emitidos para clientes com deficiência.

Referente ao ano de 2021, a atuação da UNRWA se destaca em três áreas: políticas de proteção, infraestruturas, estratégias e diretrizes; Gênero e; Infraestrutura (quadro 8). A UNRWA afirma ter introduzido um sistema de gerenciamento de casos que forneceu às pessoas refugiadas da Palestina um atendimento mais integrado e sistemático de suporte e proteção. A aplicação dos princípios de proteção também foi fortalecida em todo o espectro da Agência e sua prestação de serviços, contribuindo para a igualdade e dignidade e o acesso a serviços para todos, em acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 5 e 10 (UNRWA, 2022).

Quadro 8 – Destaques da atuação da UNRWA no ano de 2021

Principais áreas de atuação (2021)	Principais mudanças (negativas ou positivas)	Realizações
Políticas de proteção, infraestruturas, estratégias e diretrizes	➤ Assistência remota	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sistema de gerenciamento de casos ➤ Programas de Socorro e Serviços Sociais (<i>Relief and Social Services - RSS</i>)
Gênero		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política de Igualdade de Gênero e Estratégia para a Igualdade de Género 2016-2021 (<i>Gender Equality Strategy - GES</i>) ➤ Programa de combate a violência de gênero
Infraestrutura		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa de Infraestrutura e melhoria de Acampamento

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRW (2022).

Isso foi, em parte, alcançado por meio da implementação de recomendações de auditoria de proteção e de treinamento de cerca de 4.344 funcionários da linha de frente em todos os campos de operação da UNRWA. Tais treinamentos foram sobre princípios de proteção, englobando a sua aplicação em relação à violência contra crianças, GBV, inclusão, exploração e abuso sexual (UNRWA, 2022).

Ao longo de 2021, a UNRWA também trabalhou em conjunto com governos, autoridades, o ACNUR e outras organizações para verificar os registros de pessoas refugiadas da Palestina que procuram refúgio fora de seus campos de atuação (UNRWA, 2022). Um total de 953 verificações de pedidos foram processados naquele ano, sendo a maioria de pessoas refugiadas da Palestina na Europa. Os pedidos chegavam principalmente dos campos de registro da Síria, de Gaza e do Líbano (UNRWA, 2022).

Quanto ao compromisso da UNRWA com o ODS 5, sobre a promoção de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, a UNRWA (2022) diz ter continuado seu avanço na Implementação do GES em 2021, por meio dos planos de ação de gênero. A diferença dos anos anteriores foi a programação, que incluiu o que segue:

- (i) incorporação de uma perspectiva de gênero;
- (ii) envolvimento de homens em cuidados pré-concepcionais e planejamento familiar;
- (iii) abordagem do abandono de meninas e meninos do ensino básico de educação; e
- (iv) promoção da participação feminina na economia, por meio da extensão do microcrédito para mulheres e a introdução de novos cursos de TVET, com assuntos mais atraentes para as mulheres participantes.

Além disso, os escritórios de campo da UNRWA realizaram sessões de conscientização nas comunidades e nas escolas da Agência em torno dos temas de GBV, direitos das mulheres e saúde (UNRWA, 2022).

Naquele período, com a pandemia da COVID-19, a violência de gênero aumentou, uma vez que muitas mulheres se viram trancadas com seus agressores. Durante aquele tempo, a UNRWA afirma ter continuado a implementação de um programa de abordagem multissetorial para a prevenção e resposta à GBV. A este respeito, a Agência procurou garantir que os sobreviventes de GBV fossem identificados pelo departamento de proteção, saúde, educação e programas de Socorro e Serviços Sociais (*Relief and Social Services - RSS*) e recebessem o

apoio necessário (UNRWA, 2022).

Com a prevalência da COVID-19 em todos os campos de operação, a UNRWA também afirma ter mantido vias de encaminhamento adaptadas, estabelecidas em 2020, incluindo assistência remota, fornecidas por meio de linhas diretas e do WhatsApp. Naquele ano, a Agência atendeu 3.999 sobreviventes de GBV, por meio da extensão de assistência médica, aconselhamento psicossocial, jurídico, assistência alimentar e em dinheiro. Entre as vítimas, havia 3.563 mulheres e 436 homens, incluindo 22 pessoas com deficiência (UNRWA, 2022).

Em novembro de 2021, para comemorar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, a UNRWA publicou um artigo de destaque, que pedia o direito de todas as mulheres de viver com dignidade, livres de danos físicos, GBV mental ou verbal. Isto foi seguido pela participação na Campanha de 16 Dias de Atividades contra a GBV, entre 25 de novembro e 10 de dezembro (UNRWA, 2022).

A UNRWA (2022) aponta que, sob o tema “Acabe com toda a violência contra as mulheres agora!”, a Agência envolveu mulheres, meninas, homens e meninos em mais de 80 atividades em todos os campos de atuação, incluindo:

- (i) sessões de informação sobre GBV para professores e alunos em escolas UNRWA;
- (ii) apoio psicológico às mulheres da comunidade;
- (iii) campanhas nas mídias sociais;
- (iv) exibição de vídeos e apresentações seguidas de discussões em grupo;
- (v) iniciativas para equipar grupos de jovens para liderar campanhas de defesa da comunidade; e
- (vi) informações sobre prevenção e combate à violência doméstica.

Além disso, como parte dos esforços para aumentar a conscientização sobre GBV no nível organizacional, a Agência sediou seu quarto evento “Proteção Prática”. Houve a presença de pesquisadores de Gênero e Adolescência para discutir as descobertas em relação às experiências de adolescentes refugiados da Palestina na Jordânia e Líbano, com foco em formas de violência de gênero em casas, escolas e comunidades durante a pandemia (UNRWA, 2022).

No que diz respeito a pessoas com deficiências, a UNRWA (2022) afirma ter abordado a inclusão da deficiência a partir de uma perspectiva baseada em direitos, com foco nos quatro princípios: acessibilidade, participação, conscientização e não discriminação.

Além disso, a Agência diz seguir uma abordagem dupla para a inclusão da pessoa com

deficiência, que consiste em direcionamento e integração que visam: (i) abordar as necessidades específicas das pessoas refugiadas da Palestina com deficiência, com foco no empoderamento pessoal e na melhoria da sua situação; e (ii) garantir que as pessoas refugiadas com deficiência tenham acesso aos serviços em condições de igualdade.

Durante 2021, a Agência forneceu serviços direcionados para 7.829 pessoas com deficiência, direta ou indiretamente, por meio de parcerias com Centros comunitários de reabilitação e outras organizações não-governamentais. Esses serviços incluíram fornecimento de dispositivos assistenciais e atividades de conscientização, para reduzir o estigma e promover a inclusão no lar e na comunidade. Além disso, um total de 119 assistentes sociais e seus supervisores na Jordânia, Síria e na Cisjordânia concluíram o treinamento sobre identificação e prestação de apoio a pessoas refugiadas da Palestina com deficiência (UNRWA, 2022).

Durante o biênio de 2020 e 2021, as pessoas refugiadas da Palestina sofreram sérios impactos devido à fragilidade pré-existente das economias, serviços e populações dos países em que vivem. Nesse período, a taxa de pobreza entre pessoas refugiadas teve aumento nos cinco campos de atuação da UNRWA. Além disso, o acesso à educação para os adolescentes foi interrompido, devido ao fechamento das escolas (GAGE, 2021).

De acordo com um relatório do *Centre for Global Education* (2022), em visitas a escolas na Jordânia em 2021, foram levantadas questões relativas ao impacto da COVID-19 na educação. Foi apontada a dificuldade de acesso aos serviços de aprendizagem *online*, devido à falta de acesso a dispositivos e internet.

Para as crianças sem acesso à aprendizagem *online*, foram disponibilizadas cópias impressas de livros e exercícios. Entretanto, alguns desses alunos não tinham apoio para estudar em casa, em decorrência do analfabetismo dos pais. Foram identificados a piora no comportamento dos alunos, devido ao confinamento, que culminou em uma maior dificuldade de concentração dos estudantes, instalações inadequadas para manter o distanciamento físico nas escolas e déficit na aprendizagem.

Ainda que apresentando inúmeras dificuldades, ao fim dos seis anos do MTS, a Organização de consultoria Global *Itad* afirma que a UNRWA conseguiu alcançar resultados satisfatórios na maioria dos seus programas. As tendências negativas foram apontadas nas áreas de microfinanças e de meios de subsistência. Também foi percebida uma baixa de pessoal na área de saúde. Contudo, a Organização aponta que alguns resultados de 2020 e 2021 foram afetados devido à pandemia (UNRWA, 2021b).

Por fim, a UNRWA afirma que o MTS conseguiu alcançar alguns de seus objetivos. Um exemplo é que, de acordo com a Agência, a UNRWA conseguiu centralizar questões de gênero

em seus programas, incluindo prevenção e resposta a violência baseada em gênero. Entre os esforços, houve a sensibilização da equipe sobre o tema da violência, treinamento do pessoal de saúde sobre GBV, boas oportunidades para mulheres assumirem cargos de chefia e boa integração de gênero na programação educacional (UNRWA 2016).

Afirma-se, contudo, que embora as mulheres estivessem assumindo cargos de chefia, elas ainda não eram ouvidas e havia a dominância dos sindicatos por homens mais velhos. Outra crítica apontada pela própria Agência, foi a falta de vias de encaminhamento eficazes para sobreviventes de violência (UNRWA 2016).

Ainda assim, existem muitas lacunas a serem preenchidas em relação a uma assistência humanitária que não deixe ninguém desamparado. Com o histórico do trabalho da UNRWA, entre suas falhas e conquistas, é possível constatar que a Agência se beneficia da abrangência e aspectos ambíguos existentes em seu mandato para, convenientemente, assumir a responsabilidade apenas de forma parcial ao falhar em alguns de seus compromissos assumidos.

É possível destacar alguns fatos que negam a eficácia das ações da UNRWA. Entre elas, a crise pela qual as pessoas refugiadas da Palestina na Faixa de Gaza passaram em 2018 e acarretou o agravamento da situação de vulnerabilidade que até hoje não foi completamente sanado. Nesse ano, devido a uma crise política e socioeconômica que ocorreu na Palestina, a UNRWA registrou um aumento significativo na demanda de seus serviços (OCHA, 2018). Esse aumento resultou no aumento dos níveis de pobreza, escassez de eletricidade, aumento nos níveis de desemprego e altos níveis de estresse psicossocial.

Outro exemplo, de acordo com Faek (2014), é o que estava acontecendo na Jordânia e no Líbano. A autora relata a discriminação sofrida por pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia, resultando no desemprego dessas pessoas. Além disso, ela destaca sobre as condições precárias no campo de refugiados de Jerash e nas escolas, gerando altas taxas de analfabetismo; a escassez de transporte público para a população refugiada; e a falta de oportunidade para pessoas refugiadas da Palestina cursarem o ensino superior, devido as altas taxas cobradas para alunos estrangeiros.

No Líbano, Faek (2014) aponta altas taxas de desemprego entre pessoas refugiadas da Palestina que possuem ensino superior e os baixos níveis de adesão no ensino médio e nas universidades. Ainda assim, a UNRWA enfatiza seu compromisso e afirma ter bons resultados na área da educação. A Agência trabalha na implementação de programas de educação desde o início da sua existência e afirma ter ofertado educação para mais de dois milhões e meio de crianças refugiadas desde então, sob um programa reconhecido como uma força educacional significativa no Oriente Médio (UNRWA, 2020).

Dessa forma, devido ao seu engajamento com a educação e compromisso com a Agenda 2030, a UNRWA adotou o ODS 4 em 2016, que visa a implementação de uma educação de qualidade. Este Objetivo será abordado detalhadamente a seguir.

2.2. O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Ao adotar alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, a UNRWA apostou na tentativa de melhoria de seus programas e na implementação de soluções para as dificuldades que vem enfrentando. Em busca de alinhar-se ao ODS 4, a UNRWA se diz empenhada no aprimoramento dos seus programas, focando na qualidade e inclusão. Para isto, a Agência se compromete em formar mais profissionais de educação, para que possuam capacidade de enriquecer o conhecimento de seus alunos (UNRWA, 2023g).

Ao incorporar o ODS 4, a UNRWA objetiva que uma educação de qualidade ajude jovens refugiados da Palestina a entender o mundo em que vivem e a promover valores de tolerância, identidade cultural e igualdade de gênero (UNRWA, 2020). Para implementar o Objetivo de Desenvolvimento 4 – Educação de qualidade, a UNRWA possui os seguintes programas UNRWA (2023d):

1. Direitos Humanos, Resolução de Conflitos e Tolerância (*Human Rights, Conflict Resolution and Tolerance – HRCTR*)
2. Bolsas de Estudos em Universidades (*University Scholarships*)
3. Treinamento Vocacional (*Vocational Training*)
4. Treinamento de Professores (*Teacher Training*)
5. Liderando Para o Futuro (*Leading for The Future – LFTF*)
6. Programas de Desenvolvimento de Professores nas escolas (*School-Based Teacher Development Programmes – SBTD I and SBTD II*)
7. Currículo Escolar (*Curriculum*)
8. Educação Inclusiva (*Inclusive Education*)
9. Unidade de suporte Estratégico (*Strategic Support Units*)
10. Programa de Professor recém nomeado (*The Newly Appointed Teacher – NAT – programme*)
11. Centro de Reabilitação para Deficientes Visuais (*Rehabilitation Centre for the Visually Impaired*)

Esses programas constituem o sistema educacional da UNRWA e sua implementação

implica desde melhorias de infraestruturas, como o “Educação em Emergências”, até integração, como o “Centro de Reabilitação para Deficientes Visuais” e conscientização social, cultural e de gênero, como o programa “Direitos Humanos, Resolução de Conflitos e Tolerância”.

Entre seus principais programas de educação, a UNRWA destaca o “Educação em Emergências”. Este programa visa garantir o acesso das crianças refugiadas às escolas em todos os campos de atuação da UNRWA mesmo em tempos de conflitos ou de crise. Para isso, o programa procura criar soluções e enfrentar os diversos desafios nesses contextos. Como no caso da pandemia do COVID-19 em 2020, na qual as escolas foram fechadas e as crianças não podiam frequentar as escolas.

Nesse cenário, a UNRWA precisou buscar novas alternativas, como abordagens remotas e híbridas, para fornecer educação aos alunos de suas escolas (UNRWA, 2023d). Além disso, durante o contexto pandêmico, de acordo com a UNRWA (2023d), o EiE focou também na segurança sanitária e higiênica e no apoio psicossocial dos alunos.

Outro programa em destaque é o HRCRT. Este programa visa ofertar educação em direitos humanos, tolerância, cidadania e promover a resolução pacífica de conflitos, apostando em habilidades de comunicação saudáveis (UNRWA, 2023d). A Agência afirma que o ensino sobre os direitos humanos empodera os refugiados da Palestina para exercer seus direitos.

Quanto aos outros programas, de acordo com a UNRWA (2023d), em primeiro, o Programa de bolsas de estudo tem o objetivo de proporcionar acesso ao ensino universitário a jovens refugiados que se destacam academicamente. Em segundo, o programa de treinamento vocacional oferece treinamento prático para os jovens, promovendo as competências e conhecimentos relevantes para os mercados de trabalho. Em terceiro, o programa de treinamento de professores objetiva investir em seus professores por meio de progressão na carreira e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. Em quarto, o Liderando para o Futuro visa melhorar a qualidade da liderança educativa nas escolas da UNRWA, abordando o conhecimento, a compreensão e as competências necessárias às lideranças. Por fim, o Programa de Desenvolvimento de Professores nas escolas é um programa voltado para o investimento no desenvolvimento profissional contínuo desses profissionais.

No que diz respeito ao programa de currículo escolar, este garante que o currículo ensinado nas escolas da UNRWA corresponda às diretrizes para uma educação de qualidade. O “Educação de Qualidade” se trata de garantir que todas as crianças refugiadas da Palestina, sem exceção, tenham oportunidades iguais de aprender nas escolas da UNRWA e tenham apoio para atingirem o seu potencial. Já o Programa de unidade de suporte estratégico busca melhorar

qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas, enquanto o Programa de Professor recém nomeado é um programa de qualificação para professores recém-nomeados nas escolas da UNRWA. Por fim, o Centro de Reabilitação para deficientes visuais é um centro único em Gaza que fornece serviços de reabilitação e educação a todas as crianças com deficiência visual na Faixa de Gaza.

Assim, por meio de seu sistema educacional, o trabalho da UNRWA seria garantir que os estudantes refugiados da Palestina desenvolvam todo o seu potencial. O seu propósito é de que os estudantes se tornem confiantes, inovadores, questionadores, atenciosos e de mente aberta, além de defensores dos direitos humanos, orgulhosos de sua identidade palestina e contribuam positivamente para o desenvolvimento da sociedade e da comunidade global (UNRWA, 2020).

É possível apontar contradições, entretanto, entre teoria e prática no que diz respeito à educação oferecida pela Agência. Isso ocorre tanto no que deveria ser um ensino crítico e responsável, para formar cidadãos pensantes e conscientes, quanto na garantia de que os alunos consigam frequentar as escolas e tenham assiduidade as aulas. Em Gaza, por exemplo, como afirma Kamal (2022), desde 2018, muitas crianças são forçadas a deixar as escolas para trabalhar.

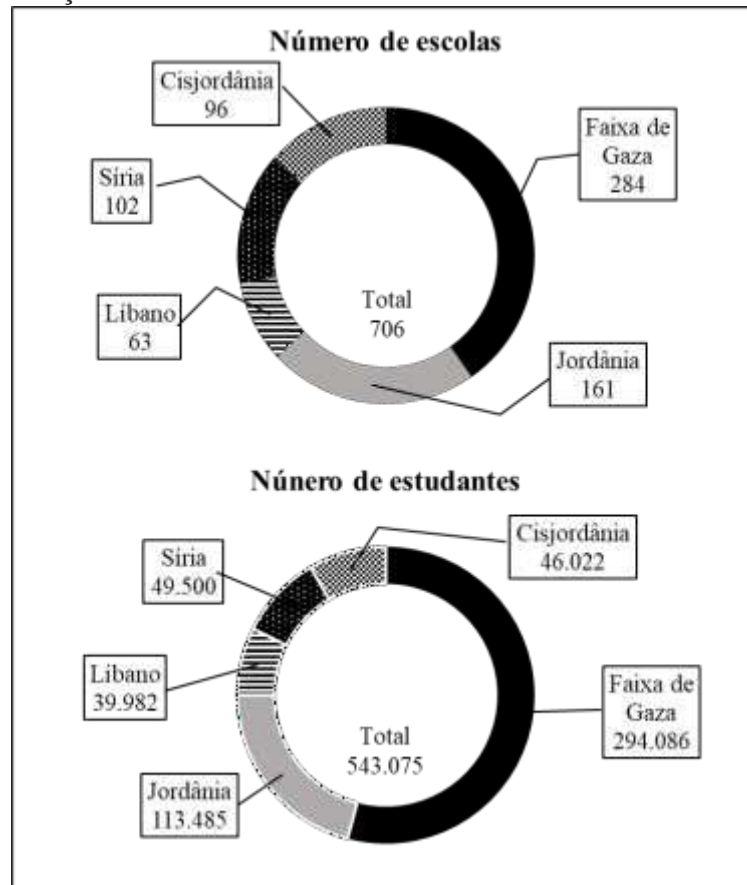
Em seu trabalho na educação, a UNRWA opera 706 escolas primárias e preparatórias, incluindo oito escolas secundárias no Líbano, fornecendo educação básica gratuita para mais de 530.000 crianças refugiadas da Palestina (Figura 8). Os alunos das escolas da UNRWA seguem as instruções das autoridades anfitriãs de currículos e livros didáticos que a Agência complementa com seus próprios materiais sobre direitos humanos (UNRWA, 2020).

Desde 2016, a UNRWA (2020) diz está empenhada em melhorar a qualidade e a inclusão do seu programa de educação, por meio da profissionalização dos professores e o enriquecimento do currículo para fortalecer as competências e as habilidades para a vida dos alunos. Entretanto, há indicações de que a Agência está falhando no monitoramento do currículo escolar e na contratação e capacitação dos professores, de acordo com a *UN Watch* (2022).

A UNRWA afirma que está empenhada em garantir oportunidades e resultados iguais para meninos e meninas e fortalecer seu programa de deficiência para que as necessidades das crianças com necessidades especiais sejam adequadamente identificadas e atendidas. Além disso, por meio de seu programa *Education in Emergencies – EiE* (Educação em Programa de Emergência), a UNRWA procura garantir que as crianças refugiadas da Palestina possam continuar a ter acesso a oportunidades de educação e aprendizagem, mesmo em tempos de crise e conflito. O programa EiE da Agência se tornou renomado na região e, além disso, os países

anfitriões e outras agências da ONU continuam a replicar suas abordagens e usar os recursos específicos desenvolvidos para promover objetivos de aprendizagem (UNRWA, 2020).

Figura 8 – Número de escolas geridas pela UNRWA e o número de alunos matriculados, nos diferentes campos de atuação.



. Fonte: Elaboração própria com os dados de UNRWA (2023d).

Ao contrário do que vem sendo apontado por diversas denúncias, a UNRWA afirma que (2023d) seus programas de educação apresentam o princípio de neutralidade da UNRWA. Diariamente, a Agência recebe mais de 534.000 estudantes em seus campos de atuação, em 709 escolas, oito centros de treinamento vocacional e duas instituições de treinamento inicial de professores. A intenção é oferecer educação de alta qualidade, inclusiva e equitativa.

Para isso, a Agência aponta que procura apoiar jovens refugiados da Palestina a desenvolver as habilidades e a mente aberta de que precisam, para prosperarem como adultos em um mundo em evolução e com tantos desafios. A UNRWA (2023d) afirma que até os dias atuais, mais de dois milhões e meio de crianças receberam uma educação de classe mundial em suas escolas.

A Agência afirma que os alunos das suas escolas recebem o currículo e os livros didáticos de seu país anfitrião, uma prática acordada pela UNESCO e os países de acolhimento, em 1954. Este acordo permite que estudantes refugiados façam exames estaduais e transitem para o ensino médio e universitário no país de acolhimento. Além disso, o uso de currículos de acolhimento por pessoas refugiadas promove sua inclusão no tecido social e econômico dos países de acolhimento e está de acordo com as melhores práticas para a educação de refugiados (UNRWA, 2023d).

A UNRWA reforça seu trabalho para garantir que a oferta de educação a seus alunos esteja alinhada com os objetivos de desenvolvimento mais amplos das Nações Unidas e reflita os valores e princípios da ONU. Dessa forma, a Agência procura garantir que o ensino do currículo do país de acolhimento em suas escolas esteja conforme os Princípios Humanitários e com a abordagem educacional geral da Agência (UNRWA, 2023d).

De acordo com a UNRWA (2023d), o quadro foi complementado recentemente pelo processo de Revisão Rápida, usado quando os países lançam novos livros didáticos. Os currículos do país acolhedor são frequentemente atualizados para refletir os contextos em mudança e as necessidades educacionais, e cada livro didático é revisado pela UNRWA após a emissão.

Ao abordar questões incompatíveis do compromisso da Agência com os Princípios Humanitários, a abordagem da UNRWA seria incentivar professores a capacitar o pensamento crítico dos alunos, compartilhando informações relevantes sobre outras perspectivas e pedindo aos alunos que pensem criticamente sobre o que estão lendo. O objetivo dessa estratégia é ajudar os alunos a entender que existem diferentes perspectivas sobre questões-chave e entender o que pode ser interpretado como viés (UNRWA, 2023a).

Com isso, a UNRWA afirma que professores recebem apoio detalhado, incluindo documentação com números de página de todos os livros didáticos em que quaisquer problemas potenciais são encontrados. No entanto, ela precisa desenvolver e fornecer alguma outra documentação no sentido de ajudar o professor a determinar a abordagem de pensamento crítico mais adequada para seus alunos, ao abordar questões específicas, como de gênero, identidade e outras questões sociológicas sobre o tema tal. Desde 2017, cerca de 10.000 professores receberam formação sobre o Quadro Curricular (UNRWA 2023a).

Apesar do trabalho e investimento da agência na educação das pessoas refugiadas da Palestina, desde 1950, tanto na preparação de profissionais quanto na infraestrutura, a Agência vem falhando na garantia de uma educação neutra e de qualidade (UN Watch, 2022; 2023; Foreign Policy, 2021). O que vai em contraponto a implementação dos objetivos da Agenda

2030.

Antes de se alinhar à Agenda 2030, a UNRWA já objetivava estabelecer uma educação de qualidade para as pessoas refugiadas sob o seu mandato (Sultana, 2007). O termo educação de qualidade se refere a uma preocupação não somente com o acesso à educação, mas com algo mais subjetivo. A qualidade na educação seria o direito de cada aluno, individualmente, a uma educação significativa e capacitadora (Sultana, 2007).

Desde 2016, os programas de educação da UNRWA estão ligados aos Objetivo de desenvolvimento sustentável 4, um entre os 17 ODS propostos pela Agenda 2030. Ele visa assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, bem como promover oportunidade de aprendizagem para todos (United Nations, 2015).

Diferentemente de iniciativas anteriores, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – MDGs (*Millennium Development Goals*)⁴ e a Educação Para Todos – EFA (*Education for All*), com agenda de caráter mais restrito, seja geográfica ou politicamente, o ODS 4 é uma agenda universal e compromete todos os países a garantir igualdade de oportunidades no acesso à aprendizagem de qualidade em todos os níveis de ensino. Ademais, outra diferença do ODS 4 para as iniciativas anteriores é seu foco na relevância dos resultados de aprendizagem tanto para o mundo do trabalho, como para a cidadania (UNESCO, 2017).

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 está ligado à maioria dos outros Objetivos da Agenda 2030, mas, em particular, aos ODS em que a educação é citada nas metas. O objetivo 3 – Saúde e bem-estar, o ODS 5 - Igualdade de gênero, o ODS 8 - Trabalho decente e Crescimento econômico, o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, e o ODS 13- Ação contra a mudança global do clima (UNESCO, 2017) acolhem a educação dentro de suas metas (quadro 9).

Essa ligação entre os ODS mostra uma integração entre eles que pode refletir nos programas criados para implementá-los. Um exemplo é o programa “Iniciativa de Gênero”, da UNRWA, que, em 2016, promoveu diversas atividades, como formação em direitos humanos para professores e estudantes. Outro programa é a “Estratégia para Igualdade de Gênero (GES)”, que, em 2021, abordou em seus planos de ação o abandono de meninas e meninos do ensino básico de educação e a promoção da participação feminina na economia, por meio da introdução de novos cursos de Educação técnica e vocacional e treinamento (TVET).

⁴ No ano de 2000, 189 países assinaram a Declaração do Milênio, na qual se comprometeram a cumprir oito objetivos e suas metas para melhorar a vida da população mundial mais pobre. Esses Objetivos visam desde fornecer educação primária universal até evitar a mortalidade infantil e materna. (United Nations Millenium Declaration, 2000).

Quadro 9 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis relacionados com a educação

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LIGADOS À EDUCAÇÃO	METAS DOS ODS QUE CITAM A EDUCAÇÃO
Objetivo 3 – Saúde e bem-estar	Meta 3.7: Garantir acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação, e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais.
ODS 5 - Igualdade de gênero	Meta 5.6: Aumentar o número de países com leis e regulamentos que garantem às mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, informação e educação
ODS 8 - Trabalho decente e Crescimento econômico	Meta 8.6: Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens que não trabalham, não estudam ou não tem qualquer formação
ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	Meta 12.8: Garantir que as pessoas em todos os lugares tenham informações relevantes e consciência para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
ODS 13- Ação contra a mudança global do clima	Meta 13.3: Melhorar a educação, a sensibilização e a capacidade humana e institucional na mitigação das alterações climáticas, adaptação, redução do impacto e alerta precoce

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNESCO, 2017.

Ademais, a educação na Agenda 2030 possui princípios adjacentes. São eles:

1. A educação é um direito fundamental e um direito facilitador;
2. A educação é um bem público; e
3. A igualdade de gênero está indissociavelmente ligada ao direito à educação para todos.

Em relação ao primeiro princípio, para garanti-lo, segundo a UNESCO (2017), os países devem proporcionar educação e aprendizagem de qualidade, inclusiva e equitativa. A educação deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e a promoção da tolerância e da paz. Quanto ao segundo princípio, o Estado é o principal responsável por proteção, respeito e cumprimento do direito à educação, contudo, enquanto esforço social partilhado, a sociedade civil, os professores e educadores e o setor privado têm um papel importante na concretização do direito a uma educação de qualidade.

E, para o terceiro princípio, o alcance da igualdade de gênero requer uma abordagem

baseada em direitos que possam garantir que meninas, mulheres, meninos e homens tenham acesso à educação, concluam os ciclos educativos e sejam empoderados igualmente na educação e por meio dela (UNESCO, 2017).

O ODS 4 é apontado pela UNESCO como fundamental para uma mudança positiva, ao enfatizar o poder transformador da educação na promoção de um mundo com sustentabilidade e equidade. Ele, segundo a UNESCO (2017), tem suas principais características baseadas nas dimensões social, econômica e ambiental, centrais na Agenda 2030. Essas características são formadas por cinco objetivos-chave:

1. Pessoas – Acabar com a pobreza e a fome;
2. Planeta – Proteger o planeta da degradação;
3. Prosperidade – Garantir que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e plena;
4. Paz – Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e
5. Parceria - Mobilizar meios necessários para implementar a Agenda por meio de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O ODS 4 abrange todas as fases da educação, desde a pré-primária até o ensino superior e ensino profissional para adultos. As metas desse objetivo almejam alcançar resultados globais em alfabetização, numeramento e aprendizagem, quanto a gênero, cidadania e sustentabilidade (UNESCO, 2023).

Para alcançar uma mudança no âmbito da educação, o ODS 4 visa que o investimento nacional se torne uma prioridade. Para alcançá-lo, são essenciais diversas medidas, como tornar a educação gratuita e obrigatória, aumentar o número de professores, melhorar as infraestruturas escolares e abraçar a transformação digital (United Nations, 2023a). O Objetivo 4 possui 7 metas e para que elas sejam cumpridas, foram formuladas estratégias indicativas para cada meta (quadro 10), que constam na Declaração de Incheon⁵ (UNESCO, 2016).

De acordo com esta Declaração, será necessário, até 2030, garantir a educação primária e secundária de forma gratuita, equitativa e de qualidade. Além disso, que as crianças tenham acesso a cuidados, garantindo a igualdade de acesso para mulheres e homens à educação técnica, vocacional e superior de qualidade (UNESCO, 2016). E também, que haja aumento do número de jovens e adultos com habilidades técnicas e profissionais, que sejam eliminadas as disparidades de gênero na educação, a garantia de acesso igualitário a todos os níveis de educação e treinamento vocacional para pessoas vulneráveis.

⁵ Declaração de Incheon, de 21 de maio de 2015 no Fórum Mundial de Educação, constitui o compromisso com a Agenda 2030, reconhecendo o papel da educação como motor do desenvolvimento (UNESCO, 2015).

Ademais, também é necessária a garantia da alfabetização e numeramento de jovens e adultos e garantia de conhecimento e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Quadro 10 – Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4

METAS DO ODS 4	ESTRATÉGIAS INDICATIVAS
4.1 – Educação primária e secundária gratuita	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar políticas que garantam o ensino básico gratuito. ● Alocar equitativamente mais recursos e promover a educação bilíngue. ● Fornecer modos alternativos de aprendizagem. ● Desenvolver sistemas de avaliação mais robustos e abrangentes.
4.2 – Igualdade de acesso à educação pré-primária de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar políticas e legislação integradas e inclusivas e também políticas e estratégias multissetoriais integradas de ECCE.
4.3 – Igualdade de acesso ao ensino técnico, profissional e superior	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver políticas intersetoriais para o desenvolvimento de competências profissionais. ● Garantir a qualidade e o reconhecimento das qualificações do ensino superior. ● Reforçar a cooperação internacional no desenvolvimento de programas transfronteiriços de ensino superior.
4.4 – Aumentar o número de pessoas com habilidades relevantes para o sucesso financeiro	<ul style="list-style-type: none"> ● Oferecer programas de educação e treinamento holísticos e baseados no contexto. ● Assegurar sistemas de garantia de qualidade de TVET transparentes e eficientes.
4.5 – Eliminar toda discriminação na educação	<ul style="list-style-type: none"> ● Assegurar políticas educativas que garantam os princípios da igualdade. ● Identificar barreiras que mantêm estudantes fora dos programas de educação e tomar ações afirmativas para eliminar essas barreiras.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar uma abordagem abrangente para tornar as escolas resilientes a desastres e impactos. ● Fornecer ensino à distância, formação em ICT e acesso à tecnologia e infraestrutura. ● Recolher dados de melhor qualidade sobre crianças com deficiência.
4.6 – Alfabetização e numeramento universal	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer uma abordagem setorial e multissetorial para a formulação de políticas e planos de alfabetização e para a orçamentação. ● Garantir que os programas de alfabetização e numeramento sejam de alta qualidade. ● Ampliar programas eficazes de alfabetização e habilidades de adultos. ● Promover o uso das ICT, para programas de alfabetização e numeramento.
4.7 – Educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver políticas e programas para promover a Educação para Desenvolvimento Sustentável e a Educação para Cidadania Global. ● Promover programas participativos para alunos e educadores relacionados com a ESD e a GCED. ● Garantir que a educação reconheça o papel fundamental que a cultura desempenha no alcance da sustentabilidade. ● Promover uma abordagem interdisciplinar para garantir a ESD e a GCED em todos os níveis de educação.

Fonte: Elaboração própria com os dados do The Global Goals (2023)

A declaração da Agenda 2030 aponta que o alcance das metas do Objetivo 4 e a implementação de todos ODS depende de uma parceria global, apoiada por políticas e ações concretas, reunindo governos, o setor privado, a ONU, a sociedade civil e outros atores. Para isso ocorrer, seria necessária a mobilização de recursos financeiros, a capacitação e a transferência de tecnologias sustentáveis para países em desenvolvimento (United Nations, 2015).

Quanto às parcerias, atualmente, a UNRWA conta com agências governamentais, como a *The Swedish International Development Cooperation Agency – SIDA* (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional), que atua na Faixa de Gaza, e organizações privadas. A SIDA é uma Agência do governo sueco, financiada pela receita tributária do país

cuja missão é o desenvolvimento global e a redução da pobreza mundial (SIDA, 2023).

Entre outros atores que trabalham fornecendo assistência para pessoas refugiadas da Palestina, estão a Organização sem fins lucrativos Sama Gaza, localizada na Jordânia (*Humanitarian Leadership Academy*, 2023); *American Near East Refugee Aid* – Anera (Ajuda Americana aos refugiados do oriente médio), uma organização sem fins lucrativos, atuante na Jordânia, Líbano e Palestina (ANERA, 2022); a ONG *Qatar Charity* (Qatar Charity, 2023); e o *Near East Council of Churches Committee for Refugee Work* – NECCRW (Comitê do Conselho de Igrejas do Oriente Médio para o Trabalho com Refugiados), programa atuante na assistência de palestinos em Gaza (DSPR, 2023). Essas Organizações trabalham em conjunto com a UNRWA para dar assistência as pessoas refugiadas, mas também executam esse trabalho de forma independente.

Quanto ao financiamento, é esperada uma mobilização tanto nacional dos governos, quanto internacional, para ser possível proporcionar a prestação de serviços essenciais durante a implementação da Agenda. Além disso, a Agência reconhece o papel do setor privado, com quem busca parcerias, como foi citado anteriormente. Isso inclui microempresas, multinacionais e cooperativas e o papel da sociedade civil e das organizações filantrópicas na sua implementação (United Nations, 2015).

Em relação às Estratégias Indicativas (quadro 10) contudo, não há garantia de que sejam postas em prática. Mesmo colocadas em prática, as estratégias não garantem a implementação do ODS 4 por não condizerem necessariamente com as sete metas estabelecidas no Objetivo. Ainda que se obtenha mais professores, seja ampliado o número de bolsas e as escolas tenham a infraestrutura melhorada, por exemplo, isso não garante a equidade e a qualidade na educação. Portanto, uma análise sobre a implementação do ODS 4 feita com base nesses meios de implementação não abrange a complexidade do Objetivo.

Ao assumir o compromisso de alinhar-se à Agenda 2030 e colaborar para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a UNRWA procura implementar programas alinhados aos ODS em seus campos de atuação. Sendo assim, a presente pesquisa avalia a execução dos programas da agência ligados à educação na Jordânia como meio de analisar a implementação do ODS 4. Essa análise está presente de forma sistematizada no capítulo 3.

Antecedentemente a análise sistematizada, é possível apontar algumas deficiências no Programa de educação da UNRWA. De acordo com Faek (2014) e o OCHA (2018), citados anteriormente, não está havendo um cuidado na contratação de professores e na produção dos conteúdos, por exemplo. Os autores apontam o incentivo da violência por parte de professores, em escolas da UNRWA, e incitação ao terrorismo e antissemitismo. Além disso, a Agência

também vem sofrendo problemas devido à escassez de recursos.

Em 2018, esse problema se agravou quando os Estados Unidos, por decisão do ex-presidente Donald Trump, cortaram o seu financiamento para a UNRWA. Contudo, o atual presidente dos EUA, Joe Biden, concedeu, em 2021, o retorno do financiamento estadunidense para a Agência, sob a condição de que seja realizado um trabalho transparente e que seja eliminado o antissemitismo e ligações com terrorismo (Foreign Policy, 2021).

Tendo em vista os recentes fatos, envolvendo o ensino em escolas da UNRWA, pode-se apontar falhas no cumprimento das promessas da Agência quanto à oferta de educação. Esse ponto torna importante a investigação da implementação dos programas de educação, para ser possível almejar possíveis soluções e ser realizado um trabalho coerente com os princípios e as promessas da Agência.

Assim, a pesquisa trará a seguir uma investigação sobre o trabalho da UNRWA na implementação de uma educação de qualidade para pessoas refugiadas da Palestina com enfoque na Jordânia. Em seguida será abordada a atuação da Agência à luz do institucionalismo liberal.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 4 NA JORDÂNIA À LUZ DO INSTITUCIONALISMO LIBERAL

A UNRWA procura implementar o ODS 4 – Educação de qualidade em todos os seus campos de atuação. Neste capítulo, será apresentado o trabalho da Agência para implementar o Objetivo 4 na Jordânia, localização com maior número de alunos e escolas da UNRWA fora da região palestina. Em seguida, o estudo traz neste capítulo uma discussão sobre a atuação da Agência abordando as premissas do Institucionalismo liberal.

Entende-se que, com o desenvolvimento das interações entre os Estados, em uma sociedade na qual as relações internacionais se tornam cada vez mais complexas, o institucionalismo liberal procura explicar a condição para a paz. A teoria argumenta ser necessário haver cooperação entre os Estados, que cedem parte de sua soberania em prol de um bem maior, que seria o crescimento em conjunto (Devitt, 2011). Contudo, o institucionalismo liberal reconhece a importância e a intangibilidade da soberania dos Estados, e o aspecto anárquico do Sistema Internacional. Essa teoria implica na busca pela maximização dos ganhos absolutos por meio da cooperação. O maior obstáculo para essa cooperação seria a trapaça por parte dos Estados.

De acordo com Johnson (2023), para o institucionalismo liberal, a disputa entre os Estados e a guerra são evitáveis. Para a teoria, as instituições nacionais e internacionais servem como facilitadoras da cooperação. A autora aponta o institucionalismo liberal como uma parte fundamental para a ordem internacional. Isso é explicado quando Grieco (1988) fala que o institucionalismo liberal entende a anarquia como impedimento à cooperação internacional. Contudo, diferente do realismo, essa teoria não subestima a capacidade das instituições internacionais de promover a cooperação. Isto é, apesar da existência de uma possibilidade de conflito, os Estados cooperam por meio e com a ajuda das instituições.

Dessa forma, neste capítulo, a autora disserta sobre o trabalho da UNRWA na implementação do ODS 4 na Jordânia e analisa o trabalho da Agência de forma sistematizada. Em seguida, traz uma discussão sobre a adesão da Agenda 2030 pela UNRWA sob a ótica do Institucionalismo liberal.

3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 4 NA JORDÂNIA

Com a adoção do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade, uma das primeiras ações da UNRWA, no ano letivo 2016/2017, foi o lançamento do Sistema de Informação de Gestão da Educação (EMIS) para toda a Agência (UNITED NATIONS, 2022). Esse sistema consiste em:

- (i) um módulo do aluno, que inclui dados sobre o registro do estudante, realizações, registros de saúde e comportamento e formação de classe; e
- (ii) um módulo de pessoal, introduzido no ano letivo 2019/20, que inclui dados sobre registro de colaboradores, transferências de pessoal, promoções, cessações, funções, assiduidades, licenças, desempenho e treinamento em serviço.

Segundo a ONU (2015), os módulos do EMIS estão ligados a outros sistemas da UNRWA, que inclui o Sistema Eletrônico de Registro de Estudantes, o e-Saúde e o Sistema de Registro e Informação de pessoas refugiadas. Essa interligação entre os sistemas permite análises avançadas e ajuda nos processos de tomada de decisão e de planejamento educacional. Isso permitiria que a UNRWA realocasse seus recursos da melhor forma.

Segundo a UNRWA (2023e), seu comprometimento quanto à implementação dos ODS abrange todos os seus campos de atuação. Para esta pesquisa, será analisada a Jordânia, que é um dos campos de atuação da UNRWA com maior número de pessoas refugiadas (UNRWA, 2023e). O programa de educação executado pela UNRWA na Jordânia teve início em 1949, quando o governo jordaniano e Organizações Internacionais perceberam a necessidade de construir uma estrutura educacional para as pessoas refugiadas da Palestina à medida que a permanência dessas pessoas se prolongava cada vez mais naquele país (Tiltne, Åge A.; Zhang, Huafeng, 2013).

Atualmente, para implementar a educação de qualidade na Jordânia, a UNRWA possui os seguintes programas, que serão analisados de forma sistematizada neste capítulo: Educação em Direitos Humanos, Educação em emergências, Bolsas de estudos em Universidades, Treinamento Vocacional, Treinamento de Professores, Liderando para o futuro, Programa de Desenvolvimento de Professores nas escolas, Currículo Escolar, Educação Inclusiva e Unidade de Suporte Estratégico.

A UNRWA tem sido o fornecedor dominante de escolaridade básica para as pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia que vivem dentro dos campos de refugiados, servindo cerca de nove em cada dez crianças. Contudo, o governo jordaniano fornece, à maioria dos refugiados que estão fora dos campos, o ensino de leitura e escrita e os prepara para prosseguirem o ensino profissional ou acadêmico. Instituições privadas também proporcionam escolaridade básica às

peças refugiadas da Palestina, especialmente fora dos campos (Tiltner, Åge A.; Zhang, Huafeng, 2013).

O Ministério da Educação da Jordânia foi incumbido de desenvolver um currículo para as escolas públicas e para as escolas operadas pela UNRWA (Qato, 2018). Contudo, a ideia inicial do Estado para a educação ofertada às pessoas refugiadas da Palestina era criar um sistema que consolidasse uma narrativa estatal, desnacionalizando os jovens da Palestina e introduzindo-os na legitimidade pertencente ao reino da Jordânia. Ou seja, a intenção era unificar palestinos e jordanianos, mas por meios arbitrários, que implicaria aos palestinos o afastamento e até esquecimento da sua identidade.

De acordo com Qato (2018), o currículo deveria ser criado para levar à integração política e social, articulando uma abordagem que produziria cidadãos que fossem súditos complacentes leais ao Estado. Contudo, essa tentativa do governo jordaniano não teve completo êxito, devido à persistência de educadores em proporcionar uma educação emancipatória às pessoas refugiadas da Palestina.

Qato (2018) cita o primeiro comitê curricular do Ministério da Educação, no qual, durante a criação do currículo escolar, todos os professores participantes procuraram manter um equilíbrio entre despertar o sentimento emancipatório por meio da educação e não contradizer diretamente as demandas e intenções do Estado.

Além disso, apesar de a UNRWA não ter intencionalmente decidido usar a educação para promover o nacionalismo palestino, a Agência, por meio de processos educativos, como fóruns em sala de aula e atividades extracurriculares orientadas para a história, cultura e política palestinas, forneceu ferramentas para a reconstrução da identidade palestina (Shabaneh, 2012). Dessa forma, foi proporcionada a educação de palestinos sobre a Palestina e o êxodo das pessoas refugiadas.

Ainda, mesmo que oficialmente as escolas da UNRWA devessem utilizar o currículo do país anfitrião, Shabaneh (2012) afirma que os professores das escolas da UNRWA, em sua maioria provenientes de comunidades de pessoas refugiadas, procuraram contornar os obstáculos à promoção da identidade nacional palestina no currículo por meio de suas relações diretas com os alunos. Tanto os professores quanto os administradores das escolas da UNRWA são formados pela Agência, que realiza atividades de treinamento para o seu corpo docente.

Sendo assim, a promoção da educação e as atividades educacionais da UNRWA involuntariamente forneceram uma estrutura para reconstrução, continuação e crescimento da identidade pessoal e nacional palestina dentro e fora dos campos de pessoas refugiadas. A

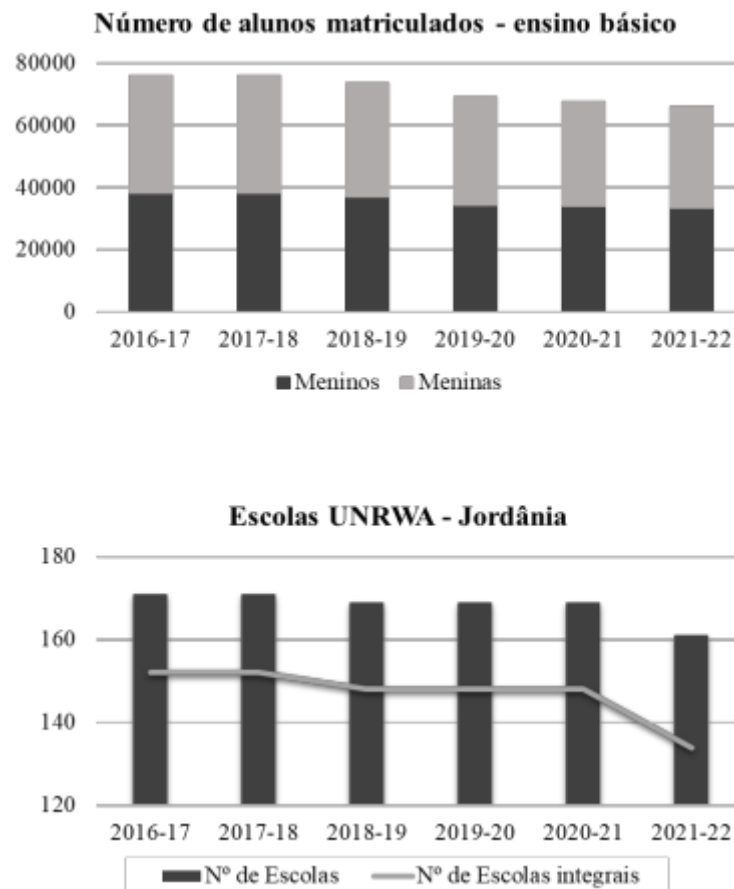
promoção da identidade ocorreu por meio de poesia, *workshops*, música, peças de teatro, pinturas, contos, canções e danças tradicionais (Shabaneh, 2012).

De acordo com denúncias relatadas pelo *Foreign Policy* (2021) e *UNWATCH* (2023), sobre a falta de preparo de professores e o incentivo ao antissemitismo nas escolas da UNRWA, é possível, contudo, afirmar que a UNRWA falha no controle do sistema educacional de suas escolas como um todo.

Dessa forma, o tom positivo que teria a promoção não intencional da identidade palestina em seu sistema educacional, na verdade, traz à tona a falta de empenho da Agência em monitorar os centros educacionais para garantir que a educação seja algo positivo e os ensinamentos sejam passados de forma responsável, focando em Direitos Humanos e cidadania, como o prometido pela UNRWA.

Na Jordânia, o programa executado pela UNRWA tem sido o segundo maior na área de educação, dentre os seus cinco campos de atuação. A UNRWA afirma ter fornecido educação básica a mais de 121.000 alunos, em 169 escolas (figura 9) no ano letivo de 2019/2020 (UNRWA, 2023g).

Figura 9 – Dados sobre as escolas da UNRWA na Jordânia



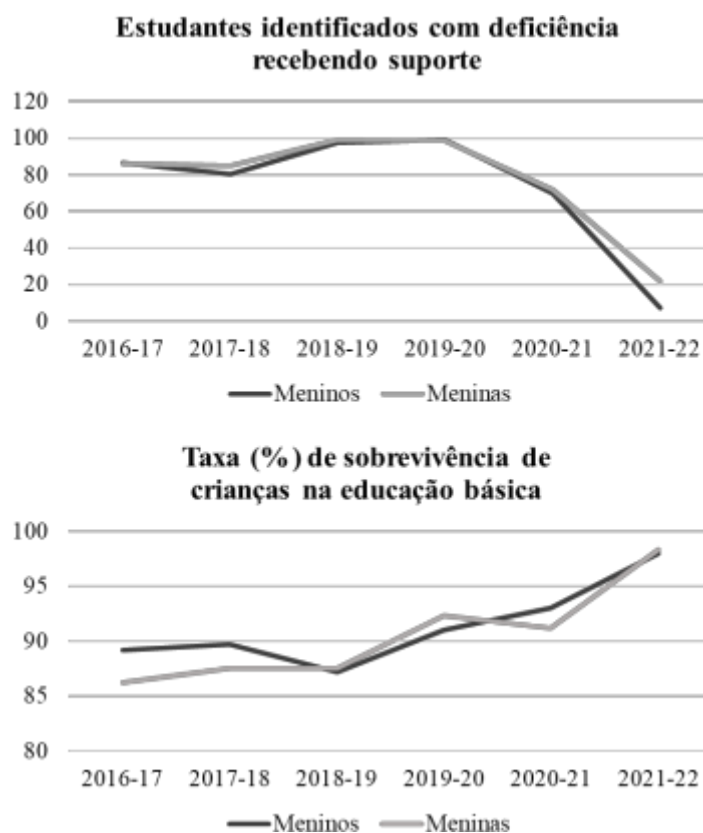
Fonte: Elaboração própria, baseado em UNRWA (2023g).

De acordo com a Agência, essas escolas funcionam, contudo, em prédios residenciais alugados e possuem infraestrutura precária para receber os estudantes. Muitos desses prédios não possuem elevadores ou rampas, por exemplo, impedindo a promoção da inclusão que a Agência promete. Entretanto, segundo a UNRWA (2023d), ela vem trabalhando para diminuir gradualmente o número de escolas desabilitadas para atender às necessidades dos alunos, além de melhorar a infraestrutura de todas as escolas para aumentar a inclusão.

Conforme os números disponibilizados pela própria UNRWA, há uma distância entre o que a Agência se compromete a fazer e o que realmente cumpre. O número de alunos matriculados no ano letivo 2019/20, informado no *site* da UNRWA, por exemplo, não condiz com os números dos dados disponibilizados pela Agência.

E, a queda dos números que dizem respeito ao suporte aos estudantes com deficiência (figura 10) não condizem com a promessa da UNRWA de melhorar o atendimento às necessidades dos alunos. Os dados demonstram uma diminuição considerável no número de estudantes com deficiência que recebem suporte a partir de 2019. Além disso, a Agência também não deixa claro a quais suportes especificamente estar-se referindo nos dados.

Figura 10 – Dados sobre estudantes refugiados da Palestina na Jordânia



Fonte: Elaboração própria, baseado em UNRWA (2023g)

Apesar de a Agência demonstrar uma melhoria na taxa de sobrevivência de crianças na educação básica, faz-se necessária uma atenção especial à questão do gênero, tendo em vista haver uma maior constância no aumento da taxa de sobrevivência de meninos. A taxa de sobrevivência de meninos cresceu de forma contínua de 2018 até 2022 e, a mesma taxa, para meninas, somente de 2020 até 2022.

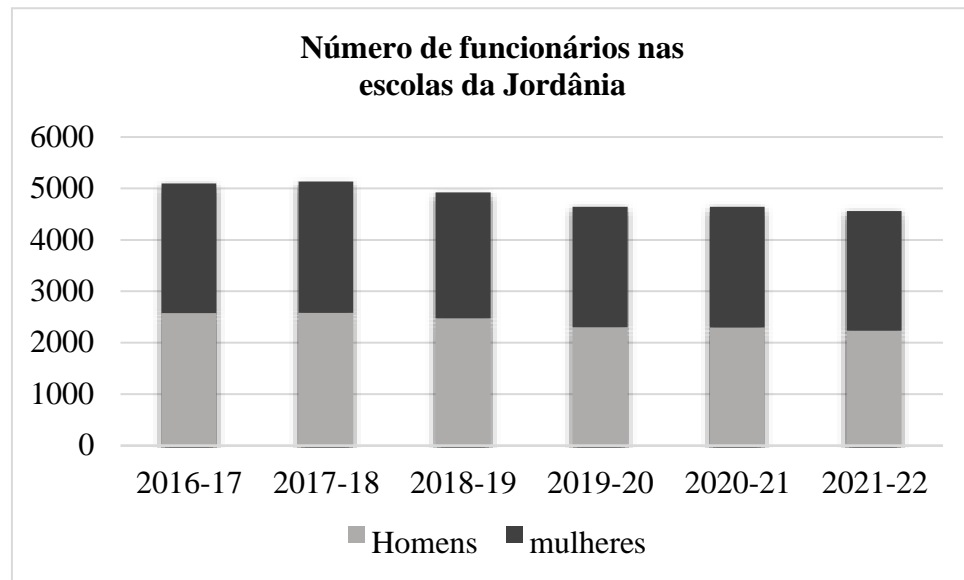
Durante esse período, a UNRWA afirma ter implementado uma Estratégia de Reforma Educacional na Jordânia. Ao desenvolver essa estratégia, a UNRWA reconhece que é preciso considerar a natureza do contexto operacional externo e os desenvolvimentos que nele ocorrem. Ou seja, a Agência reconhece que ela será sempre afetada por diversos cenários políticos, sociais e econômicos dos países em que opera. Desta forma, pode-se reafirmar o contexto altamente politizado em que a UNRWA se encontra.

Essa estratégia tem como um de seus objetivos ajudar que os estudantes se tornem pessoas inovadoras, críticas e criativas. A Agência aponta que foi desenvolvida uma política de desenvolvimento de professores que procura fortalecer a carreira desses profissionais e reconhece seu papel central na educação de qualidade. Na Jordânia, os Programas de desenvolvimento de professores com base na escola (*School Based Teacher Development - SBTD I e II*) alcançaram aproximadamente 3.902 professores da UNRWA, até dezembro de 2018.

O programa “Liderando para o futuro” (*Leading for the future - LFTF*), criado para desenvolver competências práticas de liderança de diretores escolares da UNRWA, alcançou aproximadamente 308 diretores e vice-diretores de escolas, até dezembro de 2018. O LFTF busca desenvolver inteligência emocional, estratégia, valores éticos, morais, entre outros, para a implementação bem-sucedida da Estratégia de Reforma da UNRWA.

Para isto, segundo a Agência (2023d), o programa deve proporcionar o desenvolvimento da confiança, competência e abordagens práticas às diretoras e diretores, para que eles possam liderar e incorporar mudanças duradouras em suas escolas, como foi posto em prática na Jordânia.

Apesar dos programas voltados para as equipes de educação da UNRWA, assim como o número de alunos e de escolas, o número de funcionários nas escolas da Agência também demonstrou decréscimo durante os anos. De acordo com os dados disponibilizados pela UNRWA, de 2017 até 2022 o número de funcionários na Jordânia diminuiu, tanto homens como mulheres, passando de um total de 5090 para 4560 (figura 11).

Figura 11 – Dados sobre as escolas da UNRWA na Jordânia

Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2023g)

Essa diminuição do número de funcionários e de escola não corresponde ao crescimento constante do número de pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia (GHAZAL, 2016; UNRWA, 2023e). Apesar da UNRWA não especificar o número da população de pessoas refugiadas da palestina por faixa etária, consoante a Organização Mundial da saúde (2021), Tiltne e Zhang (2014) e o *Palestian Central Bureau of Statistics* (2017), a população palestina é predominantemente formada por jovens entre 0 e 14 anos.

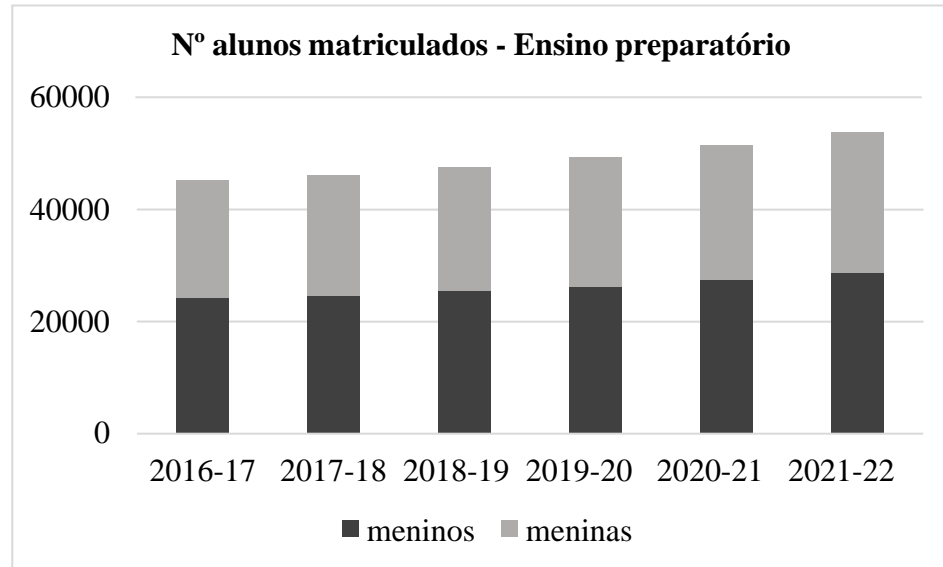
Na Jordânia, a UNRWA também oferece um ensino preparatório para as pessoas refugiadas da Palestina. O ensino preparatório ofertado pela UNRWA equivale ao que se conhece como Ensino Médio e é obrigatório e gratuito para meninos e meninas. Esse ensino é considerado pela Agência como parte integrante do ciclo de educação básica e tem em média 5 mil alunos matriculados por ano (figura 12). Ao concluir o ciclo elementar, os alunos passam a frequentar o ensino preparatório, com duração de quatro anos (UNRWA, 2011).

De acordo com dados da UNRWA, apesar do número de alunos da educação básica (elementar e preparatório) vir sofrendo decréscimo ao longo dos anos, o movimento contrário ocorre quando se refere ao ensino preparatório, especificamente. Isto é, os dados demonstram maior taxa de permanência dos alunos do ensino preparatório.

Ainda no seu programa de educação, apesar das denúncias, como as da *Foreign Policy* e *UN Watch*, a Agência afirma que, na Jordânia, ensinam-se os conceitos de Direitos Humanos, no Programa de Direitos Humanos, Resolução de Conflitos e Tolerância (*The Human Rights Conflict Resolution and Tolerance Program - HRCRT*). Neste programa, de acordo com a

UNRWA, (2023d) é utilizado um material desenvolvido para ajudar professores a promover uma cultura de Direitos Humanos nas salas de aula.

Figura 12 – Dados sobre o ensino preparatório para pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia



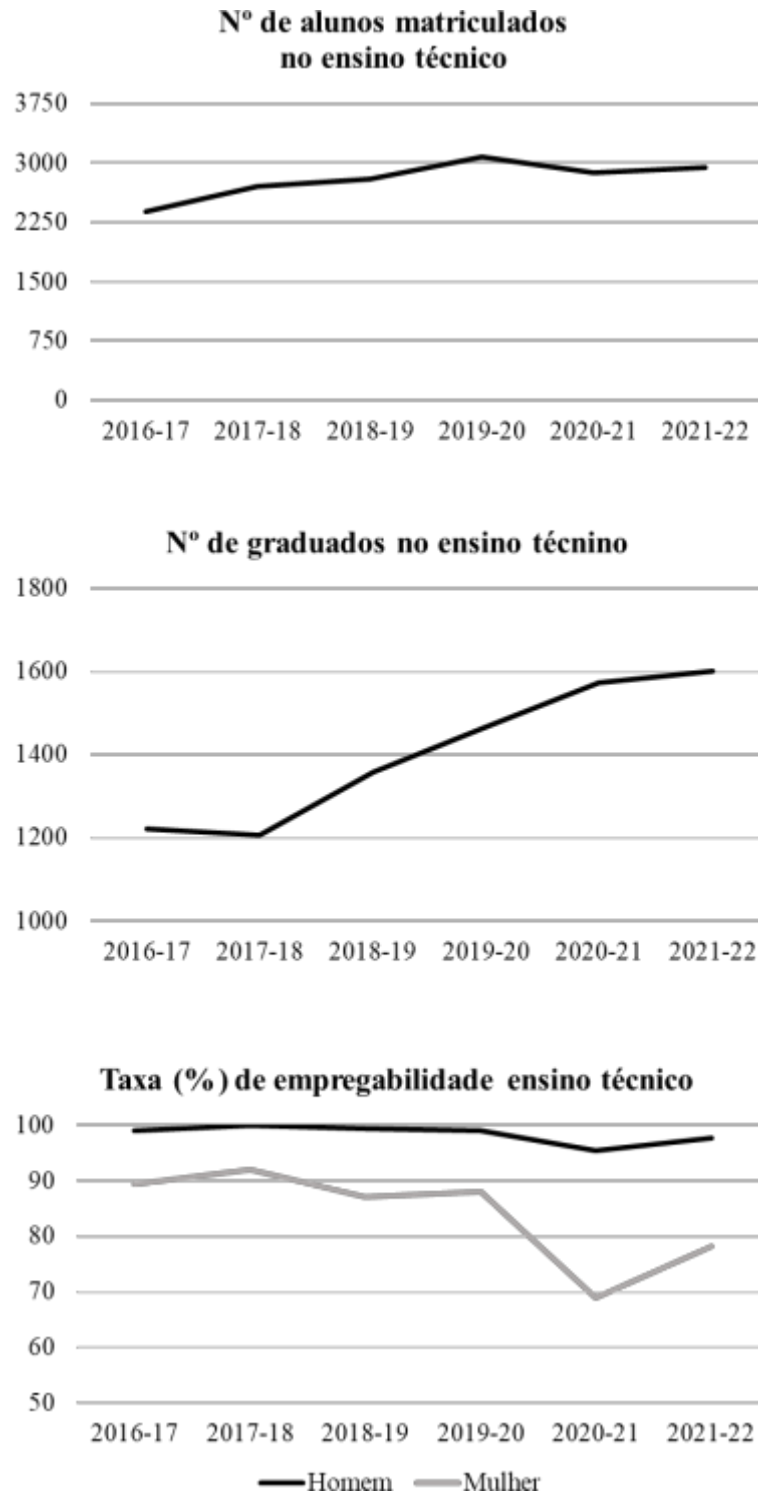
Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2023g)

Como parte do programa HRCRT, parlamentos escolares são formados, via de eleição. Nesses parlamentos, os estudantes são eleitos para representar todos os estudantes e apoiar as suas comunidades locais, organizando atividades relacionadas aos Direitos Humanos, ajudando a resolver conflitos entre estudantes, organizando excursões e representando os estudantes perante a administração escolar (UNRWA, 2023d).

Ademais, em seu programa de educação, a UNRWA também afirma que existe apoio psicossocial juntamente com intervenções de saúde escolar. Para o seu programa escolar, a Agência recebe o apoio de parceiros e ONGs, incluindo Unicef, *British Council* e *Right to Play*. Em seu programa de educação na Jordânia, a UNRWA afirma oferecer formação técnica e profissional no Centro de Formação de Amã (*Aman Training Centre - ATC*) e no Centro de Formação *Wadi Seer* (*Wadi Seer Training Centre - WSTC*).

Segundo a UNRWA (2023g), durante o ano letivo 2018/2019, cerca de 2.800 alunos estavam matriculados em ambos os centros (figura 13). Os dados demonstram certa estabilidade no número total de pessoas matriculadas nos centros de formação desde 2016, e um crescimento considerável no número de graduados de 2017 a 2022. Contudo, a taxa de empregabilidade se mostra divergente para homens e mulheres, sendo desfavorável para as pessoas do gênero feminino.

Figura 13 – Dados sobre o ensino técnico para pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia



Fonte: Elaboração própria com os dados da UNRWA (2023g).

Quanto aos centros de formação profissional, tanto o ATC quanto o WSTC são destinados aos estudantes refugiados da Palestina que se encontram em situações de maior vulnerabilidade. Os centros de formação, como afirma a Agência, oferecem cursos de formação

em diferentes níveis, seguindo as necessidades do mercado de trabalho regional e local. Em 2018, a UNRWA afirma que os diplomados do programa TVET tiveram um desempenho melhor do que os diplomados de instituições locais, com uma taxa de sucesso de 92,3% para os diplomados do ATC e de 77% para os diplomados do WSTC, em comparação com uma taxa de sucesso nacional de 61,2%.

Apesar dos dados mostrarem números aparentemente positivos, a Agência vem falhando com seu compromisso, demonstrando fragilidade e incoerência na implementação dos seus programas de educação, como já citado. De acordo com Burns (2018), a UNRWA, em 2018, parou de receber ajuda financeira dos EUA por decisão do ex-presidente do país Donald Trump, o que levou a Agência a fazer cortes na educação, afetando mais de 170 escolas na Jordânia e cerca de 120.000 estudantes.

Como mencionado, esses cortes, devido à falta de financiamento, não são um caso isolado. A UNRWA está sempre enfrentando algum tipo de dificuldade financeira. Como cita Davis (2021), o subfinanciamento da Agência impede que ela seja capaz de fornecer uma assistência integral a todas as pessoas refugiadas da Palestina.

Outro exemplo de incoerência entre discurso e ações da Agência também acontecem em outros campos de atuação, como Gaza. De acordo com Helou (2021), em 2021, cortes feitos pela Agência excluíram crianças mais carentes de escolas na Faixa de Gaza. Muitas crianças foram impedidas de frequentar a escola. Isso ocorreu devido a novos procedimentos adotados pela Agência, que afetou parte da população, denominada mahareen. Este rótulo é dado às pessoas mais pobres e necessitadas e que se beneficiam dos serviços da UNRWA, mesmo que não sejam registradas como refugiadas pela Agência.

Essa exclusão é interpretada como parte da tentativa da UNRWA de reduzir seus serviços. As certidões de nascimento das crianças, por exemplo, que antes eram carimbadas pela Agência, mostrando a elegibilidade da criança para os serviços da UNRWA, não mais o são. Ou seja, o procedimento foi revogado, impedindo que as novas gerações se beneficiem dos serviços da UNRWA.

Esse tipo de ocorrência, que existe nos cinco campos de atuação, denuncia certa falta de comprometimento e responsabilidade para com as pessoas refugiadas da Palestina, o que vai contra a razão de ser da agência, que é garantir a proteção dessa população, incluindo dignidade e bem-estar.

Para sistematizar a análise da implementação do ODS 4 na Jordânia, entre 2016 e 2021, serão apresentados os programas da UNRWA nesse campo de atuação, vinculando-os às metas

do Objetivo 4 e verificando se esses programas foram executados durante esses anos ou parcialmente executados (quadro 11). Essa verificação será baseada nos dados da presente pesquisa, com sinalização indicando os programas executados e os parcialmente executados.

Quadro 11 – Análise da implementação do ODS 4 na Jordânia. Legenda: verde para os programas executados e amarelo para os programas parcialmente executados.

Metas	Programas	Implementação dos programas na Jordânia
4.1 – Educação primária e secundária gratuita	➤ Educação em Emergências	●
4.2 – Igualdade de acesso à educação pré-primária de qualidade	➤ Educação em Emergências ➤ Unidade de suporte Estratégico ➤ Treinamento de Professores	● ● ●
4.3 – Igualdade de acesso ao ensino técnico, profissional e superior	➤ Bolsas de Estudos em Universidades	●
4.4 – Aumentar o número de pessoas com habilidades relevantes para o sucesso financeiro	➤ Treinamento Vocacional ➤ Treinamento de Professores ➤ Unidade de suporte Estratégico	● ● ●
4.5 – Eliminar toda discriminação na educação	➤ Educação Inclusiva ➤ Programas de Desenvolvimento de Professores nas escolas	● ●
4.6 – Alfabetização e numeração universal	➤ Programas de Desenvolvimento de Professores nas escolas	●
4.7 – Educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global	➤ Direitos Humanos, Resolução de Conflitos e Tolerância ➤ Currículo Escolar ➤ Liderando Para o Futuro	● ● ●

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UNRWA (2023d).

A análise da implementação do ODS 4 na Jordânia na presente pesquisa, por meio de execução de programas da UNRWA, foi realizada considerando dados disponibilizados pela Agência. Estes dados não estão totalmente explícitos e claros, como os do programa “Direitos Humanos, Resolução de Conflitos e Tolerância”, no qual a Agência afirma a implementação do Programa, mas não disponibiliza números da execução nem dos resultados.

Ainda, para avaliar o programa “Direitos Humanos, Resolução de Conflitos e Tolerância”, também foram considerados relatos sobre antissemitismo nas escolas, o que não condiz com a proposta do programa de educação em Direitos Humanos, nem com as determinações da Agenda 2030.

Da mesma forma, foram também avaliados o Programa de “Currículo Escolar” e o “Programa de Desenvolvimento de Professores nas Escolas”. Para o programa “Liderando para o Futuro”, também não foram encontrados dados específicos e números de sua execução e resultados. Contudo, a UNRWA afirma que o programa é executado na Jordânia. Assim também foi feito para os programas de “Unidade de Suporte Estratégico”, o de “Treinamento de professores” e o de “Bolsas de estudos em universidades”.

As análises de outros programas, como o de “Educação em Emergências” e o de “Educação inclusiva”, foram baseadas em números disponibilizados pela UNRWA sobre a quantidade de alunos no ensino básico, taxa de sobrevivência de crianças na educação básica e número de alunos com deficiência que recebem apoio.

Apesar de os números não demonstrarem um quadro necessariamente drástico em relação aos programas implementados pela UNRWA na educação da Jordânia, para uma análise sobre o trabalho da Agência na aplicação do ODS 4, é necessário avaliar informações que a Agência não especifica ou que não estão necessariamente explícitas, além de informações externas da Agência.

Por isso, é importante ressaltar que, para uma análise profunda, os dados disponibilizados pela UNRWA não são suficientes. As informações coletadas não demonstram total transparência. Além da dificuldade de acesso aos dados, existe falta de clareza quanto a que programas os dados se referem e de que forma esses programas são executados.

Apesar das ambiguidades de informações da UNRWA, é possível notar que, mesmo antes da tentativa de alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, a Agência já demonstrava incapacidade de suprir todas as suas demandas. Mesmo assim, ela se comprometeu com a Agenda global e agora passa por dificuldades para cumpri-la.

Assim, para compreender a adoção da Agenda 2030 pela UNRWA, a seguir será utilizado o institucionalismo liberal. O subcapítulo seguinte aborda de forma crítica o funcionamento do Sistema Internacional e a influência das Instituições Internacionais, trazendo as dificuldades enfrentadas pela Agência das Nações Unidas de assistência para pessoas refugiadas da Palestina na implementação do ODS 4 na Jordânia.

3.2 ATUAÇÃO DA UNRWA NA JORDÂNIA À LUZ DO INSTITUCIONALISMO LIBERAL

Ao aderir à Agenda 2030, assim como os demais atores das Nações Unidas, a UNRWA seguiu a demanda da sociedade internacional. Esse comportamento é adotado devido à intenção de uma cooperação multilateral, no qual os atores buscam por ganhos mútuos. Esse comportamento pode ser exemplificado na busca da UNRWA por parcerias multilaterais e bilaterais com Estados membros e outras agências da ONU, para mobilizar recursos, compartilhar conhecimento e promover melhores práticas na implementação da Agenda 2030 em seus campos de operação.

Essa dinâmica pode ser explicada pelo Institucionalismo Liberal, que enfatiza a importância do papel das Instituições para a cooperação. Nesse cenário, a UNRWA se mostra como um importante ator na cooperação global. Ao buscar parcerias visando melhorar a coordenação e a amplitude dos esforços de desenvolvimento, a Agência exerce um trabalho para o fortalecimento das instituições de governança global, que Slaughter (2003) conceitua como a capacidade de identificar e resolver problemas em escala global de forma coletiva.

Para melhor entendimento sobre o que são instituições e organizações internacionais, é importante compreender o uso de ambos os termos para se referir a um mesmo ator. Segundo o *Articles Responsibility of International Organizations – ARIO* (United Nations, 2011), no seu artigo 2º, uma Organização Internacional pode ser entendida como uma organização que foi estabelecida por meio de tratado ou outro instrumento regido pelo direito internacional. Essa organização possui personalidade jurídica internacional própria e podem incluir Estados e outras entidades como membros. O *United States Institute of Peace* (2024) se refere às OIs como organizações governamentais internacionais ou organizações com adesão universal de Estados soberanos.

As Organizações Internacionais podem variar em natureza e propósito, desde as Nações Unidas até organizações de temáticas específicas, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (Reuterswärd, 1980). Ao longo do tempo,

as OIs se tornaram arenas importantes, especialmente como arena onde Estados competem, colaboram e buscam influenciar decisões que afetam questões globais. Essas Organizações servem muitas vezes como mecanismos para tomada de decisões coletivas e elaboração de normas internacionais. Por exemplo, a OMC é responsável por estabelecer regras e regulamentos para o comércio internacional (World Trade Organization, 2024), enquanto a OMS define padrões e diretrizes para a saúde pública global (World Health Organization, 2014).

No que se entende sobre Instituições, Keohane (1988) explica que o termo se refere a um padrão geral ou categorização de atividade, ou um arranjo feito pelo ser humano, organizado de maneira formal ou informal. As instituições de quaisquer temáticas são constituídas por conjuntos de regras formais e informais que ditam papéis comportamentais, moldam expectativas e restringem a atividade. Como exemplos de padrões de categorias de atividades, os autores trazem a religião, o Estado soberano e a diplomacia.

Ainda, Keohane (1988, p. 383) resume que as Instituições Internacionais são “instituições que podem ser identificadas como complexos relacionados de regras e normas, identificáveis no espaço e no tempo”. Keohane (1984) afirma que as Instituições Internacionais são atores capazes de influenciar tanto os eventos internacionais, quanto domésticos, enquanto os condicionamentos para os Estados são alterados. Isso pode ocorrer no fluxo de informações e oportunidades, nas expectativas sobre a solidez dos acordos internacionais e na habilidade dos governos em monitorar os demais. Neste cenário, as Instituições desempenham papel crucial no sistema internacional.

O institucionalismo liberal explica que as Instituições Internacionais são atores que prescrevem papéis comportamentais, restringem a atividade e moldam expectativas. Essa teoria, desde sua base, procura compreender a influência que as instituições possuem. No exercício dessa influência, as instituições podem exercer o que é denominado pressão institucional, que compõe para que outros atores passem a fazer o que se é desejado ou que se entende como o certo a se fazer. Ou seja, essa pressão consegue delimitar e moldar a ação organizacional (Galleli et al., 2022).

A afirmação acima pode auxiliar na compreensão do comportamento do Sistema internacional, levando a entender de que forma e porque os atores aderem a certos comportamentos, como na adoção da Agenda 2030 pela sociedade internacional, que inclui os Estados, Organizações Internacionais e outros atores não governamentais. De acordo com a

teoria em foco, as instituições e as regras tendem a facilitar a cooperação dentre e entre Estados, tendendo a evitar os conflitos e promovendo benefícios mútuos para os atores em cooperação.

Keohane (2012) defende que o objetivo social do Institucionalismo liberal é promover efeitos benéficos tanto na segurança humana como resultado da cooperação entre Estados. Ele afirma que a cooperação entre os Estados pode resultar em um mundo mais pacífico, próspero e livre, promovendo assim o bem-estar e a liberdade humana. Para essa cooperação, Keohane (2012) enfatiza um propósito social a que as instituições servem, sendo elas essenciais para uma cooperação que reforce os interesses da maioria, se não de todas as pessoas.

A principal Instituição Internacional existente no Sistema internacional contemporâneo, devido ao seu caráter geral e à adesão global, é a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU foi criada no ano de 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, por meio da Carta das Nações Unidas, elaborada na Conferência de São Francisco. Essa carta deu início ao desenvolvimento da Organização e foi composta pelas diretrizes de funcionamento, de direção do projeto de desenvolvimento e pela estrutura organizacional da OI.

A Organização das Nações Unidas possui um sistema composto por Fundos, Agências especializadas e Programas (United Nations, 2023b). Na Carta das Nações Unidas, pode-se observar o conjunto de órgãos principais e subsidiários. Os órgãos subsidiários são criados para responder às necessidades progressivas da Organização (United Nations, 1945). Entre seus principais órgãos, encontram-se a Assembleia Geral e o Conselho Económico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, Conselho de Segurança, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado das Nações Unidas.

A Assembleia Geral é o único órgão das Nações Unidas que tem representação universal, no qual todos os membros representativos possuem um voto único nas decisões das matérias da Assembleia, conforme o art. 18 da Carta das Nações Unidas independentemente do seu poder econômico ou financeiro (United Nations, 1945). As decisões tomadas nas reuniões da Assembleia devem ser aceitas por pelo menos dois terços dos membros presentes. As reuniões da Assembleia ocorrem anualmente, ou em situações extraordinárias convocadas pelo Secretário-Geral, de acordo com o art. 20 da Carta das Nações Unidas.

A Carta ainda cita que o presidente da Assembleia Geral é eleito anualmente por todos os membros da Assembleia das Nações Unidas. Este órgão é responsável pela formulação das políticas gerais de atuação das Nações Unidas, aprovação do orçamento financeiro da Organização, deliberação sobre relatórios de outras instituições do Organismo e sobre questões

governamentais, além de aprovar a admissão de novos membros e o poder de fazer recomendações aos membros do Conselho de Segurança (United Nations, 1945).

Já o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), de acordo com o art. 62 da Carta das Nações Unidas, tem como função o estudo de matérias internacionais que dizem respeito a economia, cultura, questões sociais educacionais e de saúde, com a elaboração de relatórios são apresentados na Assembleia Geral. Este Conselho também pode ter um papel ativo da defesa dos Direitos Humanos, ao fazer recomendações à Assembleia sobre a direção que as Nações Unidas devem tomar sobre o assunto. Além disso, Ele tem a responsabilidade de preparar Convenções e Conferências Internacionais sobre as áreas nas quais ele está inserido, com a condição de aprovação em Assembleia (United Nations, 1945).

A formação das Nações Unidas é composta pela perceptível interdependência entre os órgãos da Agência, que reforça o ambiente de cooperação no Sistema ONU. Além dos órgãos da Organização, ao longo da existência da ONU foram criados Fundos, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), estabelecido em 1946 (UNICEF, 2024) e Agências especializadas, como a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), criada em 1966 (UNIDO, 2023).

As Organizações Internacionais, como a ONU, são frequentemente utilizadas como locais de discussão para negociação e diplomacia entre Estados. Por exemplo, a Assembleia Geral da ONU é um espaço em que os Estados têm a oportunidade de expressar seus pontos de vista sobre questões internacionais e influenciar a agenda global. Da mesma forma, as reuniões e as cúpulas de organizações regionais, como a União Europeia (UE) ou a Organização dos Estados Americanos (OEA), permitem aos Estados membros discutir e coordenar políticas em áreas de interesse comum (European Union, 2022; Organization of American States, 2024).

A Organização das Nações Unidas, com suas várias agências, fundos e programas, fornece uma plataforma para a cooperação em uma ampla gama de questões globais, como paz e segurança, desenvolvimento econômico, direitos humanos, meio ambiente e saúde. Assim, o institucionalismo liberal argumenta que as instituições internacionais são importantes facilitadoras da cooperação entre os Estados. Uma de suas características é a ênfase nas regras e normas como meios de regular o comportamento dos Estados e outros atores internacionais (O'Neill et al, 2004). Assim, a ONU desempenha um papel fundamental na elaboração e implementação de normas e padrões internacionais.

Por meio de seus esforços de mediação, operações de manutenção da paz e desenvolvimento de estruturas para prevenir conflitos e promover a resolução pacífica de

disputas, a ONU desempenha um papel importante na mediação de conflitos e na manutenção da paz, consoante o papel das instituições no Institucionalismo liberal. Essa teoria reconhece a importância dos mecanismos de monitoramento e prestação de contas na governança internacional (Keohane, 1984).

A ONU se destaca nesse sentido, pois opera vários órgãos e mecanismos de monitoramento que supervisionam o cumprimento dos tratados internacionais, direitos humanos e outras áreas de preocupação global, como o ECOSOC e o Conselho de Direitos Humanos (ACNUDH, 2024). Essa supervisão visa ajudar a garantir que os Estados sigam seus compromissos.

No caso da Agenda 2030, a ONU atua por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007), por exemplo, na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no mundo, na supervisão do progresso dos ODS e na responsabilização dos países por suas ações ou pela falta delas, em relação a esses objetivos. Dessa forma, a Organização Mundial das Nações Unidas desempenha um importante papel no desenvolvimento econômico e social sustentável em âmbito global.

O institucionalismo liberal destaca a importância das instituições internacionais e regimes de governança global na promoção da cooperação entre os Estados. Nesse sentido, a implementação da Agenda 2030 pode ser vista como uma manifestação dessa cooperação, em que os países se comprometem a trabalhar juntos para alcançar objetivos comuns de desenvolvimento sustentável. No que diz respeito ao papel das instituições na criação de regras e normas que moldam o comportamento dos atores políticos, no contexto da Agenda 2030 essas regras e normas podem facilitar a implementação dos objetivos estabelecidos, fornecendo orientação e incentivos para os países agirem de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

O institucionalismo liberal também se preocupa com a forma como os interesses dos diferentes atores políticos influenciam as políticas, o que resulta na forma como elas são formuladas e implementadas. Na implementação da Agenda 2030, isso pode envolver a formação de coalizões de países e outros atores, como organizações não governamentais e empresas, que compartilham interesses comuns em relação ao desenvolvimento sustentável e trabalham juntos para promover esses objetivos (Keohane *et al.*, 1995).

A teoria em foco oferece uma lente analítica sobre como a implementação da Agenda 2030 é influenciada e facilitada pelas instituições internacionais, regras e normas, mecanismos de monitoramento e prestação de contas, e interesses e coalizões de atores políticos. Dessa

forma, a teoria oferece uma estrutura conceitual para entender o papel da ONU e de outras instituições internacionais na promoção da cooperação e promoção do desenvolvimento sustentável a nível global.

Nesse cenário, a UNRWA também é um ator importante na cooperação global. Como organização internacional membro do sistema ONU, ela segue normas e regras compartilhadas e, dessa forma, busca implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Ao buscar parcerias multilaterais e bilaterais com outras agências da ONU, organizações e Estados membros, para melhorar a coordenação e a amplitude dos esforços de desenvolvimento, por meio da mobilização de recursos e compartilhamento de conhecimentos, a Agência exerce um trabalho para promover melhores práticas na implementação da Agenda 2030 em suas áreas de operação. Dessa forma, a UNRWA segue o movimento explicado pelo Institucionalismo liberal.

Como uma agência da ONU, a UNRWA possui legitimidade e reconhecimento internacional que pode facilitar o recebimento de financiamento dos Estados membros e outras fontes, incluindo governos, organizações não governamentais e doadores privados. Esses recursos são essenciais para sustentar suas operações, incluindo assistência médica, educação e serviços sociais para as pessoas refugiadas da Palestina.

Devido a sua dependência a respeito de recursos e operacionalização, a UNRWA, contudo, tende a estar sujeita a influências políticas dos Estados membros da ONU e outros atores, tornando a Agência suscetível a mudanças nas prioridades políticas de acordo com as agendas dos Estados membros e do sistema internacional (Shabaneh, 2005).

Essa suscetibilidade tende a diminuir a autonomia da UNRWA em relação à formulação de políticas e tomada de decisões, o que afeta sua capacidade de operar de forma imparcial e plena, especialmente em contextos de conflito ou disputa política, além de limitar sua capacidade de responder de forma flexível e ágil às necessidades emergentes das pessoas refugiadas da Palestina e gerar desafios para a continuidade e consistência de seus programas e iniciativas.

Como citado anteriormente, a UNRWA vem enfrentando uma série de desafios financeiros que impactam diretamente sua capacidade de fornecer assistência às pessoas refugiadas da Palestina. A dependência significativa de doações voluntárias de Estados membros da ONU e outros doadores internacionais expõem a UNRWA a incertezas e instabilidades financeiras, especialmente em tempos de crises econômicas globais ou mudanças

nas prioridades de financiamento dos doadores. Essas dificuldades financeiras frequentemente resultam em déficits orçamentários e a redução ou interrupção de serviços essenciais, afetando diretamente a vida e o bem-estar das pessoas refugiadas da Palestina.

Além dos desafios financeiros, a UNRWA também enfrenta dificuldades decorrentes de sua estrutura e mandato complexos, como mencionado no capítulo 1. Sua dependência da ONU, embora confira legitimidade internacional, também pode limitar sua capacidade de operar de forma independente e ágil, especialmente em contextos políticos sensíveis. As restrições impostas pelas dinâmicas geopolíticas da região, incluindo o conflito israelense-palestino, muitas vezes complicam ainda mais os esforços da UNRWA para garantir o acesso seguro e amplo as pessoas refugiadas e para manter sua neutralidade e imparcialidade.

Além disso, a UNRWA enfrenta desafios práticos significativos em suas operações diárias. A prestação de serviços em áreas afetadas pelo conflito, como Gaza e Cisjordânia, apresenta riscos de segurança para seus funcionários e instalações. Além disso, os serviços na educação se tornam comprometidos quando não existe uma supervisão no dia a dia das escolas, contratação de professores, treinamento e cuidado com o currículo escolar para garantir a qualidade da educação, de acordo com os princípios da UNRWA e as diretrizes da Agenda 2030.

Essas dificuldades práticas que a Agência enfrenta são exacerbadas por restrições de movimento impostas por autoridades locais e pelo acesso limitado a recursos básicos, como a água potável e eletricidade (UNRWA, 2023h). Enfrentar esses desafios requer um compromisso contínuo da comunidade internacional em apoiar financeira e politicamente a UNRWA, além de esforços concentrados para abordar as causas subjacentes do deslocamento e da insegurança na região da Palestina.

Todas as dificuldades supracitadas, enfrentadas pela UNRWA, têm um impacto significativo em seu trabalho na implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 na Jordânia, onde a agência opera para proteger as pessoas refugiadas da Palestina. As restrições financeiras e de origem institucionais que a UNRWA enfrenta afetam diretamente sua capacidade de fornecer educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia.

Primeiramente, as dificuldades financeiras da UNRWA limitam os recursos disponíveis para investir na educação dos refugiados palestinos na Jordânia. Com orçamentos apertados e uma dependência significativa de doações voluntárias, a UNRWA enfrenta desafios para garantir financiamento adequado para a expansão e melhoria de seus programas educacionais.

Além disso, as limitações institucionais da UNRWA, muitas vezes decorrentes de seu mandato ambíguo, podem implicar na amplitude da implementação do ODS 4 na Jordânia. Isso porque há necessidade de seguir diretrizes e políticas estabelecidas pela ONU, resultando na restrição da capacidade da UNRWA de adaptar seus programas educacionais às necessidades específicas das pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia.

Na Jordânia, a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 tem enfrentado desafios significativos devido às falhas na implementação dos programas da UNRWA, conforme a análise nessa pesquisa. Embora a Agência mantenha uma das maiores concentrações de seu trabalho na área educacional, os programas lançados muitas vezes não têm o alcance prometido ou não seguem as diretrizes estabelecidas pela própria UNRWA. Como exemplo, têm-se o Programa de Educação Inclusiva, o Programa de Desenvolvimento de Professores nas escolas, o Programa de Direitos Humanos e de Currículo escolar, sendo os dois últimos executados de forma a descumprir com os princípios da Agência.

Essas falhas na implementação dos programas educacionais podem ser atribuídas a uma série de fatores, incluindo limitações de recursos, falta de capacidade de monitoramento e supervisão adequados, e questões políticas ou burocráticas que dificultam a execução das políticas educacionais. Como resultado, mesmo com o compromisso da UNRWA com a Agenda 2030 e seus objetivos, a Agência não consegue atender às expectativas do ODS 4 na Jordânia.

Para enfrentar esses desafios e garantir uma implementação mais eficaz do ODS 4 na Jordânia, seria necessário que a UNRWA revisasse e fortalecesse seus programas educacionais, abordando as falhas identificadas e priorizando a transparência, a participação da comunidade e a prestação de contas. Somente por meio de uma abordagem mais robusta e comprometida, a agência poderia garantir uma educação de qualidade para as pessoas refugiadas da Palestina na Jordânia e alcançar os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030.

Uma alternativa para que isso ocorresse, seria se a UNRWA tivesse a possibilidade de trabalhar de forma menos politizada. Assim, a Agência teria mais liberdade para desenvolver e implementar suas políticas e programas de acordo com as necessidades específicas das pessoas refugiadas da Palestina, sem estar tão sujeita a pressões políticas externas.

Isso também poderia permitir que a UNRWA diversificasse suas fontes de financiamento e reduzisse sua dependência de contribuições dos Estados membros da ONU, possibilitando a garantia de uma base financeira mais estável e sustentável para suas operações, podendo também explorar oportunidades de colaboração mais ágeis e adaptáveis. Além disso,

uma maior independência financeira e política permitiria à UNRWA uma flexibilidade maior na gestão de seus recursos e na adaptação de suas estratégias educacionais às necessidades das pessoas sob sua proteção.

É importante reconhecer, no entanto, que alcançar maior independência do Sistema ONU também apresentaria desafios significativos, incluindo questões legais, financeiras e políticas. Qualquer movimento em direção à uma maior independência exigiria uma cuidadosa avaliação das implicações e um processo de transição gradual e bem planejado, garantindo que a UNRWA tenha os recursos e a autonomia necessários para cumprir sua missão de fornecer educação de qualidade para as pessoas refugiadas da Palestina, contribuindo assim para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a ocupação britânica no território da Palestina, a população originária desta localidade vem sofrendo devido à interferência ocidental em suas terras. Mesmo depois da saída dos britânicos, os palestinos foram submetidos a dividir seu território com os novos ocupantes, os judeus. Contudo, a divisão esperada se tornou uma invasão da população eurojudia e expulsão dos palestinos.

Desde que foram expulsas de seu território, as pessoas refugiadas da Palestina se encontraram dependentes da ajuda de outras Nações que não a sua e de Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais. Nesse cenário, a UNRWA foi criada para assistir temporariamente as pessoas refugiadas da Palestina. Contudo, atualmente a Agência é principal fonte de assistência e provisão para os palestinos na condição de pessoas refugiadas.

No contexto em que se encontram as pessoas refugiadas da Palestina, a existência da UNRWA e o trabalho que a Agência exerce na proteção dessa população são essenciais para que essas pessoas consigam ter e manter seus direitos mínimos concedidos. Desde sua criação, apesar das dificuldades, a UNRWA tem conseguido ofertar o mínimo de dignidade para a população refugiada da Palestina. Ainda que muitas vezes de forma precária, a Agência da ONU fez com que as pessoas refugiadas da Palestina tivessem um lugar para se abrigar, comida, educação e saúde.

A prolongação, contudo, da existência da UNRWA, que tinha mandato temporário, alerta para a perduração da situação das pessoas refugiadas da Palestina, que foram expulsas de seu território e vivem em constante falta de segurança, e para a falta de solução para o problema. Dessa forma é possível apontar a falta de mobilização do sistema internacional e, conseqüentemente, a manutenção da segregação do povo palestino. Com isso, a UNRWA acaba servindo como um paliativo para a problemática que envolve os povos árabes e judeus, mas que afeta diretamente a população palestina.

Ao adotar a Agenda 2030, a UNRWA se comprometeu com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentre eles o ODS 4 – Educação de qualidade. Para implementar esse objetivo, a UNRWA criou novos programas para melhorar o seu sistema de educação e deu continuidade a alguns dos programas já existentes, como o Programa de Educação em Emergências, Unidade de suporte Estratégico e Programas de Desenvolvimento de Professores nas escolas.

Desde o início de sua atuação, a Agência da ONU para pessoas refugiadas da Palestina tem investido na educação, principalmente de crianças e jovens. Com isso, o sistema educacional se tornou destaque do trabalho da Agência. Contudo, como mostrado na pesquisa, a UNRWA sempre enfrentou dificuldades políticas e financeiras.

No cenário atual, essas dificuldades refletem também na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda assim, a Agência vem conseguindo com que seus programas sejam postos em prática. Contudo, no que diz respeito a educação e, conseqüentemente, também diz respeito ao trabalho da Agência na implementação do ODS 4, a UNRWA enfrenta questões que vão de encontro aos seus princípios ao colocar seus programas em funcionamento, como relatam as denúncias de incentivo ao ódio nas escolas. Este tipo de problemática, que contradiz a afirmação da UNRWA sobre o ensino de direitos humanos e o cuidado com o currículo escolar, demonstra negligência quanto ao que é posto em prática em seus programas e o que realmente acontece em suas escolas.

Para garantir que seu sistema educacional seja executado conforme seus princípios, a UNRWA deve certificar-se de que haja uma fiscalização cuidadosa, desde a contratação de professores e material escolar, até o cotidiano das atividades escolares. Além disso, enfatizar e garantir a educação inclusiva em Direitos Humanos, proporcionando o conhecimento em cidadania e da diversidade social e cultural. Dessa forma, a Agência ofereceria uma educação emancipatória às pessoas refugiadas da Palestina, fazendo com que estes tenham capacidade crítica e consigam desempenhar plenamente seus papéis na sociedade, como cidadãos do mundo e cidadãos da Palestina.

Na Jordânia, é possível afirmar que apesar da Agência manter uma das maiores concentrações do seu trabalho na educação, os programas são parcialmente implementados pela UNRWA, pois alguns dos programas não possuem o alcance prometido pela Agência ou não englobam as diretrizes prometidas pela Agência.

Para executar a análise dos programas desenvolvidos pela UNRWA, foi necessário coletar dados qualitativos e quantitativos do site da UNRWA e relatórios publicados pela Agência. Os programas da Agência relacionados à educação puderam ser facilmente acessados. Contudo, a respeito dos dados quantitativos, principalmente, foram encontradas dificuldades de acesso, pois no site da Agência não se demonstra acessibilidade para o encontro desses dados e muitas vezes os dados também não se mostram completamente claros. Além da UNRWA, foram buscadas outras fontes, como ONGs e outras organizações. Entretanto, os dados encontrados eram advindos da própria Agência da ONU para pessoas refugiadas da Palestina.

A análise realizada conclui que a UNRWA deve aprimorar seu trabalho na educação para alcançar as metas do ODS 4 e, assim, oferecer uma educação inclusiva e de qualidade as pessoas refugiadas da Palestina. Para isso, a Agência poderia investir na construção de capacidades internas para realizar suas operações de forma mais autônoma e até buscar a diversificação de suas fontes de financiamento e evitar a dependência em relação a alguns Estados, diminuindo as chances de crises financeiras.

Para melhorar a implementação dos ODS, a Agência também pode trabalhar para desenvolver sistemas de monitoramento robustos para avaliar o progresso em relação aos objetivos da Agenda 2030 e para garantir a transparência e a responsabilização em suas atividades de desenvolvimento. Além disso, a Agência poderia também adotar uma abordagem inclusiva, envolvendo ativamente as pessoas refugiadas da Palestina, as comunidades anfitriãs, as organizações da sociedade civil e outros interessados em seus esforços para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- ACNUDH - O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. **Mecanismos de Direitos Humanos**. ACNUDH. 2024. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/mecanismos/>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- AKRAM, Susan. UNRWA and Palestinian refugees. Oxford: **Oxford University Press**, 2014.
- ALVES, Thiago Augusto Lima. Repatriamento (involuntário ou voluntário). **Revista Relações Exteriores**. 2021. Disponível em: <https://relacoeseteriores.com.br/glossario/repatriamento-involuntario>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- ANERA - American Near East Refugee Aid. Jordan Capacity Statement. **ANERA**, 2022. Disponível em: https://www.anera.org/wp-content/uploads/2022/03/Jordan_Capacity_Statement_2022.pdf. Acesso em: 16 de agosto de 2023.
- BLOOM, Rebecca. What is Fatah al-Islam? **Council on Foreign Relations**. 2007. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/fatah-al-islam>. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.
- BOCCO, Riccardo. UNRWA and the Palestinian refugees: a history within history. **Refugee Survey Quarterly**, v. 28, n. 2-3. 2009.
- BURNS, Tobias. In Education Cuts, Children in Jordan Face a New Threat. **US News**. 2018. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/best-countries/articles/2018-09-10/in-education-cuts-children-in-jordan-face-a-new-threat>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.
- CERI - Consolidated Eligibility and Registration Instructions UNRWA. **United Nations**, 2009. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/strategy-policy/consolidated-eligibility-and-registration-instructions>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.
- CICV- Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Os Princípios Fundamentais. **CICV** 2014 Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/os-principios-fundamentais-do-movimento-internacional-da-cruz-vermelha-e-do-crescente>. Acesso em: 21 de julho de 2023.
- COLE, Donald P. Where have the Bedouin gone? **Anthropological quarterly**, Vol. 76, n. 2, p. 235-267, 2003. DOI: 10.1353/anq.2003.0021.
- DAVIS, Hanna. Jordan: Palestinian refugees struggle amid UNRWA funding cuts. **Al Jazeera**. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/12/18/jordan-palestinian-refugees-struggle-amid-unrwa-funding-cuts>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.
- DEVITT, Rebecca. Liberal institutionalism: An alternative IR theory or just maintaining the status quo. **E-international Relations**, v. 1, p. 1-7, 2011.
- DSPR – Department of Service to the Palestine Refugees. Near East Council of Churches. **DSPR**. 2023. Disponível em: <http://www.neccgaza.org/Page.aspx?id=NECC>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations**. 2023. Disponível em: https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/who/humanitarian-principles_en. Acesso em: 21 de julho de 2023.

EUROPEAN UNION. What it is and what it does. **European Union**. 2022. Disponível em: <https://op.europa.eu/webpub/com/eu-what-it-is/en/>. Acesso em: 29 de março de 2024.

EURO-MED MONITOR FOR HUMAN RIGHTS. Gaza: 100 thousand hours of isolation. 2017. **Euro-Med Monitor for human rights**. Disponível em: https://euromedmonitor.org/uploads/reports/Gaza-100_thousand_hours_of_isolation_en.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

FÁVERO, G.; PINHEIRO, L. F. V. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. *Cadernos de Política Exterior*, v. 3, p. 65–91, 2016.

FAEK, RASHA. For Many Palestinian Refugees, Higher Education Is Not an Option. **Al-Fanar Media**. 2014. Disponível em: <https://www.al-fanarmedia.org/2014/04/untold-story-ex-gaza-refugee-students/>. Acesso em 16 de agosto de 2023.

FELDMAN, ILANA. The Challenge of Categories: UNRWA and the Definition of a ‘Palestine Refugee’. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 387-406, 2012. DOI: 10.1093/jrs/fes004.

FIDDIAN-QASMIYEH, Elena. The changing faces of UNRWA: from the global to the local. **Journal of Humanitarian Affairs**, v. 1, n. 1. 2019.

FOREIGN POLICY. Palestinian Schools Have a Problem—and Are Running Out of Time. **Foreign Policy**. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/11/05/unrwa-palestine-israel-refugees-united-states-funding-corruption-education/>. Acesso em 29 de março de 2024.

GAGE – Gender and Adolescence: Global Evidence. Adolescents in Protracted Displacement: Exploring risks of age-and gender-based violence among Palestine refugees in Jordan, Lebanon and the State of Palestine. **GAGE**, 2021. Disponível em: <https://www.gage.odi.org/publication/adolescents-in-protracted-displacement-exploring-risks-of-age-and-gender-based-violence-among-palestine-refugees-in-jordan-lebanon-and-the-state-of-palestine/>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

GHAZAL, MOHAMMAD. Population stands at around 9.5 million, including 2.9 million guests. **The Jordan times**, 2016. Disponível em: https://jordantimes.com/news/local/population-stands-around-95-million-including-29-million-guests#google_vignette. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

GALLELI, Barbara et al. SDGs, COVID-19 and institutional pressures on organizations. **Revista de Gestão**, v. 29, n. 4, p. 321-335, 2022.

GLOBAL GOALS. Quality Education: Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all. **The Global Goals**. 2023. Disponível em: <https://www.globalgoals.org/goals/4-quality-education/>. Acesso em 06 de fevereiro de 2024.

GORODETSKY, Gabriel. The Soviet Union's role in the creation of the state of Israel. **The Journal of Israeli History**, v. 22, n. 1. 2003.

GRIECO, Joseph M. Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism. **International organization**, v. 42, n. 3, p. 485-507, 1988.

HASAN, Hussam. Jordan Palestinian Refugees. **New York Times**, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2023/12/20/magazine/jordan-palestinian-refugees.html>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

HELOU, ALAA. UNRWA cuts exclude Gaza's most deprived children of an education. **The new Arab**. 2021. Disponível em: <https://www.newarab.com/features/unrwa-cuts-exclude-gazas-poorest-children-education>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

HUMANITARIAN LEADERSHIP ACADEMY. Providing humanitarian learning to Palestinian refugees in Jordan. **Humanitarian leadership academy**, 2023. Disponível em: <https://www.humanitarianleadershipacademy.org/user-stories/providing-humanitarian-learning-to-palestinian-refugees-in-jordan/>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

JOACHIM, Jutta; REINALDA, Bob; VERBEEK, Bertjan (Ed.). International organizations and implementation: enforcers, managers, authorities? New York: **Routledge**, 2008.

JOHNSON, Tana; HEISS, Andrew. Liberal institutionalism. In: **International Organization and Global Governance**. Routledge, p. 120-132. 2023

KAMAL, Sanaa. Many refugee children in Gaza forced to quit school amid economic crisis. **XinhuaNet**. 2022. Disponível em: <https://english.news.cn/20220601/f5bb6fdf9c0840dbb4c125b8258e37ff/c.html>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

KATZ, Irit. Mobile colonial architecture: facilitating settler colonialism's expansions, expulsions, resistance, and decolonisation. **Mobilities**, v. 17, n. 2. 2022.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. The promise of institutionalist theory. **International security**, v. 20, n. 1. 1995.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princetown: Princetown University Press. p. 292. 1984.

KEOHANE, Robert O. Twenty Years of Institutional Liberalism. **International Relations**. v. 26, n. 2. 2012. DOI: 10.1177/0047117812438451.

KEOHANE, Robert O. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**. v. 32, n. 4. 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2600589>. Acesso em: 29 de março de 2024.

LIE, Jon Harald Sande. The humanitarian-development nexus: humanitarian principles, practice, and pragmatics. **International Journal of Humanitarian Action**. v. 5, n. 1, 2020. DOI: 10.1186/s41018-020-00086-0.

LYONS Gene M; BALDWIN, David A. and MCNEMAR, Donald W. The "Politicization" Issue in the UN Specialized Agencies. **The Academy of Political Science**. v. 32, n. 4. 1977.

MARTENS, Jens; OBENLAND, Wolfgang. Die 2030-Agenda. **Globale Zukunftsziele für nachhaltige Entwicklung**, 2016.

MICHAEL, Kobi; HATUEL-RADOSHITZKY, Michal. Seventy Years to UNRWA—Time for Structural and Functional Reforms. **INSS Insight Report**, n. 204, 2020.

MOPAN - Multilateral Organisation Performance Assessment Network. **UNRWA 2017-18 Assessment Report**. 2019. Disponível em: <https://www.mopanonline.org/assessments/unrwa2017-18/index.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

OCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Refugee needs in the gaza strip. **United Nations**. 2018. Disponível em: https://www.ochaopt.org/sites/default/files/gaza_thematic_6_0.pdf. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

OCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Princípios Humanitários. **United Nations**. 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Health conditions in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan. **OMS**, 2021. Seventy-fourth world health assembly, A74/22.

O'NIEL, K; BASILGER, J; VANDEVEER, S D. Actors, Norms, and Impact: Recent International Cooperation Theory and the Influence of the Agent-Structure Debate. **Annual Review of Political Science**. v. 14, n. 7. p. 149-175, 2004.

ONU – Organização das nações unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Who we are**. Organization of American States. Disponível em: https://www.oas.org/en/about/who_we_are.asp. Acesso em: 29 de março de 2024.

PALESTINE SOLIDARITY CAMPAIGN. **Historic Palestine**. Palestine Solidarity Campaign. Disponível em: <https://palestinecampaign.org/resources/history/>. Acesso em: 29 de março de 2024.

QATAR CHARITY. About Qatar Charity. **Qatar Charity**, 2023. Disponível em: <https://www.qcharity.org/en/qa/about>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

QATO, Mezna. A Primer for a New Terrain: Palestinian Schooling in Jordan, 1950. **Journal of Palestine Studies**, v. 48, n. 1, p. 16-32, 2018.

REMPEL, Terry M. Who are Palestinian refugees? **Forced Migration Review**, v. 26, n. 1. 2006.

REMPEL, Terry M. 7 From beneficiary to stakeholder. **UNRWA and Palestinian Refugees**. 2013.

REUTERSWÄRD, R. The Legal Nature of International Organizations. **Nordic Journal of International Law**, v. 49, n. 1, p. 14–30, 1980.

ROSENFELD, Maya. From emergency relief assistance to human development and back: UNRWA and the Palestinian refugees, 1950–2009. **Refugee survey quarterly**, v. 28, n. 2-3. 2009.

RUEFF, Henri; VIARO, Alain. Palestinian refugee camps: From shelter to habitat. **Refugee Survey Quarterly**, v. 28, n. 2-3. 2009.

SEVEG, TOM. One Palestine Complete: Jews and Arabs under the British Mandate. **Institute for Palestine studies**, Vol. 31 No. 1, 2001.

SHABANEH, Gahassan M. A. **UNRWA and palestinian national identity: the role of the United Nations in state-building**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Nova York.

SHABANEH, Gahassan M. A. Education and Identity: The Role of UNRWA's Education Programmes in the Reconstruction of Palestinian Nationalism. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 4. 2012. DOI: 10.1093/jrs/fer055.

SIDA - The Swedish International Development Cooperation Agency. **About Sida**. SIDA 2023. Disponível em: <https://www.sida.se/en/about-sida>. Acesso em 16 de agosto de 2023.

SILVA, Janaína Lima Penalva; DINIZ, Débora. Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS. **Revista Katálisis**. v. 15, n. 2, 2012. DOI: 10.1590/S1414-49802012000200012.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Everyday Global Governance. **Daedalus**, v. 132, n. 1, pp. 83-90, 2003. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20027825>. Acesso em 29 de março de 2024.

STEINER, Andrea. O uso de estudos de caso em pesquisas sobre política ambiental: vantagens e limitações. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 38, p. 141–158, 2011. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100009>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

SULTANA, Ronald. Palestinian refugee children and education: challenges for UNRWA. **World Studies in Education**, v. 8, n. 2, p. 5-32, 2007.

SUTRICH, Sophie. The evolution of UNRWA's Mandate: its role in development and the protection of Palestine refugees. Viena: **Universidade de Viena**, 2008.

TAHHAN, Zena. The Naksa: How Israel occupied the whole of Palestine in 1967. **Al Jazeera**, v. 4, 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2018/6/4/the-naksa-how-israel-occupied-the-whole-of-palestine-in-1967>

TAKKENBERG, Lex. UNRWA and the Palestinian refugees after sixty years: some reflections. **Refugee Survey Quarterly**, v. 28, n. 2-3. 2009.

TILTNES, AGE A. e ZHANG, HAUFENG. The socio-economic conditions of Jordan's Palestinian camp refugees. **Fafo report**, 2014. ISSN 0801-614 Order no. 20394.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and cultural Organization. Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action Towards inclusive and equitable

quality education and lifelong learning for all. **UNESCO**, 2015. Disponível em: <https://iite.unesco.org/publications/education-2030-incheon-declaration-framework-action-towards-inclusive-equitable-quality-education-lifelong-learning/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and cultural Organization. Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal. **UNESCO**, 2016.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and cultural Organization. Unpacking Sustainable Development Goal 4 Education 2030. **UNESCO**. 2017.

UNICEF - The United Nations Children's Fund. **History**. Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/history>. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNIDO - United Nations Industrial Development Organization. **A brief history**. UNIDO, 2023. Disponível em: <https://www.unido.org/who-we-are/brief-history>. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNITED NATIONS. Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice. **United Nations**. 1945. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNITED NATIONS. Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados. **Cultural Anthropology**, vol. 189, n. 1951, p. 1-14, 1951.

UNITED NATIONS. United Nations Millennium Declaration. **United Nations**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/united-nations-millennium-declaration>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

UNITED NATIONS. Draft articles on the responsibility of international organizations. **United Nations**. v. 2, n. 6, 2011. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft_articles/9_11_2011.pdf. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 agenda for Sustainable development. **United Nations**, 2015.

UNITED NATIONS. IV Geneva Convention Related to the Protection of Civilian Persons in Time of War of 12 August 1949. **United Nations**, 1949.

UNITED NATIONS. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA). **United Nations**, 2022. Disponível em: <https://sdgs.un.org/un-system-sdg-implementation/united-nations-relief-and-works-agency-palestine-refugees-near-east>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

UNITED NATIONS. Sustainable Development Goals – 4. Quality Education. **United Nations**, 2023a. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/education/>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

UNITED NATIONS. The United Nations System. **United Nations**. 2023b. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_system_chart.pdf. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNITED NATIONS. United Nations System. **United Nations**, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-system>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. **International Organizations**. 2024. Disponível em: <https://www.usip.org/i-international-organizations-0>. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNPD - United Nations Development Programme. **Guidance note: data for implementation and monitoring of the 2030 agenda for sustainable development**. UNPD. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/data-implementation-and-monitoring-2030-agenda>. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. **Consolidate Eligibility and Registration Instructions**. 2009. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/strategy-policy/consolidated-eligibility-and-registration-instructions>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. Education Reform Strategy 2011 – 2015. **UNRWA**, 2011. Disponível em: <https://www.unrwa.org/userfiles/2012042913344.pdf>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2024.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. **Gaza: summary of 2016 operational achievements**. UNRWA. 2017.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. **Medium term strategy 2016-2021**. UNRWA. 2016a.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. UNRWA Experience in GBV Programming: Lessons from the first five years. **UNRWA**, 2016b. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-experience-gbv-programming-lessons-first-five-years>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. UNRWA Technical and Vocational Education and Training Programme. **UNRWA**. 2016c. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/about-unrwa/technical-and-vocational-education-and-training-programme>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. **Sustainable development goals**. 2020. Disponível em: https://www.unrwa.org/sdg_2020. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. **UNRWA and neutrality**. UNRWA. 2018a.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. **UNRWA annual operational report 2017**. UNRWA. 2018b.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
UNRWA annual operational report 2018. UNRWA. 2019

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
UNRWA annual operational report 2019. UNRWA. 2020

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
[correspondência] Destinatário: United Nations High Commissioner for Refugees. Amman, 22 September 2021a.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
Evaluation of the Agency Medium-term Strategy. 2021b. Disponível em:
<https://www.unrwa.org/resources/dios-and-evaluation/evaluation-agency-medium-term-strategy>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
UNRWA annual operational report 2020. UNRWA. 2021c.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
UNRWA fields of operations map 2021. UNRWA. 2021d. Disponível em:
<https://www.unrwa.org/resources/about-unrwa/unrwa-fields-operations-map-2021>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
UNRWA annual operational report 2021. UNRWA. 2022

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
Education & Neutrality. 2023a. Disponível em: <https://www.unrwa.org/education-neutrality>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
Humanitarian Principles. 2023b. Disponível em: <https://www.unrwa.org/humanitarian-principles>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
Palestine Refugees. 2023c. Disponível em: <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
What We Do. **UNRWA.** 2023d. Disponível em: <https://www.unrwa.org/what-we-do/education>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
Where We Work. **UNRWA.** 2023e. Disponível em: <http://www.unrwa.org/where-we-work>. Acesso em: 21 de julho 2023.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.
Who We Are. **UNRWA** 2023f. Disponível em: <http://www.unrwa.org/who-we-are>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. UNRWA statistics bulletin. **UNRWA**. 2023g. Disponível em: <https://www.unrwa.org/what-we-do/unrwa-statistics-bulletin>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. UNRWA Updated oPt Flash Appeal November 2023. **UNRWA**. 2023h. Disponível em: https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/unrwa_updated_opt_flash_appeal_amended.pdf. Acesso em: 29 de março de 2024.

UNWATCH. UNRWA Education: Reform or Regression? A review of UNRWA Teachers and Schools concerning incitement to hate and violence. **UNWatch**. 2023. Disponível em: <https://unwatch.org/un-teachers-call-to-murder-jews-reveals-new-report/>. Acesso em: 29 de março de 2024.

WILLIAMS, Ian. Ethics report accuses UNRWA leadership of abuse of power. **Al Jazeera Media Network**. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/7/29/ethics-report-accuses-unrwa-leadership-of-abuse-of-power>. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

WHO – World Health Organization. **Handbook for Guideline Development**. Geneva: Who Press. P. 179, 2014. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/145714/9789241548960_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 de março de 2024.

WTO – World Trade Organization. WTO in Brief. **WTO**. 2014. Disponível em: <https://www.wto.org>. Acesso em: 29 de março de 2024.

ANEXO A

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

